

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	4
2.3 - Outras Informações Relevantes	8

3. Informações Financ. Seleccionadas

3.1 - Informações Financeiras	9
3.2 - Medições Não Contábeis	10
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	12
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	13
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	15
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	16
3.7 - Nível de Endividamento	17
3.8 - Obrigações	18
3.9 - Outras Informações Relevantes	19

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	20
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	32
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	35
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	43
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	44
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	45
4.7 - Outras Contingências Relevantes	46
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	47

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	48
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	52
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	54
5.4 - Programa de Integridade	56
5.5 - Alterações significativas	61
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	62

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	63
6.3 - Breve Histórico	64
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	67
6.6 - Outras Informações Relevantes	68

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	69
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	72
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	73
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	74
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	78
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	79
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	80
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	81
7.8 - Políticas Socioambientais	82
7.9 - Outras Informações Relevantes	85

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários	86
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	87
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	88

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	89
---	----

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	90
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	91
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	93
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	94
9.2 - Outras Informações Relevantes	95

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	96
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	117
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	119
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	120
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	121
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	122
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	123
10.8 - Plano de Negócios	124
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	125

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	126
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	127

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	128
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	134
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	138
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	140
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	141
12.7/8 - Composição Dos Comitês	145

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	149
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	150
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	151
12.12 - Outras informações relevantes	152

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	153
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	157
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	161
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	164
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	170
13.6 - Opções em Aberto	171
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	172
13.8 - Precificação Das Ações/opções	173
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	174
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	175
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	176
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	177
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	178
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	179
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	180
13.16 - Outras Informações Relevantes	181

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	182
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	183
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	184

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	188
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	189
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	190
15.3 - Distribuição de Capital	193
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	194
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	195
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	202
15.7 - Principais Operações Societárias	203
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	208
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	209
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	212
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	217
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	218
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	219
17.2 - Aumentos do Capital Social	220
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	221
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	222
17.5 - Outras Informações Relevantes	223
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	224
18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	225
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	226

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	227
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	228
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	229
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	230
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	231
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	232
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	233
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	234
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	235
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	236

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	237
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	238
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	240

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	241
20.2 - Outras Informações Relevantes	243

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	244
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	245
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	248
21.4 - Outras Informações Relevantes	249

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Benjamin Ribeiro Quadros

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente



DECLARAÇÃO

À
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

Rua Sete de Setembro, 111, Centro
CEP: 20050-901- Rio de Janeiro - RJ

Prezados,

Eu, **Benjamin Ribeiro Quadros**, na qualidade de Diretor Presidente atesto que:

- Revi o formulário de referência;
- Todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Paulo, 31 de maio de 2021.

BENJAMIN RIBEIRO
QUADROS:9163466074
9

Assinado de forma digital por
BENJAMIN RIBEIRO
QUADROS:91634660749
Dados: 2021.04.29 14:58:00 -03'00'

BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.

Benjamin Ribeiro Quadros
Diretor Presidente
Tel.: (11) 2526-0600
E-mail: ri@brq.com

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores**DECLARAÇÃO**

À
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM
Rua Sete de Setembro, 111, Centro
CEP: 20050-901- Rio de Janeiro - RJ

Prezados,

Eu, **Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues**, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Companhia atesto que:

- Revi o formulário de referência;
- Todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Paulo, 31 de maio de 2021.

ANTONIO EDUARDO
PIMENTEL
RODRIGUES:994033157
68

Assinado de forma digital por
ANTONIO EDUARDO PIMENTEL
RODRIGUES:99403315768
Dados: 2021.04.19 11:21:49
-03'00'

BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.

Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues
Diretor de Relações com Investidores
Tel.: (11) 2526-0600
E-mail: ri@brq.com

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	29/03/2018
Descrição do serviço contratado	A EY Brasi foi contratada para realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras da BRQ Soluções em Informática S.A. para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração dos auditores independentes no exercício social de 2018 será de R\$ 321.760,67 (Trezentos e vinte e um mil, setecentos e sessenta reais e sessenta e sete centavos) relativos a serviços de auditoria. Importante informar que não foi contratado nenhum outro serviço além da auditoria.
Justificativa da substituição	Não se Aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se Aplica

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Lázaro Angelim Serruya	29/03/2018	836.039.211-00	Av. Juscelino Kubitscheck, 1909, 1909, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25734886, Fax (11) 25734901, e-mail: lazaro.serruya@br.ey.com

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	471-5		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S		
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25		
Data Início	30/04/2019		
Descrição do serviço contratado	<p>A EY Brasil foi contratada para realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras consolidadas da BRQ Soluções em informática S.A. ("BRQ" ou "Companhia") para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2019.</p> <p>A EY Brasil também foi contratada para fazer a revisão e emitir um relatório sobre as informações financeiras intermediárias não auditadas da Companhia em 31 de março de 2019, 30 de Junho de 2019 e 30 de Setembro de 2019</p>		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	<p>O montante total de remuneração dos auditores independentes no exercício social de 2019 será de R\$ 404.817,61 relativos a serviços de auditoria.</p> <p>Importante informar que não foi contratado nenhum outro serviço além da auditoria.</p>		
Justificativa da substituição	Não se aplica.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica.		

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Lázaro Angelim Serruya	30/04/2019	836.039.211-00	Av. Juscelino Kubitscheck,, 1909, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25734886, Fax (11) 25734901, e-mail: lazaro.serruya@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	14/04/2020
Descrição do serviço contratado	A EY Brasil foi contratada para realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRQ Soluções em Informática S.A. para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2020. A EY Brasil também foi contratada para fazer a revisão e emitir um relatório sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não auditadas da Companhia em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração dos auditores independentes no exercício social de 2020 será de R\$ 421.000,00 relativos a serviços de auditoria. Importante informar que não foi contratado nenhum outro serviço além da auditoria.
Justificativa da substituição	Não se aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Lázaro Angelim Serruya	14/04/2020	836.039.211-00	Av. Juscelino Kubitscheck, 1909, 1909, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25734886, Fax (11) 25734886, e-mail: lazaro.serruya@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data Início	25/03/2021
Descrição do serviço contratado	Execução de serviços de auditoria, com a finalidade de emitir relatório de auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, contemplando o balanço patrimonial individual e consolidado e as correspondentes demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa das empresas da BRQ para os exercícios a findarem-se em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS). Relatório de revisão trimestral para a BRQ para os períodos a findarem-se em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021, 2022 e 2023 de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração dos auditores independentes no exercício social de 2021 será de R\$ 408.164,00 (Quatrocentos e oito mil, cento e sessenta e quatro reais) relativos a serviços de auditoria. Importante informar que não foi contratado nenhum outro serviço além da auditoria.
Justificativa da substituição	Em função do cumprimento do prazo de 5 exercícios sociais consecutivos para a prestação de serviços pela EY, nos termos do artigo 31 da ICVM 308.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Catalina Satie Shikibu	01/01/2021	254.533.398-02	Rua Arquiteto Olavo Redig Campos, 105, Chác. Santo Antônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39406441, Fax (11) 39406441, e-mail: cshikibu@kpmg.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 2 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

Importante ressaltar que a Companhia tem como política a não contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes, para preservar sua independência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	104.728.231,90	106.917.517,14	90.295.502,94
Ativo Total	275.947.887,55	208.826.696,05	185.524.980,18
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	513.713.652,24	418.113.998,33	357.715.252,16
Resultado Bruto	168.465.041,92	129.994.734,57	95.779.073,20
Resultado Líquido	44.568.469,20	29.844.089,00	24.027.988,38
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	132.757.970	130.724.698	130.724.698
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,790000	0,820000	0,690000
Resultado Básico por Ação	0,319730	0,221860	0,183800
Resultado Diluído por Ação	0,32	0,23	0,18

3.2 - Medições Não Contábeis

a. Valor das medições não contábeis

(Em Reais)	Exercício Social (31/12/2018)	Exercício Social (31/12/2019)	Exercício Social (31/12/2020)
EBITDA ajustada	38.947.809,43	50.506.858,11	77.891.597,07
Margem EBITDA	10,89%	12,08%	15,16%

b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(Em Reais)	Exercício Social (31/12/2018)	Exercício Social (31/12/2019)	Exercício Social (31/12/2020)
Lucro Líquido do Período	24.027.988,38	29.844.089,00	44.568.469,20
Imposto de Renda e Contribuição Social	11.573.518,67	14.710.975,64	21.725.477,22
Resultado Financeiro Líquido	(709.044,33)	(43.079,07)	2.471.288,93
Depreciação e Amortização	4.055.346,71	5.994.872,54	6.531.610,82
EBITDA	38.947.809,43	50.506.858,11	75.296.846,17
Despesas não recorrentes	-	-	2.594.750,90
EBITDA ajustada	38.947.809,43	50.506.858,11	77.891.597,07
Receita operacional líquida	357.715.252,16	418.113.998,33	513.713.652,24
Margem EBITDA	10,89%	12,08%	15,16%

c. Motivo pelo qual a Companhia entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações:

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527/12.

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades.

3.2 - Medições Não Contábeis

Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

Na Companhia, o EBITDA é utilizado como ferramenta para medição de desempenho e parâmetro de comparação com outras empresas, pois tem a vantagem de não ser afetado por variáveis específicas de determinados países ou regiões, como taxas de juros, regras de depreciação e diferenças tributárias. Desta forma, a utilização deste indicador permite que a Companhia analise mais do que apenas seu resultado final (lucro ou prejuízo), que muitas vezes é insuficiente para avaliar seu real desempenho por ser frequentemente influenciado por fatores além dos operacionais. No entanto, o EBITDA apresenta certas limitações, como não considerar o montante de reinvestimento necessário para a manutenção da capacidade produtiva (consumido pela depreciação), podendo transmitir uma falsa ilustração da liquidez da Companhia, assim requerendo que tal indicador seja utilizado em conjunto com outras medições contábeis para que possa ser mais bem interpretado

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

A Companhia considera que não existem outras informações relevantes além das apresentadas nos itens anteriores.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

a. Regras sobre retenção de lucros:

Do lucro líquido apurado ao fim do exercício social serão, primeiramente, deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda; 5% (cinco por cento) serão, então, aplicados na constituição da reserva legal; 25% (vinte e cinco por cento), pelo menos, para pagamento de dividendos. Havendo saldo dos resultados, o mesmo ficará à disposição da Assembleia Geral.

b. Regras sobre distribuição de dividendos:

De acordo com o Estatuto Social vigente nos exercícios sociais findos em 30/12/2018, 31/12/2019 e 30/12/2020, a distribuição de dividendos, após a provisão para pagamento de eventuais prejuízos acumulados e da provisão para o imposto sobre a renda, será pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido.

A Diretoria, ouvido o Conselho de Administração, poderá "ad referendum" da Assembleia Geral, que deliberará imediatamente, antecipar a distribuição de dividendos.

Os dividendos obrigatórios não serão pagos no exercício em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Finalmente, reverterão em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados pelos acionistas dentro do prazo de 03 (três) anos após a data em que forem colocados à sua disposição.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos:

Após levantamento do balanço patrimonial e das demonstrações da Companhia convocar-se-á, Assembleia Geral Ordinária para discutir e deliberar sobre ditas demonstrações e para deliberar sobre a destinação do resultado e distribuição dos dividendos.

A Companhia poderá ainda, por deliberação do Conselho de Administração, mandar levantar balanço trimestral e/ou semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços.

O Conselho de Administração poderá também declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, devendo, neste caso, tais dividendos, se distribuídos, serem descontados do valor devido a título de dividendos mínimos obrigatórios.

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais:

Conforme a alínea "j", item 7.1.1, cláusula VII .do Instrumento particular de escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da BRQ soluções em informática S.A, a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 até o vencimento final das Debêntures, a distribuição de dividendos está limitada a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado pela Companhia.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

De acordo com o Estatuto Social vigente nos exercícios sociais findos em 30/12/2018, 31/12/2019 e 30/12/2020, a política de destinação da Companhia é aprovada na Assembleia Geral Ordinária onde a administração da Companhia solicita a aprovação da destinação dos resultados.

Para o ano de 2020 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou em 23/04/2021 a destinação dos resultados da Companhia.

A referida AGO/E (Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária) pode ser consultada no site de Relações com Investidores da Companhia (www.brq.com.br/ri), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	42.454.146,38	28.395.556,54	22.857.550,81
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,250000	0,250000	0,250000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,405374	0,265584	0,253142
Dividendo distribuído total	10.043.033,40	6.880.528,18	5.559.579,15
Lucro líquido retido	34.525.435,80	22.963.560,82	18.468.409,23
Data da aprovação da retenção	11/02/2021	13/02/2020	13/02/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	10.043.033,40	25/02/2021	6.880.528,18	28/02/2020	5.559.579,15	28/02/2019

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Em 18 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou a Proposta da Administração de destinação do saldo existente na conta denominada “Reserva de Retenção de Lucros”, no valor de R\$ 19.626.682,64 (dezenove milhões, seiscientos e sessenta e seis mil, seiscientos e oitenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), para distribuição de dividendos aos acionistas na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, a serem pagos no dia 21 de dezembro de 2020.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	171.219.655,65	Índice de Endividamento	0,62040000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		2.556.246,25	1.782.990,09	0,00	0,00	4.339.236,34
Empréstimo	Garantia Real		11.094.635,15	47.354.316,88	0,00	0,00	58.448.952,03
Empréstimo	Garantia Real		13.207.325,39	0,00	0,00	0,00	13.207.325,39
Títulos de dívida	Quirografárias		86.649.841,70	8.574.300,19	0,00	0,00	95.224.141,89
Total			113.508.048,49	57.711.607,16	0,00	0,00	171.219.655,65
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

A Companhia considera que não existem outras informações relevantes além das apresentadas nos itens anteriores.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos.

Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por quaisquer dos fatores de risco descritos a seguir.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento, em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia, incluindo suas respectivas notas explicativas.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Para fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significam que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nas atividades da Companhia, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Expressões similares incluídas na seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

[a. ao emissor](#)

Pandemias, Guerras e Colapsos Ambientais

A economia de um país ou mundial pode ser afetada por eventos de força maior como por exemplo Guerras, Pandemias e Colapsos ambientais.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, declarou o estado de pandemia em razão da disseminação global do coronavírus (COVID-19) onde criou-se incertezas macroeconômicas, volatilidade e perturbação significativas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Alguns governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como a restrição à circulação e até mesmo o isolamento social, e essas medidas podem permanecer em vigor por um período significativo de tempo.

A desaceleração econômica global, incluindo aumento do desemprego, poderá resultar em menor atividade comercial, tanto durante a pandemia do COVID-19 quanto depois que o surto diminuir, por consequência há risco potencial na diminuição de demanda por por parte dos clientes da Companhia.

Dada a atual situação do país frente a pandemia do coronavírus a Companhia necessitou realizar diversos ajustes a fim de garantir a saúde de todos seus colaboradores através de um plano de contingência.

A disseminação do COVID-19 nos levou a modificar nossas práticas de negócios (incluindo viagens de funcionários, locais de trabalho dos funcionários e cancelamento de participação física em reuniões, eventos e conferências), e podemos tomar outras ações adicionais, conforme exigido pelas autoridades governamentais ou que determinamos que são do melhor interesse de nossos funcionários, clientes e parceiros de negócios.

Os efeitos decorrentes dos eventos da pandemia do COVID-19 são contínuos, e portanto continuaremos avaliando a evolução dos efeitos da pandemia do COVID-19 em nossas receitas, ativos, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível impacto sobre nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.

Capacidade de Contratação de Mão de Obra Especializada

A atividade principal da Companhia depende de um grande número de empregados e o seu sucesso depende, em grande parte, da capacidade de contratar, treinar e manter pessoal qualificado. Existe forte e contínua concorrência no setor em que a Companhia atua quanto à contratação de profissionais na área técnica. Adicionalmente, a conjuntura econômica pode influenciar a capacidade de contratação e retenção de empregados, devido ao aumento da concorrência direta ou indireta por recursos humanos. A Companhia pode não conseguir atrair, treinar e manter pessoal com as necessárias qualificações para atender aos clientes, o que poderá afetar diretamente o negócio, resultados operacionais e consequentemente a situação financeira da Companhia.

Capacidade de Absorção do Custo de Mão de Obra

Os salários e benefícios dos empregados da Companhia são os seus custos mais significativos. Os níveis de salário para empregados vêm aumentando nos últimos anos, em função de novas leis, acordos sindicais e outras razões, tais como concorrência de mercado, crescimento econômico do País, e maior demanda por serviços de Tecnologia. A Companhia está inserida no programa de desoneração da folha de pagamento desde nov/2011 e paga atualmente 4,5% sobre a Receita Bruta. Este programa está em discussão no Congresso Nacional com possibilidade de voltar a ser 20% sobre a folha de pagamento. Caso a Companhia não consiga repassar os aumentos de salário aos preços, pode vir a reduzir a margem de lucro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Acuracidade do Planejamento

A Companhia poderá não alcançar suas previsões financeiras ou poderá tomar decisões inadequadas em razão de previsões erradas, mudanças de cenários ou outros fatores. Erros de planejamento e orçamento tendem a prejudicar os resultados operacionais, na medida em que dificultam a gestão das equipes, com impacto direto nos índices de ociosidade, produtividade e giro de profissionais (turnover). Atualmente a Companhia possui poucos projetos de escopo fechado, mas mesmo em projetos Time & Material, o reconhecimento de receita é baseado no custo incorrido e em alguns casos pode haver aumento no custo causado por problemas durante a condução dos projetos. Estes projetos podem, portanto, ficar com custos maiores do que previstos inicialmente

Concentração da Receita

A Companhia tem grande parte de sua receita proveniente dos setores financeiro e de telecomunicações, que com a consolidação das instituições, o número de participantes da vertical financeira/telecom vem diminuindo e, com isso, as receitas podem ficar concentradas em um número menor de empresas. A receita da Companhia depende principalmente do segmento de Serviços de Tecnologia, especificamente das atividades de desenvolvimento de Aplicações e Integrações. Caso o segmento de Serviços de Tecnologia seja afetado adversamente por perda de competitividade, perante seus maiores clientes, a Companhia será afetada adversamente em seu faturamento.

Aquisições de Contratos e/ou Empresas Complementares

As aquisições apresentam riscos e a Companhia pode não alcançar as metas financeiras e estratégicas previstas à época da transação, de todo modo, a aquisição de ativos constitui elemento importante da estratégia corporativa da Companhia. Os riscos que a Companhia pode encontrar nessas aquisições incluem os seguintes: (i) a aquisição poderá não contribuir para a estratégia comercial da Companhia, ou pode-se pagar por ela mais do que seu valor justo; (ii) a Companhia poderá ter em manter padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes; (iii) o relacionamento com os atuais e novos clientes poderá ficar prejudicado; (iv) o processo de diligência pode não identificar problemas técnicos, tais como questões ligadas a qualidade dos serviços da empresa adquirida; (v) a Companhia pode enfrentar contingências no que diz respeito a responsabilidade do serviço, propriedade intelectual, divulgações financeiras e práticas contábeis ou controles internos; (vi) a aquisição pode acarretar processos movidos por funcionários demitidos ou terceiros; (vii) o processo de aquisição pode sofrer contratempos, e a atenção da administração da Companhia pode ser desviada para questões ligadas a transição ou a integração; e (viii) a Companhia pode não ser capaz de obter, em tempo hábil, autorizações de autoridades públicas nos termos das leis que disciplinem a defesa da concorrência

Além do exposto acima, o processo de integração das operações adquiridas pode não resultar nos benefícios esperados, o que poderia afetar adversamente os negócios da Companhia. Durante esse processo de integração a Companhia pode enfrentar diversos riscos, inclusive os seguintes:

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Dificuldades de integração, tais como (i) custos mais altos do que o previsto para dar continuidade à expansão da rede de canais de distribuição com qualidade e capilaridade para atender ao mercado; (ii) incapacidade de administrar maior número de funcionários, dispersados geograficamente; e (iii) incapacidade de criar e efetivamente implementar padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes;
- Eventual incapacidade de coordenar e integrar as atividades de desenvolvimento realizada pelas adquiridas, falhando em maximizar as sinergias esperadas.

No mais, poderá haver outros passivos desconhecidos e não divulgados associados a aquisição e integração das operações adquiridas pela Companhia. Esses fatores poderiam causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios da Companhia, resultados operacionais, situação financeira ou fluxos de caixa, especialmente no caso de aquisição de empresas de maior porte ou de número maior de aquisições. À medida que a Companhia emitir ações no âmbito de aquisições futuras, os acionistas existentes poderão ter suas participações diluídas, e o lucro por ação poderá diminuir.

Funcionários Chave

A BRQ, assim como toda empresa prestadora de serviços, é dependente de funcionários chave e de nossa capacidade de contratar e manter funcionários adicionais. Acreditamos que o nosso sucesso dependerá do serviço contínuo de nossa alta administração e de outros funcionários chave. Nossa alta administração é composta por profissionais altamente qualificados, cada um com uma média de mais de 18 anos de experiência na indústria de Tecnologia. A perda dos serviços de qualquer membro de nossa alta administração ou de outros funcionários-chave poderia afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais. Nós também dependemos da capacidade da nossa alta administração e de nossos funcionários-chave de trabalhar efetivamente como uma equipe. O nosso sucesso futuro também depende da nossa capacidade de identificar, atrair, contratar, treinar, reter e motivar funcionários técnicos, de gestão, vendas e marketing altamente qualificados. A competição por esse tipo de funcionário é intensa, e nós não podemos garantir que teremos êxito em atrair, assimilar ou manter um número suficiente de funcionários qualificados. Falha na retenção e atração de funcionários técnicos, de gestão, vendas, marketing e administrativos pode afetar negativamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Segurança de TI

Nossas medidas de segurança de TI poderão ser violadas ou comprometidas e, assim, poderemos sofrer indisponibilidades imprevisíveis de sistema de TI. Caso nossas medidas de segurança sejam inadequadas para impedir violações, ataques por vírus e invasões de rede, nossos negócios poderão ser prejudicados, apropriação indevida de informações proprietárias da Companhia e/ou de seus clientes, ou provocar interrupções nos serviços ou operações da Companhia, bem como de seus clientes. Poderemos ser obrigados a investir recursos financeiros significativos para nos proteger de ameaças de quebra de segurança e assim prevenir indisponibilidades de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

nossos Sistemas internos de TI, ou de seus clientes de modo geral por outras razões, o que pode afetar seus negócios e suas receitas.

Crescimento

Apesar da Companhia esperar manter o crescimento e expansão de suas atividades, a alta competitividade no mercado de atuação em que está inserida poderá acarretar perda de participação de mercado e lucratividade nos negócios. Para se manter competitiva nesse mercado, a Companhia precisa ter a capacidade de aperfeiçoar constantemente os serviços prestados, bem como oferecer novas soluções para as demandas dos clientes. Existe o risco de não ser capaz de prever, desenvolver ou implementar inovações tecnológicas nos serviços da Companhia, tornando-os obsoletos em comparação com os oferecidos pelos competidores, prejudicando assim sua competitividade.

Processos Administrativos e Judiciais

A Companhia pode ficar sujeita a resultados desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos que poderão afetar negativamente os seus resultados e situação financeira. Decisões desfavoráveis em ações das quais a Companhia é parte passiva poderão afetar seus resultados. A Companhia possui demandas de natureza trabalhista em razão do grande volume de profissionais que contrata, apesar do volume de novas ações ter reduzido + 80% pós reforma trabalhista, infelizmente a legislação não acompanha, lado a lado, as transformações das relações de prestação de serviço, diante das exigências dos contratantes por soluções mais céleres, sem se falar na proteção dada pelo judiciário trabalhista ao caráter de hipossuficiente do trabalhador brasileiro. A Companhia também possui demandas de natureza Tributária Municipal (ISS) e Federal (PIS, COFINS, INSS, IR etc.) onde são questionados os valores apurados que estão sendo discutidos nas esferas administrativas e judiciais.

Contratos com Clientes

Nossos contratos são, em sua maioria, sofisticados em sua redação e complexos em sua estrutura. Resultam de um longo ciclo de venda durante o qual é fundamental haver correto entendimento das necessidades dos clientes e definição precisa do escopo dos trabalhos a serem desenvolvidos. Eventuais falhas de entendimento ou definição de escopo, bem como eventuais problemas na gestão das pessoas e/ou recursos necessários para sua execução, seja por fatores internos à Companhia, seja por fatores relacionados aos clientes ou ao ambiente em que são desenvolvidos, podem resultar em expressiva redução de rentabilidade.

Infraestrutura

Podemos enfrentar potenciais falhas na Infraestrutura dos escritórios e/ou datacenters. Os sistemas de informação e centrais de atendimento estão sujeitos a interrupções imprevisíveis em seu funcionamento, além do controle da Companhia, em decorrência de catástrofes, desastres naturais, eclosão de doenças contagiosas e suspensão no fornecimento de energia elétrica. Se alguma de nossas instalações for afetada por um ou mais de tais eventos ou

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

similares, isso poderá interromper as operações, retardar a prestação de serviços e postergar o aferimento de receitas, resultando na interrupção das atividades, o que poderá afetar significativamente as operações e receitas. A Companhia tem um plano de recuperação de dados por meio de backup magnético e sincronismo diário dos dados para contingência.

Replicabilidade do modelo de negócios pela concorrência

A Companhia depende tanto de capital humano quanto tecnologia que se adapte à estrutura do cliente. Este modelo pode ser replicado pelos concorrentes, visto que são negócios baseados em sistemas e gerenciados por consultores, que podem vir a ser contratados pela concorrência.

Capacidade de desenvolver novos produtos e serviços, integrar os produtos e serviços adquiridos, aperfeiçoar seus produtos e serviços existentes e acompanhar a evolução tecnológica

O mercado em que a Companhia atua caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de computação, desenvolvimento de softwares e da infraestrutura de comunicações, necessidades dos clientes cada vez mais complexas e introduções de frequentes melhorias a novos produtos. Caso a Companhia deixe de prever e de desenvolver melhorias acompanhando a evolução tecnológica, de aperfeiçoar e incrementar seus produtos e serviços em tempo hábil, ou de posicionar ou precificar seus produtos e serviços de modo a atender a demanda do mercado, os clientes da Companhia poderão deixar de adquirir serviços ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a manter seus clientes ou atrair novos clientes.

Estratégia de Negócios

Poderemos não conseguir executar integralmente nossa estratégia de negócios. A capacidade de implementar nossa estratégia de negócio depende de uma série de fatores, incluindo a habilidade de (i) captar novos clientes e reter clientes existentes; (ii) adquirir novas empresas e/ou ativos tanto no Brasil como no exterior; (iii) financiar investimentos; (iv) estabelecer e manter parcerias; (v) contratar e reter mão de obra capacitada; e (vi) aumentar a capacidade de atuação em mercados existentes e expandir para novos mercados. O não atingimento de quaisquer desses fatores, seja originado por dificuldades competitivas ou de custo, poderá limitar nossa capacidade de executar integralmente nossa estratégia de negócio, afetando negativamente nossos resultados.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Interesses dos Acionistas Controladores

Os acionistas controladores, na qualidade de detentores da maioria do capital social da Companhia, têm poderes para decidir grande parte das questões sujeitas à aprovação de todos os acionistas, incluindo eleição dos administradores, distribuição e pagamento de dividendos, além de outros assuntos operacionais e administrativos (ressalvadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que garante certas proteções e direitos aos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

acionistas minoritários). Dado este nível de controle sobre nossa Companhia, poderão surgir circunstâncias em que os interesses da Netstrategy estarão em conflito com os interesses dos demais acionistas, podendo afetar nossos negócios de maneira adversa.

Aprovação de Matérias

A aprovação de certas matérias pelo conselho de administração e pelos acionistas está sujeita à prévia aprovação por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio da BNDES Participações S.A. (BNDESPAR). O Acordo de Acionistas exige que os Acionistas Controladores obtenham anuência da BNDESPAR para alienar ou onerar sua participação na Companhia, bem como aprovar (i) alteração de disposições do Estatuto Social da Companhia; (ii) aumento do capital social da Companhia, criação de uma nova classe de ações ainda que menos favorecida do que aquela detida pela BNDESPAR, e mudança nas características das ações existentes; (iii) redução do capital social da Companhia; (iv) mudança do objeto social da Companhia; (v) redução do dividendo obrigatório ou distribuição de dividendos em montante diverso do previsto no Estatuto da Companhia, pagamento de juros sobre capital próprio ou retenção de lucro; (vi) emissão de valores mobiliários como: debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição, partes beneficiárias e opções para compra de ações; grupamento ou desdobramento (split) do número de ações de emissão da Companhia; (vii) constituição de reservas, fundos ou provisões contábeis com repercussões nos diretos e interesses dos acionistas minoritários, desde que tais reservas, fundos ou provisões não estejam previstos no Estatuto Social da Companhia; (viii) cessação do estado de liquidação da Companhia; (ix) operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia ou qualquer sociedade controlada ou coligada seja parte; (x) liquidação ou dissolução; (xi) celebração pela Acionista Controladora de acordo de acionista com outros acionistas da Companhia que não a BNDESPAR; (xii) recompra pela Companhia de ações de sua emissão; (xiii) fixação nos aumentos de capital social realizado na Companhia até a abertura de seu capital social de preço de ações inferior àquele pago pela BNDESPAR, remunerado pela TJLP, calculado pro rata temporis, desde a data de subscrição até data de deliberação do aumento. A Acionista Controladora deve ainda submeter à avaliação prévia da BNDESPAR a fixação de remuneração e participação dos administradores nos lucros da Companhia. Além disso, fica a Acionista Controladora obrigada a eleger, mediante solicitação expressa da BNDESPAR, membro por este indicado para integrar, durante a vigência do Acordo de Acionistas, o Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado não superior a 2 (dois) anos, permitida a reeleição e instalar, mediante solicitação expressa da BNDESPAR, Conselho Fiscal e eleger um membro indicado pela BNDESPAR para compô-lo.

Essas exigências e restrições podem vir a impactar o rumo da administração da Companhia e, ainda que adotadas no melhor interesse da Companhia, podem ser conflitantes com os interesses dos demais investidores.

c. a seus acionistas

Liquidez

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Um mercado líquido para nossas ações poderá não se desenvolver, fazendo com que nossos acionistas possam enfrentar dificuldades para venderem as ações emitidas por nós ao preço e na ocasião em que desejarem. A Companhia é listada no Bovespa Mais, segmento especial de listagem do mercado de bolsa administrado pela B3 para empresas de pequeno e médio porte, significativamente menos líquido do que os demais segmentos de listagem do mercado de bolsa administrados pela B3. Assim, a Companhia não pode garantir que as negociações de suas ações no Bovespa Mais vão se desenvolver de modo satisfatório. Além disso, a Companhia não pode garantir que esse mercado se desenvolverá no futuro. Caso isso aconteça, os acionistas podem enfrentar dificuldades para negociar suas ações ao preço e na ocasião em que desejarem.

Valorização

O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais, o que pode limitar substancialmente a capacidade dos detentores de ações de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, conseqüentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das ações da Companhia.

Diluição

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação dos investidores no capital social da Companhia. A participação dos acionistas da Companhia poderá ser diluída caso a Companhia opte por captar recursos por meio da emissão de novas ações e caso opções de compra sobre as ações da Companhia sejam exercidas. Poderemos captar recursos por meio da emissão pública ou privada de novas ações com o objetivo de dar continuidade ao plano de crescimento da Companhia ou por outras razões atualmente desconhecidas. Caso o preço dessas ações exceda o valor contábil, os acionistas que subscreverem nossas ações poderão sofrer a diluição do valor patrimonial de seu investimento.

Dividendos

Os acionistas da Companhia podem não receber quaisquer dividendos ou juros sobre o capital próprio. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 25,0% do lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a sua situação financeira.

[d. a suas controladas e coligadas](#)

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia possui participação direta e indireta em algumas sociedades. Por conseguinte, uma parte de seu resultado deriva do resultado das sociedades em referência e, sendo assim, eventuais resultados insuficientes de investidas, controladas ou coligadas poderão afetar desfavoravelmente o resultado operacional da Companhia. Ainda, o resultado consolidado das operações da Companhia poderá ser afetado pela piora nas condições setoriais e mercadológicas nas operações desses negócios.

A Companhia tem subsidiária nos EUA, mercado cuja dinâmica competitiva e ambiente econômico, social e regulatório são bem diferentes do Brasil.

e. a seus fornecedores

Benefícios aos Empregados

Reajustes acima do planejado, atrasos, e/ou incapacidade de cumprimento das obrigações contratuais por parte dos fornecedores da Companhia poderá afetar adversamente a receitas da BRQ.

f. a seus clientes

Inadimplência

A inadimplência na nossa carteira de recebíveis pode impactar negativamente o ciclo financeiro. A Companhia pode sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Em caso de inadimplência recorrente de um ou mais clientes relevantes ou de um ou mais grupos de clientes, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa.

Concentração

Nosso principal mercado mostra tendência de concentração de demanda em poucos e grandes fornecedores globais. A base de clientes da Companhia é composta por empresas e instituições financeiras nacionais e internacionais de grande porte. Estes clientes têm, em sua maioria, presença global ou no mínimo regional na América Latina. Observa-se no mercado que empresas globalizadas tendem a concentrar sua demanda de serviços de TI em um número limitado de fornecedores regionais ou globais. A Companhia poderá sofrer efeitos adversos caso seja excluída da base de fornecedores de alguns de seus clientes.

Competição

O mercado de software e serviços para empresas e instituições financeiras é altamente competitivo, podendo ser difícil, ou até mesmo sermos incapazes, de competir com sucesso nesse mercado. A concorrência no mercado brasileiro de serviços de TI é extremamente fragmentada, sendo formada por pequenas e médias empresas. Os fornecedores geralmente operam com escopo reduzido de atuação, focando em nichos específicos (por exemplo, câmbio, crédito, fundos, tesouraria, etc.). Além disso, há um pequeno número de concorrentes globais que geralmente operam com escopo amplo de atuação, fornecendo uma ampla gama de softwares e serviços. O

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

mercado de software e serviços para as empresas e instituições financeiras é altamente competitivo, e poderá se tornar ainda mais competitivo caso a entrada de um maior número de fornecedores globais se concretize. Adicionalmente, poderemos ser incapazes de competir com sucesso nesse mercado. Alguns dos nossos concorrentes atuais ou potenciais possuem recursos financeiros, comerciais, técnicos e administrativos significativamente maiores ou melhores do que os nossos, reduzindo nossa capacidade de competição em determinadas situações.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

Demanda

Queda na demanda por serviços terceirizados de TI. A maior parte dos clientes da Companhia se concentra nos setores de serviços financeiros e de telecomunicações. O sucesso do negócio da Companhia depende da demanda continuada por serviços terceirizados de TI nesses setores. Os clientes da Companhia podem reduzir gastos com serviços de TI ou deixar de terceirizar parte ou todas as suas atividades, o que pode afetar negativamente os resultados da Companhia. Nossos principais clientes têm ou podem desenvolver capacitação técnica e suporte tecnológico para suprir internamente suas necessidades relativas aos processos que hoje contratam da Companhia. Ademais, pode não haver renovação dos contratos. No vencimento dos contratos, os clientes podem reavaliar seu relacionamento seguindo tendências do setor, deixando de renová-los e, eventualmente, optar por desenvolver seus próprios serviços. A eventual redução na demanda pelos serviços que a Companhia oferece poderá afetar negativamente seus resultados operacionais e sua situação financeira.

Evolução Tecnológica

A rápida evolução tecnológica é um risco permanente do mercado em que atuamos. A rápida evolução tecnológica no setor de TI é um risco permanente nos mercados em que a Companhia atua. Os padrões tecnológicos estão sujeitos a rápida evolução, de forma que a Companhia não pode garantir que os padrões com base nos quais optou por desenvolver novos serviços permitirão competir de forma eficiente para a exploração de oportunidades comerciais nos mercados em que atua. A adaptação às mudanças tecnológicas pode envolver investimentos substanciais, podendo afetar os resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Concorrência

A Companhia compete com algumas das maiores empresas mundiais de TI. Por possuírem mais recursos financeiros, de marketing, tecnológicos e outros, além de maior e mais diversificada base de clientes do que a Companhia, essas empresas têm capacidade de expandir suas ofertas de serviço e concorrer de forma mais efetiva por clientes e funcionários. Mudanças tecnológicas ou nos rumos de terceirização podem contribuir para o fortalecimento desses concorrentes ou surgimento de novos.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Incentivos Fiscais

A Companhia se beneficiou de incentivos fiscais às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (“PD&I”) tecnológica previstos na Lei 11.196/05 (“Lei do Bem”), regulamentada pelo Decreto 5.798/06, entretanto, não pode garantir que tais benefícios serão mantidos no futuro. Assim, caso esse benefício seja encerrado ou reduzido, os resultados poderão ser adversamente afetados.

Novas Leis

A imposição de leis, proibindo ou restringindo as atividades de terceirização de processos de negócios e serviços, pode afetar adversamente as operações e receitas da Companhia. No Brasil, a terceirização de processos de negócios não é uma atividade regulada. A falta de regulamentação resultou em discussões trabalhistas sobre vínculo empregatício entre os empregados das empresas terceirizadas com os contratantes dos serviços. A Súmula nº 331 do TST consolidou o entendimento jurisprudencial para considerar válida a terceirização de atividades quando se trata de serviços especializados, ligados à atividade-meio da empresa tomadora, devendo a prestação dos serviços ocorrer sem a existência de pessoalidade e subordinação. Além disso, ainda que se trate de terceirização regular (de acordo com a Súmula nº 331, do TST), a empresa tomadora de serviços é considerada responsável subsidiária pelos débitos trabalhistas não quitados pela empresa prestadora com relação aos seus empregados. Neste aspecto, se forem promulgadas novas leis que proíbam, restrinjam ou dificultem a terceirização de serviços por clientes da Companhia, seus negócios serão adversamente afetados.

Políticas do Governo Federal

As ações do Governo Federal para controlar a inflação e colocar em prática outras políticas, envolveram no passado, entre outras, aumentos nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preços, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e limitações sobre as mercadorias e os serviços importados, a adoção de qualquer dessas medidas e de outras não definidas, podem afetar a Companhia e o valor de mercado de suas ações. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro. Os negócios, condição financeira e resultados das operações da Companhia, bem como o valor de mercado das ações da Companhia, podem ser adversamente afetados em razão de mudanças na política pública em nível federal, estadual e municipal. A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiros e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Da mesma forma, a moeda brasileira sofreu desvalorizações em relação ao Dólar e a outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. As desvalorizações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como o resultado das operações da Companhia, além de restringir o acesso aos mercados financeiros internacionais e determinar intervenções governamentais, inclusive por meio de políticas recessivas.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

A Companhia tem subsidiária em Nova York, sendo que 8,0% da receita líquida consolidada vem desta operação. O principal risco que a Companhia percebe neste mercado é o nível de concorrência. O mercado americano é o mais competitivo do mundo. A concorrência, especialmente de empresas indianas ou com base operacional na Índia, onde o setor de TI é um dos mais desenvolvidos e incentivados do mundo, é intensa. Nossa estratégia está baseada na capacidade de identificar nichos específicos de mercado e de identificar profissionais especializados para estes nichos. Caso percamos esta capacidade, teremos dificuldade em manter nossa posição.

j. a questões socioambientais

Por sermos uma Companhia prestadora de serviços, entendemos que nossas atividades implicam em baixo risco relacionados a questões socioambientais.

De todo modo a Companhia possui uma Política de Sustentabilidade e Política de Código de Conduta (documentos que orientam os princípios e valores de conduta e práticas sustentáveis para os seus colaboradores) as quais são divulgadas a todos os colaboradores e está disponível de fácil acesso para eventual consulta.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A **BRQ** está exposta principalmente a risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacionais, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais.

Os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, o Grupo adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto e gerenciamento ativo da inadimplência. A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

No que tange às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, e/ou avaliadas por agências de rating (avaliadas com baixo risco), utilizando-se exclusivamente de instrumentos financeiros e fundos de investimento classificados como de baixo risco.

b) Risco de Liquidez

O Grupo monitora continuamente a projeção de fluxo de caixa, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros e depósitos a prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“CDI”) e de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) para suas

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

operações de aplicações financeiras e empréstimos e, dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros. O Grupo gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre aplicações financeiras e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A Companhia está exposta as oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos, para as operações de compra de software, valores a receber e investimentos em controladas no exterior; a fim de mitigar esses riscos a Companhia avalia permanentemente as oscilações das taxas de câmbio.

A Companhia entende que a exposição a este risco é baixa considerando que os valores envolvidos não são relevantes.

d) Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade, a fim de apoiar os negócios, e maximizar o valor do acionista. Condizente com as melhores práticas do setor, a Companhia monitora o retorno sobre o capital investido. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 2019, podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Total dos empréstimos e financiamentos	70.448	21.202	75.995	22.371
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(114.474)	(68.823)	(134.715)	(73.376)
(-) Depósitos Vinculados	(1.524)	(4.931)	(1.524)	(4.931)
Dívida líquida	(44.691)	(51.471)	(58.633)	(54.802)
Total do patrimônio líquido	112.858	105.820	104.731	106.918
Índice de alavancagem financeira - %	-44,2%	-49,7%	-57,5%	-52,3%

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

e) Análise da Sensibilidade dos Ativos e Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2020, os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI para empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e empréstimos, foram definidos 3 cenários diferentes; com base em projeções divulgadas pelo departamento de pesquisas e estudo econômicos (“DEPEC”) do Bradesco, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita e despesa financeira bruta” não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

		Controladora					
	Fator de risco	Valores expostos em 31/12/2020	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	114.240	2.871	3.445	4.306	5.383	6.459
Empréstimos e financiamentos	CDI	7.700	(193)	(232)	(290)	(363)	(435)
Debentures	CDI	58.449	(1.469)	(1.763)	(2.203)	(2.754)	(3.305)
Taxas consideradas	CDI		2,51%	3,02%	3,77%	4,71%	5,65%

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros.

A administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais decorrentes da atividade que exerce e dentro dos parâmetros esperados. Tais processos dizem respeito, principalmente, a demandas de natureza tributária, trabalhista e cível.

As provisões da Companhia são registradas com base na posição de seus assessores jurídicos e na análise individual de cada contingência e cada ação é classificada de acordo com sua probabilidade de perda.

Para as contingências passivas cuja perda é considerada como provável na posição de 31.12.2020, os valores foram integralmente provisionados, no montante de R\$ 6.435.000,00 referente a 06 processos trabalhistas.

Para as contingências passivas cuja perda é considerada como provável na posição de 30.05.2021, os valores foram integralmente provisionados, no montante de R\$ 8.833.000,00 referente a 26 processos trabalhistas.

1) Contingências Trabalhistas

Até 31/12/2020, a Companhia figurava como parte em 137 (cento e trinta e sete) reclamações trabalhistas, o que equivale índice de 5% (cinco por cento) do total do número de funcionários com contratos vigentes em tal período.

Referidas ações trabalhistas, de maneira geral, versam sobre horas extras, adicional noturno, diferenças salariais decorrentes da incorporação de PPR, danos morais, diferenças de verbas rescisórias, reconhecimentos de vínculo com empresas tomadoras dos serviços prestados pela Companhia entre outros.

Ainda que não atenda ao critério de relevância, entende-se cabível o reporte de todas as ações em face da Companhia, por se tratar de processos de maior, menor ou nenhum risco ao patrimônio financeiro da Companhia.

Das 137 (cento e trinta e sete) ações trabalhistas destacadas, 52 (cinquenta e dois) possuem pedidos indiretos (condenação subsidiária ou solidária) e 87 (oitenta e sete) possuem pedido expresso e direto em face da BRQ. Quanto ao mérito, as pretensões versam sobre reconhecimento do vínculo empregatício, incorporação do PPR, horas extras, equiparação salarial, adicional periculosidade, etc.

Os casos avaliados como “prováveis” são contingenciados pelo valor total fixado para a condenação ou expectativa de valor, por cálculos internos, do “*quantum debeatur*”.

Os casos trabalhistas mais relevantes classificados como possíveis ou prováveis estão citados no item 5 a seguir.

2) Contingências Tributárias

A Companhia, na data base de 31/12/2020, é parte em 24 (vinte e quatro) processos judiciais/administrativos, que versam sobre matéria tributária e fiscal, sendo 21 (vinte e um) como autora e 03 (três) como réu. Nos processos onde a BRQ figura como devedora / autuada são classificados pelos assessores jurídicos como possíveis.

Os casos tributários mais relevantes classificados como possíveis estão citados no item 5 abaixo.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

3) Contingências Cíveis

A Companhia é parte integrante do polo passivo de 8 (oito) processos cíveis. O caso cível mais relevante está citado no item 5 abaixo.

4) Detalhamento das Contingências

Conforme destacado, todos os casos prováveis estão provisionados.

5) Processo relevantes

Segue abaixo a lista dos processos mais relevantes da Companhia, com data-base de 31/12/2020:

Processo 1)

Processo nº [0002815-74.2014.5.02.0041]	
a. Juízo:	41º VT/SP
b. Instância:	3ª
c. Data de Instauração:	04/12/2014
d. Partes no Processo	AUTOR: J. R. A. RÉU: BRQ e I. U.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 3.000.000,00 (valor provisionado)
f. Principais fatos:	Reconhecimento de vínculo do período em laborou como "PJ"; Adicional de Evolução Salarial; Integração de PPR; Dif. Salariais por supressão; férias não gozadas; licença não remunerada; danos morais; multas normativas e honorários advocatícios.
g. Chance de Perda é:	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

Processo 2)

Processo nº [0001771-30.212.5.01.0037]	
a. Juízo:	37º VT/RJ
b. Instância:	3º
c. Data de Instauração:	19/12/2012

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

d. Partes no Processo	AUTOR: M. J. O. R RÉ: BRQ
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 600.000,00 (valor provisionado)
f. Principais fatos:	Reconhecimento de vínculo do período em laborou como "PJ"; férias em dobro; aplicação de cláusulas da CCT; Horas extras + sobreaviso + reflexos; multas do 477 e 467 CLT e CCT.
g. Chance de Perda é:	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

Processo 3)

Processo nº [0000549-44.2013.5.02.0011]	
a. Juízo:	11º VT/SP
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	01/03/2013
d. Partes no Processo	AUTOR: V. H. C. RÉ: BRQ e B.B.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 2.350.000,00 (valor provisionado)
f. Principais fatos:	Reconhecimento de vínculo do período em laborou como "PJ", integração do PPR ao salário, férias, horas extras.
g. Chance de Perda é:	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

Processo 4)

Processo nº [1002008-16.2017.5.02.0014]	
a. Juízo:	14º VT/SP
b. Instância:	3ª
c. Data de Instauração:	10/11/2017
d. Partes no Processo	AUTOR: D. M.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	RÉ: BRQ
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 1.613.885,43 (valor provisionado)
f. Principais fatos:	Reconhecimento de vínculo empregatício, integração do PPR ao salário, horas extras, férias, danos morais.
g. Chance de Perda é:	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

Processo 5)

Processo nº [0000427-65.2015.5.02.0074]	
a. Juízo:	74º VT/SP
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	06/03/2015
d. Partes no Processo	AUTOR: P. C. M RÉ: BRQ
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 1.661.577,65 (valor provisionado)
f. Principais fatos:	Reconhecimento de vínculo do período em que laborou na AMS, integração do PPR ao salário, férias, horas extras.
g. Chance de Perda é:	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

Processo 6)

Processo nº 5004764-53.2019.4.03.6144	
a. Juízo:	Vara Federal de Barueri
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	27/04/2020
d. Partes no Processo	AUTORA: BRQ RÉ: União Federal

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 59.434.412,48
f. Principais fatos:	Visa o oferecimento antecipado de garantia (segura garantia) em caução aos débitos consubstanciados nos autos de infração nºs 51.061.655-0 e 51.061.656-9.
g. Chance de Perda é:	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

Processo 7)

Processo nº 5005444-38.2019.4.03.6144	
a. Juízo:	Vara Federal de Barueri
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	27/04/2020
d. Partes no Processo	AUTORA: União Federal RÉ: BRQ
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 59.608.613,43
f. Principais fatos:	Anulação dos recolhimentos de contribuições previdenciárias sobre valores pagos a determinados empregados à título do que entendeu serem adiantamentos de PLR.
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

Processo 8)

Processo nº 5001716-52.2020.4.03.6144 (apenso)	
a. Juízo:	Vara Federal de Barueri
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	27/04/2020
d. Partes no Processo	AUTORA: BRQ RÉ: União Federal

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	Mesmo valor indicado no item 07.
f. Principais fatos:	Embargos à Execução fiscal. Anulação dos recolhimentos de contribuições previdenciárias sobre valores pagos a determinados empregados à título do que entendeu serem adiantamentos de PLR.
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

Processo 9)

Processo nº 04/354.437/2015	
a. Juízo:	Secretaria Municipal de Fazenda do RJ / ISS
b. Instância:	Fase Administrativa
c. Data de Instauração:	28/08/2015
d. Partes no Processo	AUTORA: Secretaria Municipal de Fazenda do RJ RÉ: BRQ
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 68.691.532,05
f. Principais fatos:	Auto de Infração e Defesa Administrativa
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

Processo 10)

Processo nº 1017917-05.2018.4.01.3400	
a. Juízo:	6ª VF/SJDF
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	31/08/2018
d. Partes no Processo	AUTORA: Consórcio BRQ/CAST RÉ: C.E.F.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 2.069.789,34

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f. Principais fatos:	Trata-se de ação declaratória de nulidade de ato administrativo, na qual se visa desconstituir penalidade aplicada pela Caixa Econômica Federal ao argumento de falha na prestação de serviço (ofícios n. 170156/2018 e 170157/2018).
g. Chance de Perda é:	Remoto
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

Processo 11)

Processo nº 1007434-76.2019.4.01.3400	
a. Juízo:	6ª VF/SJDF
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	22/03/2019
d. Partes no Processo	AUTORA: Consórcio BRQ/CAST RÉ: C.E.F.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 2.166.532,98
f. Principais fatos:	Trata-se de ação declaratória de nulidade de ato administrativo, na qual se visa desconstituir penalidade aplicada pela Caixa Econômica Federal ao argumento de falha na prestação de serviço (ofícios 16-00117/2018/GILOG/BR e 16-0136/2019/GILOG/BR).
g. Chance de Perda é:	Remoto
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

Processo 12)

Processo nº 5004177-65.2018.4.03.6144	
a. Juízo:	1ª VF de Barueri
b. Instância:	2ª
c. Data de Instauração:	08/11/2018
d. Partes no Processo	AUTORA: BRQ RÉ: U.F. – F.N.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 220.300,00
f. Principais fatos:	Ação onde a BRQ requer a concessão de tutela provisória de urgência, por meio de que este Juízo lhe reconheça o direito ao recolhimento da contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB) sem a inclusão do valor do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) em sua base de cálculo.
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

O valor provisionado é decorrente aos casos avaliados como “prováveis” e corresponde a importância de R\$ 5.950.000,00 para a posição de 31.12.2020 e R\$ 3.275.463,08 para a posição de 30.05.2021.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

A Companhia não figura como parte em processos de qualquer natureza cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da companhia ou de suas controladas

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Até a presente data não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Na data base de 31/12/2020, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes para a Companhia.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Não há outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores desta seção 4.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não é emissora estrangeira e não possui valores mobiliários custodiados no exterior.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 09.05.2019.

A Companhia buscando proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pela alta administração, criou um Comitê de Auditoria e Risco aprovado pelo Conselho de Administração em 27/03/2018.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos da Companhia, de forma a possibilitar a identificação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos do negócio, garantindo desta forma a continuidade de suas operações.

A Política visa:

- ✓ Promover cultura de gestão de riscos em todos os níveis hierárquicos e suas respectivas áreas de atuação;
- ✓ Definir o apetite ao risco de acordo com a missão, visão, diretrizes e os objetivos estratégicos da Companhia;
- ✓ Gerenciar a exposição aos riscos por meio da definição de planos de ação;
- ✓ Assegurar a operacionalização dos processos;
- ✓ Manter informado o Conselho de Administração dos principais riscos mapeados pelo sistema de gerenciamento de riscos da Companhia.

Estar atento às mudanças é a única forma de evitar ser surpreendido por situações desconhecidas ou não controladas.

i. riscos para os quais se busca proteção

Seguindo as melhores práticas de mercado, a gestão de riscos da Companhia está estruturada em cinco conceitos básicos, conforme segue:

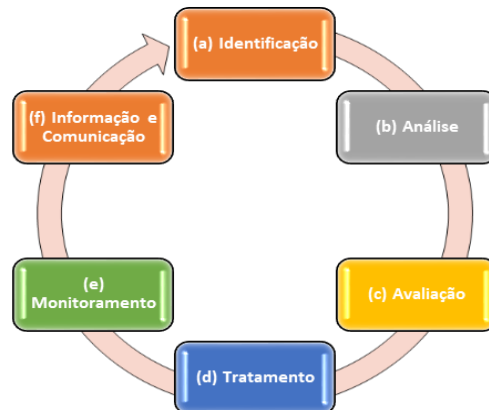
NATUREZA	DESCRITIVO
Riscos Estratégicos	Estão associados com as decisões estratégicas pela alta Administração para atingir os seus objetivos de negócios, levando-se em conta a dinâmica dos negócios e da concorrência, as alterações políticas no país e fora dele e as alterações na economia nacional e mundial.
Riscos	1) Risco de Mercado; 2) Risco de Crédito; 3) Risco de Liquidez

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Financeiros	Estão associados à exposição das operações financeiras da Companhia. Trata-se do risco de que os fluxos de caixa não sejam administrados efetivamente para maximizar a geração de caixa operacional, gerenciar os riscos e retornos específicos das transações financeiras e captar e aplicar recursos financeiros conforme as políticas estabelecidas.
Riscos Operacionais	Estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de ativos, de clientes e de receitas) resultantes de falhas, fraudes, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos (catástrofes naturais, greves e atos terroristas).
Riscos Legais	Estão associados a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.
Riscos Regulatório	Riscos relacionados ao cumprimento da legislação aplicável ao setor de atuação bem como de leis gerais (ambiental, trabalhista, cível e tributário/fiscal).

ii. os instrumentos utilizados para proteção

É de extrema importância que se consiga mapear os riscos potenciais que podem causar grandes danos à organização, deste modo, evita-se os riscos desconhecidos que podem causar um impacto inesperado.



(a) Identificação dos Riscos

Gera uma lista abrangente de riscos baseada nos eventos que possam criar, aumentar, evitar, reduzir, acelerar ou atrasar a realização dos objetivos.

Tais riscos devem ser categorizados de acordo com sua natureza, conforme identificado no Item 3.1 “Conceitos”.

(b) Análise dos Riscos

Envolve a apreciação das causas e das fontes de risco, suas consequências positivas e negativas, e a probabilidade de que essas consequências possam ocorrer.

(c) Avaliação dos Riscos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A finalidade da avaliação de riscos é auxiliar na tomada de decisões com base nos resultados da análise de riscos. A avaliação deve: (i) verificar quais Riscos necessitam de tratamento; e (ii) determinar a prioridade na implementação de referido tratamento. Para tanto, a Companhia adota critérios de impacto e de vulnerabilidade que são utilizados para a definição do Mapa de Riscos.

A classificação final do grau de exposição da Companhia a cada risco será definida em função da combinação entre o impacto e a vulnerabilidade, conforme abaixo:

- ✓ **Alto:** Riscos com impacto alto e vulnerabilidade alta ou média
- ✓ **Médio:** Riscos com impacto médio e vulnerabilidade média
- ✓ **Baixo:** Riscos com impacto baixo e vulnerabilidade baixa
- ✓ **Irrelevante:** Riscos com impacto e irrelevante e vulnerabilidade irrelevante

Essa classificação resultará no Mapa de Riscos que deverá auxiliar a Companhia na priorização do tratamento dos Riscos.

(d) Tratamento dos Riscos

Posteriormente à avaliação de riscos, é definido o tratamento que será dado aos riscos e como estes devem ser monitorados e comunicados às diversas partes envolvidas.

Tratar os riscos consiste em decidir entre aceitá-lo, eliminá-lo ou transferi-lo. A decisão depende principalmente do grau de apetite ao risco da Companhia.

O Comitê de Auditoria e Riscos observará as seguintes alternativas para tratamento dos Riscos:

1) **Aceitar:** nenhuma ação é tomada para influenciar a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do Risco. Riscos cujo impacto seja menor que o custo/benefício do seu gerenciamento podem ser mantidos, desde que conhecidos e aceitos pelo Comitê de Auditoria e Riscos. No entanto, o monitoramento deve ser contínuo de modo a assegurar que, caso haja mudança de conjuntura que justifique alteração no tratamento do Risco, a Companhia implemente referido tratamento.

No processo de aceitação de riscos considera-se que o nível atual do risco está abaixo do apetite ao risco estabelecido e é assumido pela Companhia, não existindo ações definidas para seu tratamento. Nesse caso, a decisão deve ser submetida à aprovação de acordo com a alçada descrita a seguir:

TABELA DE ALÇADAS PARA ACEITAÇÃO DOS RISCOS		
Risco	Proposta de Aceitação	Alçada de Aceitação
4. Alto	Comitê de Auditoria e Riscos	Conselho de Administração
3. Médio	Comitê de Auditoria e Riscos	Diretoria
2. Baixo	Comitê de Auditoria e Riscos	Diretoria
1. Irrelevante		

2) **Rejeitar:** caso seja determinado que a Companhia não deseja conviver com o Risco nas condições em que este se apresenta, o Comitê de Auditoria e Riscos aplicará um dos tratamentos a seguir:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Evitar: não correr o Risco e descontinuar as atividades que o geram. Evitar o Risco pode implicar na descontinuação de uma linha de serviços, divisão de negócios ou processos.

Mitigar: ações são tomadas para reduzir a probabilidade de materialização e/ou severidade do Risco. Esta resposta envolve o aprimoramento ou criação de controles e melhorias em processos.

Compartilhar: atividades que visam reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do Risco, por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do Risco a terceiros, como, por exemplo, contratação de apólices de seguro, outsourcing e hedging.

(e) Monitoramento

Uma vez implantado um processo de gerenciamento de riscos, este deve ser monitorado sistematicamente, de forma a ser atualizado, melhorado e adaptado às mudanças dos ambientes operacionais, surgimento de novas ameaças e novos métodos de proteção.

(f) Informação e Comunicação

As informações pertinentes são identificadas, coletadas e comunicadas de forma clara e objetiva a todas as partes interessadas, a fim de permitir que as pessoas cumpram as suas responsabilidades atingindo a eficácia dos Planos de Ação.

iii. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Esta política aplica-se a todas as áreas da **BRQ Soluções em Informática S.A.** e as suas controladas, no Brasil e no exterior, desde que a Companhia detenha o controle acionário.

Conselho de Administração: Aprovar formalmente a Política de Gestão de Riscos da Companhia e suas revisões, bem como a estratégia para atendimento de seus objetivos de negócio e gestão do risco.

Comitê de Auditoria e Riscos: Supervisionar as atividades das funções de Gerenciamento de Risco da Companhia em todos os seus níveis, submetendo periodicamente para a aprovação do Conselho de Administração.

CEO / CFO: Prover o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria e Riscos com avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Uma vez implantado um processo de gerenciamento de riscos, este deve ser monitorado sistematicamente, de forma a ser atualizado, melhorado e adaptado às mudanças dos ambientes operacionais, surgimento de novas ameaças e novos métodos de proteção.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Os riscos de mercado para os quais buscamos proteção são gerenciados por uma estrutura composta pela pelo Comitê de Auditoria e Riscos e pelo Conselho de Administração. Entretanto, não há uma política específica que trata de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, sendo que as práticas que adotamos são entendidas como suficientes para gerenciamento de nossos riscos de mercado. Adicionalmente, aplica-se ao gerenciamento de riscos de mercado a Política de Gerenciamento de Riscos mencionada na seção 5.1 acima, no que couber.

Importante destacar que a Companhia realiza aplicações financeiras de baixo risco e não tem como prática utilizar instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia criou um **Comitê de Auditoria e Riscos** aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada na data de 27/03/2018.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

- i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Apesar da Companhia não possuir uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, a BRQ adota as estratégias para mitigar os riscos de mercado a que está exposta.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“CDI”) e de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) para suas operações de aplicações financeiras e empréstimos e, dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros. O Grupo gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre aplicações financeiras e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A Companhia está exposta as oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos, para as operações de compra de software, valores a receber e investimentos em controladas no exterior; afim de mitigar esses riscos a Companhia avalia permanentemente as oscilações das taxas de câmbio. A Companhia entende que a exposição a este risco é baixa considerando que os valores envolvidos não são relevantes.

- ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Nem a Companhia, nem suas controladas possuem atualmente operações de hedge em moeda estrangeira. A Companhia entende que o risco cambial a que está exposta não justifica a adoção de qualquer estratégia de proteção patrimonial (hedge).

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza instrumentos de proteção patrimonial.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

O principal parâmetro que a administração utiliza para acompanhar o impacto da evolução das taxas de juros no negócio da Companhia é a relação da despesa financeira sobre o EBITA.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia monitora os seus riscos através de uma estrutura organizacional multidisciplinar, na qual a diretoria financeira submete à apreciação do Conselho de Administração as políticas adotadas e ações planejadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto no fluxo de caixa. Os riscos de mercado são avaliados em relação à necessidade de se manter a estratégia corporativa e o nível de flexibilidade financeira desejado.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia acredita que sua estrutura operacional e seus controles internos são suficientes para o gerenciamento adequado dos riscos a que está exposta, mas considera sempre alternativas e formas mais eficientes de otimizá-los.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

A Companhia está alinhada às melhores práticas de controles internos, bem como atestamos o correto funcionamento do ambiente de nossos controles, os quais estão de acordo com a complexidade dos nossos negócios e visam garantir as boas práticas de governança, mercado e atendimento às legislações e regulamentos aplicável, sempre zelando pela qualidade e integridade dos relatórios financeiros, pela adequação e eficácia dos nossos controles internos.

No cumprimento dessa responsabilidade, a Administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controles internos.

Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria Financeira é o principal órgão da administração pelo gerenciamento dos controles internos, conta com o suporte da Gerência de Contabilidade/Controladoria para sua elaboração, garantindo a adoção das boas práticas de controles internos e observância às normas contábeis aplicáveis.

A Companhia conta ainda com um Comitê de Auditoria e Riscos que, além da gestão de riscos e supervisão dos controles internos, tem como função identificar e mensurar os riscos do negócio, definir processos e atividades de controle e implementá-los.

A administração acredita que sua estrutura de Governança Corporativa e o sistema de controles internos da Companhia é compatível com o porte e com a complexidade de seus negócios, sendo considerados adequados.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O resultado de todos os trabalhos executados no exercício é reportado a Diretora Financeira e Administração. Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas, em linha com as melhores práticas recomendadas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Como parte do trabalho de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a EY obteve entendimento sobre os controles internos da Companhia, com o propósito de identificar e avaliar os possíveis riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras e planejar procedimentos de auditoria que fossem apropriados. No entanto, a EY não expressa uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Os auditores externos não identificaram deficiências de controle que pudessem ser consideradas significativas e/ou com impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social. A Companhia analisou todas as oportunidades de melhorias reportadas pelos auditores independentes na carta de recomendação e definiu planos de ação para a implementação das recomendações que julgou pertinentes. A implementação dos planos de ação vem sendo acompanhada pelo Comitê de auditoria e riscos. A carta de recomendação relacionada ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 dos Auditores Independentes não observou pontos relevantes de controle.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos. As recomendações são relacionadas ao aprimoramento no processo de revisão de perfil de acesso nos sistemas internos, aspectos fiscais e previdenciários.

De acordo com a avaliação da administração, nenhuma das melhorias reportadas pelos auditores apresentam probabilidade ou impacto significativo em relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

Para as recomendações propostas pela EY, a Companhia já definiu plano de ação, responsável e prazo, e fará o acompanhamento dos mesmos em bases mensais.

5.4 - Programa de Integridade

a. se o emissor possui, regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

Sempre foi política da BRQ, conduzir todas as suas atividades relacionadas com colaboradores, clientes, concorrentes, parceiros, fornecedores, governo e demais segmentos da sociedade, dentro dos mais elevados padrões de honestidade, dignidade, respeito, zelo e em conformidade com as exigências legais.

A BRQ torna público o seu Código de Conduta que tem como objetivo definir os princípios éticos que norteiam as ações e os compromissos de conduta da empresa, tanto da parte institucional como da parte dos seus colaboradores, traduzindo o conteúdo descrito em sua Missão.

Esperamos que todos os envolvidos nas atividades da empresa conduzam suas ações em conformidade com os princípios deste Código, uma vez que ele se apresenta como o compromisso público da empresa e o norteador das práticas e das relações cotidianas.

Estamos certos de que o cumprimento do Código de Conduta contribui para fortalecer a cultura empresarial que todos desejamos, com responsabilidade social e ambiental, cujos bons resultados serão fruto da representação e da participação coletiva

A Política de Código de Conduta da Companhia poderá ser acessada em sua íntegra através do nosso site de relações com investidores <https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/> e/ou no site da CVM/B3.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são o Código de Conduta e o Canal de Denúncias.

Para fortalecer ainda mais nosso compromisso em seguir nosso Código de Conduta com todos os públicos que nos relacionamos: profissionais, fornecedores, clientes, etc. contamos com um novo canal de Linha de Ética, disponível no site BRQ para reporte de qualquer acontecimento que não seja compatível com os valores BRQ.

O Canal de Ética da BRQ pode ser acessado em <https://www.brq.com/quem-somos/canal-de-etica/>

Paixão por tecnologia e respeito por pessoas é o que tem nos movido nestes 28 anos de história. Um de nossos valores é a ética e a defendemos em todas as relações, por isso, caso você passe por algum acontecimento ou perceba qualquer profissional em uma situação que não seja compatível com nosso código de conduta, comunique imediatamente em nosso canal.

Além da Política de Código de Conduta a Companhia possui uma Política de Integridade que tem como principal objetivo estabelecer o conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidade, tendo como foco medidas anticorrupção, aplicando efetivamente os códigos de ética

5.4 - Programa de Integridade

e de conduta, política e diretrizes, com a finalidade de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos.

Esse instrumento foi elaborado, em atendimento e consonância com as medidas de anticorrupção estabelecidas na Lei nº 12.846/2013 e Decreto nº 8.420/2014.

Princípios Éticos BRQ:

- ✓ O respeito aos indivíduos, a integridade, a transparência e a honestidade são os princípios éticos que direcionam as ações da empresa.
- ✓ O respeito aos indivíduos referência as relações da empresa com pessoas e instituições e se manifesta no respeito às condições de raça, cor, sexo, religião, origem, classe social, idade, estado civil, nível hierárquico e outras.
- ✓ A integridade para a BRQ é desenvolver suas atividades de forma correta e honesta, preservando e fortalecendo seus princípios morais e éticos.
- ✓ A transparência, como respeito ao interesse público e às partes interessadas se manifesta de modo compatível com os direitos de privacidade pessoal e com a política de segurança da Informação da empresa.
- ✓ A BRQ repudia sumariamente a prática de corrupção e propina, utilizando procedimentos internos de controle que evitam tais ocorrências
- ✓ O cuidado com a qualidade de vida inclui o atendimento à saúde, ao meio ambiente e a segurança.
- ✓ A empresa compromete-se em proporcionar relações de trabalho justas, num ambiente de confiança mútua, de cooperação, solidariedade, valorização e de respeito às pessoas em sua diversidade e dignidade.
- ✓ A lealdade a BRQ se manifesta no compromisso com sua Missão e Visão, na adoção de condutas compatíveis e inovadoras em busca de níveis crescentes de excelência, competitividade e rentabilidade.
- ✓ A BRQ busca a excelência em qualidade, segurança, meio ambiente, saúde e recursos humanos, e para isso promove a educação, capacitação e comprometimento dos colaboradores, envolvendo as partes interessadas.
- ✓ A empresa considera que a responsabilidade, zelo e disciplina no trabalho, no trato com as pessoas e com os bens materiais e imateriais da Empresa são comportamentos fundamentais para as relações de trabalho.
- ✓ O mérito é o critério utilizado para o reconhecimento, a recompensa, a avaliação e o investimento em pessoas.

5.4 - Programa de Integridade

- ✓ A BRQ desenvolve as atividades de seu negócio reconhecendo e valorizando os interesses e direitos de todas as partes interessadas.
- ✓ A empresa reconhece e respeita as particularidades legais, sociais e culturais dos diversos ambientes em que atua, atendendo à lei e às normas vigentes.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O Código de Conduta da BRQ foi criado em 2008. Este documento é o resultado da pesquisa realizada internamente, assim como da análise de documentos sobre o tema, tornados públicos por grandes e respeitadas empresas nacionais, que serviram de balizamento para a elaboração final do Código de Conduta, que é composto dos princípios éticos e de conduta.

Buscou-se retratar no documento as práticas usuais de relacionamento da BRQ com o meio interno e externo, que traduzem o seu compromisso com os valores éticos adotados como norteadores de sua ação.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

O Código de Conduta da Companhia teve sua terceira edição formalmente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22/06/2020.

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O principal objetivo do Código de Conduta é formalizar normas de conduta ética para os integrantes da estrutura organizacional e de pessoal da empresa; visando o bem comum, a honra e a qualidade dos serviços.

O presente Código abrange as diretorias, gerências, colaboradores, estagiários e prestadores de serviços da BRQ, constituindo compromisso individual e coletivo. E cada um deve cumprir e promover o cumprimento, em todas as ações da cadeia produtiva da empresa e nas relações com todas as partes interessadas. Todos os colaboradores, representantes legais e empresas contratadas da BRQ tomarão conhecimento formal deste Código, que será amplamente divulgado, por meio impresso e eletrônico, sendo a sua leitura, obrigatória no ato da admissão. A Empresa considera falta grave qualquer descumprimento dos princípios e compromissos expressos neste Código.

Periodicamente, através da rede interna da empresa são abordados tópicos do documento, de forma a garantir o pleno conhecimento e divulgação de seu conteúdo.

Este Código de Ética é submetido a revisões periódicas, com transparência e participação das partes interessadas e será atualizado, sempre que necessário. Através da observância do Código é possível garantir a

5.4 - Programa de Integridade

integridade do grupo e o bem-estar dos indivíduos que o constituem. A finalidade é que seu conteúdo sirva como uma orientação durante as preocupações do dia-a-dia, permitindo um crescimento pessoal e profissional orientado para a consciente tomada de decisões.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

A Companhia realiza treinamento de integração com os colaboradores quando da admissão onde aborda temas que orienta os princípios e valores de conduta para os seus colaboradores.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Caso haja violação ao Código o caso será tratado pela Diretoria onde será avaliado diretrizes para aplicação de medidas disciplinares, apuração de ocorrências e ressarcimento de danos/multas causados por empregados à empresa, por culpa ou dolo, de acordo com as leis que tratam do assunto, as quais são aplicadas na Companhia.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta da BRQ foi criado em 2008 e está em sua terceira edição (aprovada 22/06/2020).

O documento está disponível através da Intranet (WorkPlace) da Companhia aos seus colaboradores e ao público em geral através da página oficial da BRQ.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias da Companhia é interno e está sob responsabilidade dos membros do Comitê de Ética, constituído e regido de acordo com o Regimento Interno próprio.

- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal está aberto para recebimento de denúncias de terceiros e dos empregados da Companhia, fortalecendo ainda mais nosso compromisso em seguir nosso Código de Conduta com todos os públicos que nos relacionamos.

O Canal de Ética da BRQ pode ser acessado em <https://www.brq.com/quem-somos/canal-de-etica/>

- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

5.4 - Programa de Integridade

Os denunciantes não precisam se identificar, garantindo desta forma seu anonimato. As denúncias relacionadas a violação do código de conduta não implicarão retaliação nem serão objeto de valorização ou reconhecimento dos profissionais que realizaram a denúncia.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.**

O responsável pela apuração de denúncias é o Comitê de Ética da Companhia.

Todas as informações registradas são recebidas pelo Comitê de Ética e são analisadas com total imparcialidade, assegurando o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação, sem conflitos de interesses.

Em 2020 houveram seis denúncias, que foram tratadas através de sindicância entre as partes envolvidas.

- c. **se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Para todos os processos que envolvem fusões, aquisições ou reestruturações, são realizadas avaliações de riscos que abrangem as categorias de riscos jurídicos, ambientais, prediais, de mercado, políticos, financeiros e técnicos. Para suportar as avaliações, são contratadas consultorias especializadas para realização de Due Diligence das pessoas jurídicas envolvidas no processo.

- d. **caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.**

Não se aplica, dado que a Companhia possui em seu Código de Conduta regras relacionadas a inibir a corrupção, fraudes a licitações e outras práticas lesivas à administração pública.

5.5 - Alterações significativas

A Companhia avalia constantemente os riscos aos quais está exposta e que possam afetar de forma adversa seus negócios, situação financeira e resultado. Incluem-se aí eventuais mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar negativamente suas atividades e de suas Controladas.

Em relação ao último exercício social, nenhuma alteração significativa nos principais riscos foi identificada pela Companhia.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

No julgamento da Companhia, todas as informações relevantes foram fornecidas nos itens relacionados na questão 5.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	26/02/1993
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade anônima de capital aberto.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	11/01/2016

6.3 - Breve Histórico

“Entregar uma experiência digital encantadora, sendo reconhecida por adotar as mais eficientes e inovadoras tecnologias e metodologias, com um time motivado e engajado.”

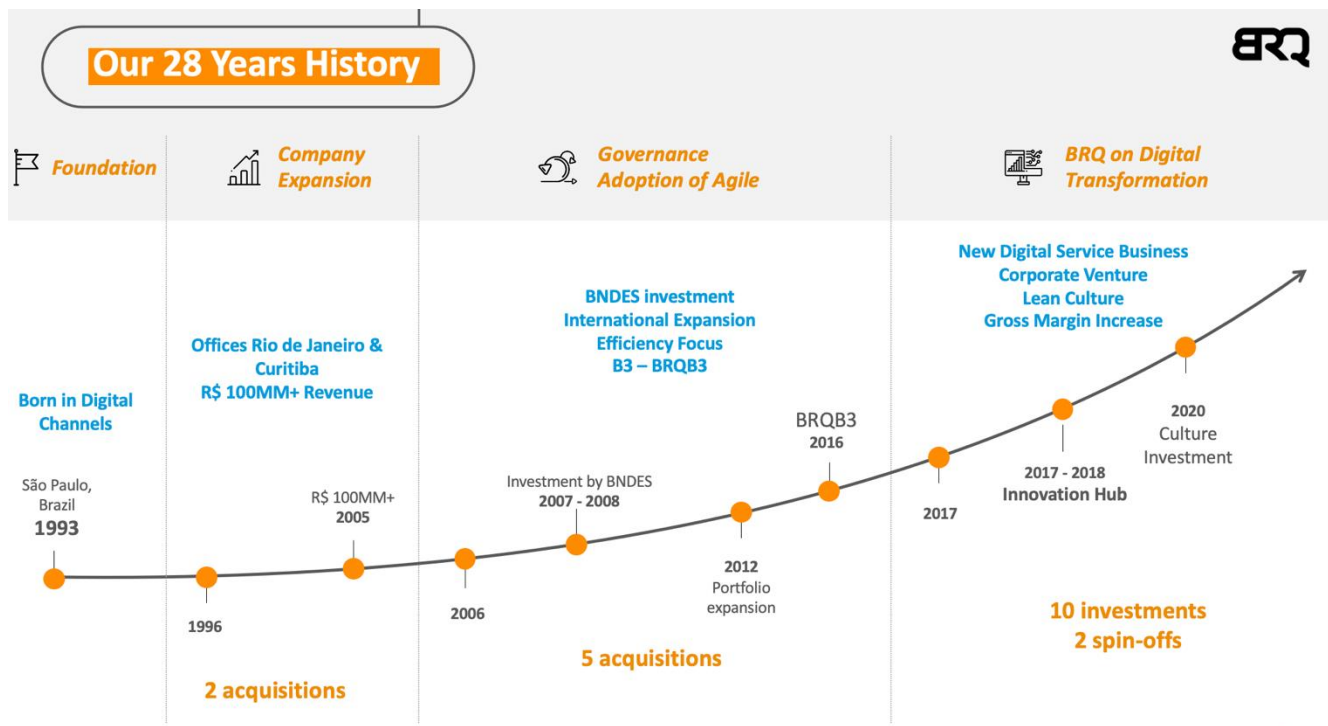
Com mais de 28 anos de experiência e mais de 2.500 profissionais, somos parceira das empresas em todos os desafios da Transformação Digital.

Construímos aplicações sob medida, assim como produtos e canais digitais, entre os serviços disponíveis estão: Ciclo de Inovação, Design Thinking, Design de Serviços, User Experience, Transformação Ágil, Inteligência Artificial & Big Data, Arquitetura, Blockchain, Cloud, DevOps, Integração SaaS, Células Ágeis entre outros.

Em um mercado altamente competitivo, o diferencial da BRQ é ser multidisciplinar, a filosofia LEAN E ÁGIL agrega conhecimento e potencializa competências como aprendizagem rápida, adaptabilidade e resiliência.

Paixão em transformar negócios com tecnologia, esse é o propósito que move a BRQ há 28 anos. Com soluções digitais próprias e customizadas, a BRQ acelera a transformação digital das maiores empresas que operam no Brasil.

Nossa linha do tempo:



6.3 - Breve Histórico

A história da companhia vem sendo construída através de pessoas altamente capacitadas e apaixonadas por tecnologia, por isso, é reconhecida pela eficiência e qualidade da entrega de seus serviços. Os profissionais contam com uma política de benefícios diferenciada, programas de incentivo a certificação, treinamentos e ações de saúde e qualidade de vida.

Diversos institutos de pesquisas, revistas e quadrantes de mercado nos reconhecem como:

- 1- **Líderes em 4 dos 5 quadrantes** de Transformação Digital do Instituto ISG Provider, confira aqui os diferenciais BRQ nos quadrantes.
- 2- **4º lugar em Inovação e 5º lugar do setor Tecnologia e Software e Serviços** pela Época 360;
- 3- **1º lugar Empresa + Digital** do Brasil pelo Instituto Mais Digital
- 4- **2º lugar em Aplicações para o Setor Financeiro**, segundo o IDC

A gestão tem como pilar o MINDSET LEAN, baseada no respeito, focado no desenvolvimento de pessoas, resolução de problemas e geração de valor.

Pessoas é um pilar fundamental, temos uma cultura forte e colaborativa, somos reconhecidos pelos nossos profissionais através do selo GPTW e temos também o maior índice de avaliação no Glassdoor, superando todos os nossos concorrentes.

Cuidamos dos nossos #ferasbrq em 4 pilares diferentes:

- 1- **Busca e atração de talentos:** Com as mais modernas ferramentas de processo seletivo, onboarding 100% digital e aproximação com universidades;
- 2- **Fit cultural:** Cultura Lean e Ágil, Anywhere Office, programas voltados à saúde e qualidade de vida, ações comemorativas (digitais ou presenciais);
- 3- **Pluralidade de conhecimento:** Ferramentas para colaboração, base de conhecimento, treinamentos e meetups diversos.
- 4- **Gestão e desenvolvimento:** Avaliação e PDI, feedbacks constantes, plano de carreira e apoio às certificações.

Como entregamos valor para os nossos clientes?

Temos como missão construir jornadas de transformação com robustez e segurança, entregando inovação, produtividade e valor para as maiores empresas dos mais diversos segmentos (finanças, seguros, telecom, manufatura, varejo, montadoras, educação, entre outros). A diversidade no segmento de atuação traz uma visão mais consistente dos desafios dos clientes.

A BRQ é reconhecida no mercado por 3 diretrizes estratégicas, aplicar sempre as melhores tecnologias, metodologias e ter nos times os melhores profissionais, entregando para nossos clientes o MELHOR DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL.

Atuamos no ciclo completo de desenvolvimento, desde a concepção até a materialização dos produtos digitais:

- 1- **Squads Gerenciados:** Times cross-funcionais, ágeis e auto gerenciáveis, com alta performance e estratégia orientada à entrega de valor;

6.3 - Breve Histórico

- 2- **Transformação Digital:** Transformar negócios com tecnologia evoluindo e acelerando como as empresas operam e entregam valor para seus clientes. Digitalização e aprendizado contínuo para melhoria dos negócios dos clientes;
- 3- **Soluções Inovadoras:** Conectar clientes com soluções proprietárias disruptivas que acelerem a transformação digital ou criar novos modelos de negócio.

Entregamos esse processo através da nossa PLATAFORMA DE SERVIÇOS END TO END, com capabilities para diferentes estágios e necessidades da jornada da transformação que nos permite atuar em toda a cadeia de negócio do cliente.

Desdobramos a estratégia, entendemos o problema de negócio e depois disso iniciamos a construção da solução utilizando as melhores e mais inovadoras tecnologias unindo aceleradores de negócio. Fazemos também o acompanhamento, monitoramos a evolução e analisamos a eficácia com soluções analíticas que facilitam a tomada de decisão. E a evolução é incremental com escala de soluções que aceleram a transformação nos nossos clientes.

Além do portfólio de serviços, temos o INNOVATION HUB E PARCEIROS ESTRATÉGICOS que juntos aceleram e dão escala para o negócio de nossos clientes.

Contamos com mais de 20 parcerias estratégicas e 10 startups aceleradas que fazem parte do Innovation Hub que se conectam com a nossa plataforma de serviços para acelerar a transformação. Exemplo disso, 2 dessas 10 startups aceleradas foram criadas internamente por profissionais BRQ. Em 2019 foi feito spin-off dessas operações, e graças à sinergia com o modelo de negócio BRQ, foram capazes de potencializar seus resultados em 2020 atingindo no caso da Inspectos 7,4 vezes o faturamento comparando à 2018 e a Workfacilit cresceu 1,4 vezes comparado também ao mesmo período.

Acreditamos que o resultado é a evolução de modelos de negócios que visam levar a melhor experiência para os consumidores.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Não foi protocolado nenhum pedido requerendo a falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia até a data de apresentação deste Formulário de Referência.

6.6 - Outras Informações Relevantes

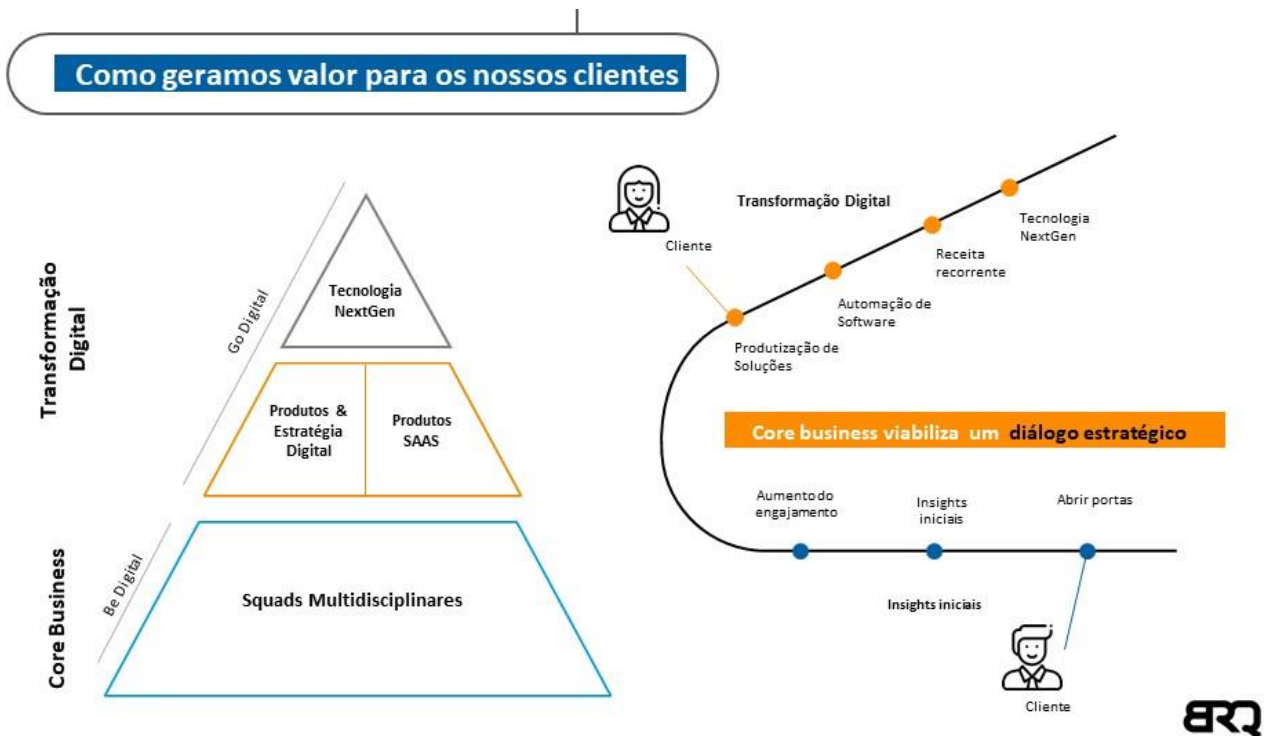
Não há outras informações que sejam relevantes para a Companhia, além das já elencadas neste Item 6.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Há 28 anos no mercado, a BRQ Digital Solutions se consolidou como uma das maiores empresas de tecnologia e transformação digital do país. Líder na construção de jornadas de transformação com robustez e segurança, oferecemos as mais eficientes e inovadoras soluções, tecnologias e metodologias, promovendo uma jornada de transformação completa para grandes marcas, de diferentes segmentos, no Brasil e no exterior.

A Companhia e suas controladas tem como principais atividades:

- (i) Desenvolvimento de aplicações e integrações;
- (ii) Prestação de serviços na área de informática;
- (iii) Elaboração de programas de computador;
- (iv) Análise e desenvolvimento de sistemas;
- (v) Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de dados;
- (vi) Assessoria e consultoria em informática;
- (vii) Venda de software;
- (viii) Atividades relacionadas à segurança em informática; e
- (ix) Treinamento.



7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A diversidade no segmento de atuação nos traz uma visão mais consistente dos desafios dos nossos clientes, permitindo-nos criar uma plataforma de serviços end-to-end para diferentes estágios e necessidades da jornada.

Plataforma de Serviços

Tendo o consumidor final como o centro das decisões, a plataforma da BRQ reduz o time to market e acelera o negócio do cliente entregando soluções evolutivas e escaláveis, em um processo cíclico e contínuo, que agrega as melhores tecnologias, metodologias, e os melhores profissionais em um só lugar.

O ciclo produtivo da BRQ é cíclico e passa por quatro pilares importantes:

- 1) Desdobramento da estratégia: Transformando a cultura
- 2) Descoberta: Entendendo o problema para conceber soluções
- 3) Entregar as soluções utilizando as melhores e mais inovadoras tecnologias
- 4) Monitoramento contínuo

A plataforma funciona com um framework de transformação digital adaptável para atender os mais diferentes tipos de desafios e negócios. Nós entendemos o problema e construímos a melhor solução, com a melhor e mais inovadora tecnologia. Também fazemos o monitoramento, acompanhamos a evolução e analisamos a eficácia, ao longo de toda a jornada, com soluções analíticas que ajudam e facilitam a tomada de decisão.

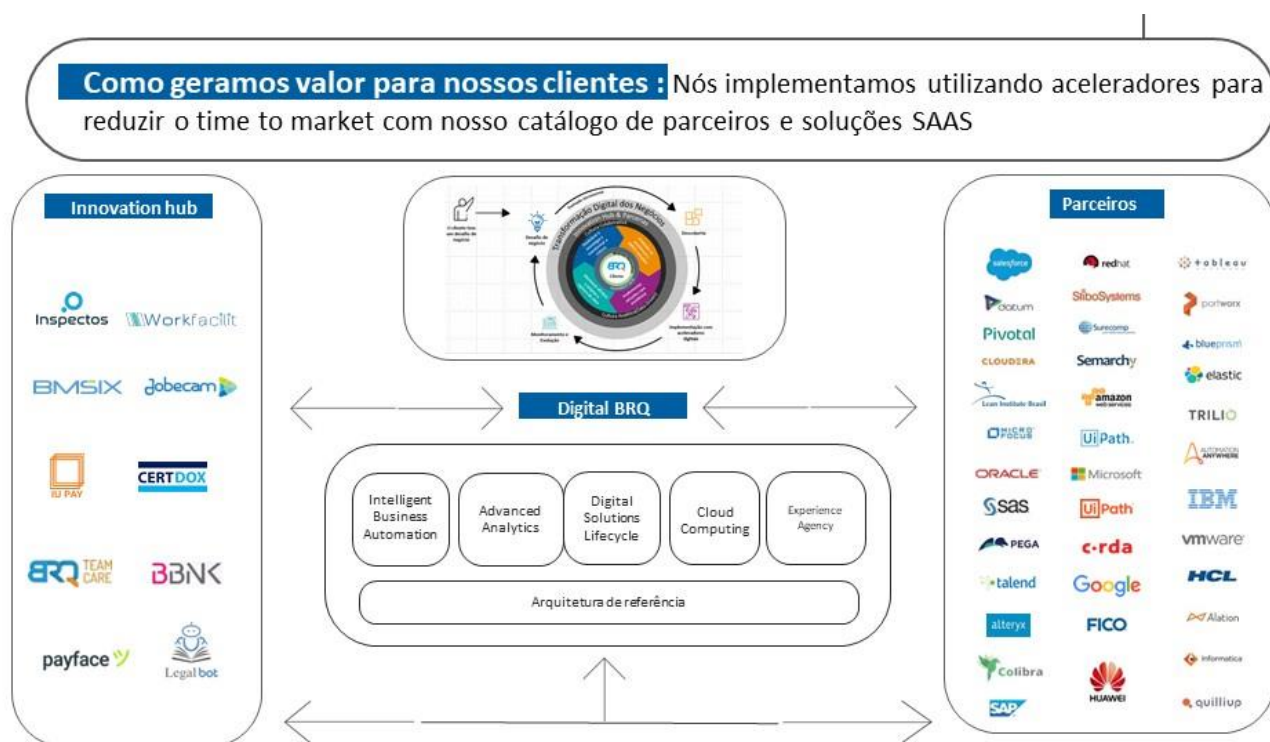


A plataforma reúne todos os serviços ofertados pela BRQ e foi pensada para conduzir o processo de transformação de maneira escalonada, estratégica e contínua. São soluções personalizadas, com alto poder de escala e inovação,

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

que ajudam a acelerar a transformação digital e as inovações dos negócios de nossos clientes, contribuindo para levar comodidade e a melhor experiência ao consumidor final. Para oferecer serviços e capabilities diferenciados, nossas ofertas contam com cinco áreas-chave que suportam a transformação: Intelligent Business Automation, Advanced Analytics, Digital Solutions Lifecycle, Cloud Computing e a Experience Agency.

A BRQ conta ainda com aceleradores para potencializar esse processo. O Innovation Hub, que conta com mais de 10 startups e soluções que se conectam diretamente com os desafios de negócio dos clientes, e Parcerias estratégicas que ajudam a acelerar o time to market expandindo o catálogo de ferramentas e soluções.



Nossa Plataforma de Serviços, somada às soluções inovadoras investidas pelo Innovation Hub e ao maior catálogo de parcerias estratégicas do mercado, é o que nos destaca da concorrência e nos posiciona como parceiros das empresas em todos os desafios da transformação digital.

Assim como a tecnologia, a BRQ está sempre em transformação. Todo esse trabalho é possível por ter uma robusta, sólida e confiável infraestrutura física e de TI, que conta com: 6 centros de serviços (cinco no Brasil e um em Nova York), mais de 2.500 profissionais e 500 MM de receita.

Nossos funcionários atuam no modelo de trabalho Anywhere Office e a empresa é destaque como um dos melhores lugares para trabalhar pelo GPTW e Glassdoor.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

A BRQ não é uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

a. produtos e serviços comercializados

A receita da Companhia é, basicamente, composta pelo desenvolvimento de aplicações e integrações. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento de negócio passível de reporte.

Vide maiores descrições no item 7.1.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A totalidade da receita líquida do emissor é representada por um único segmento, desenvolvimento de aplicações e integrações.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

O lucro do emissor do emissor é representado por um único segmento, desenvolvimento de aplicações e integrações.

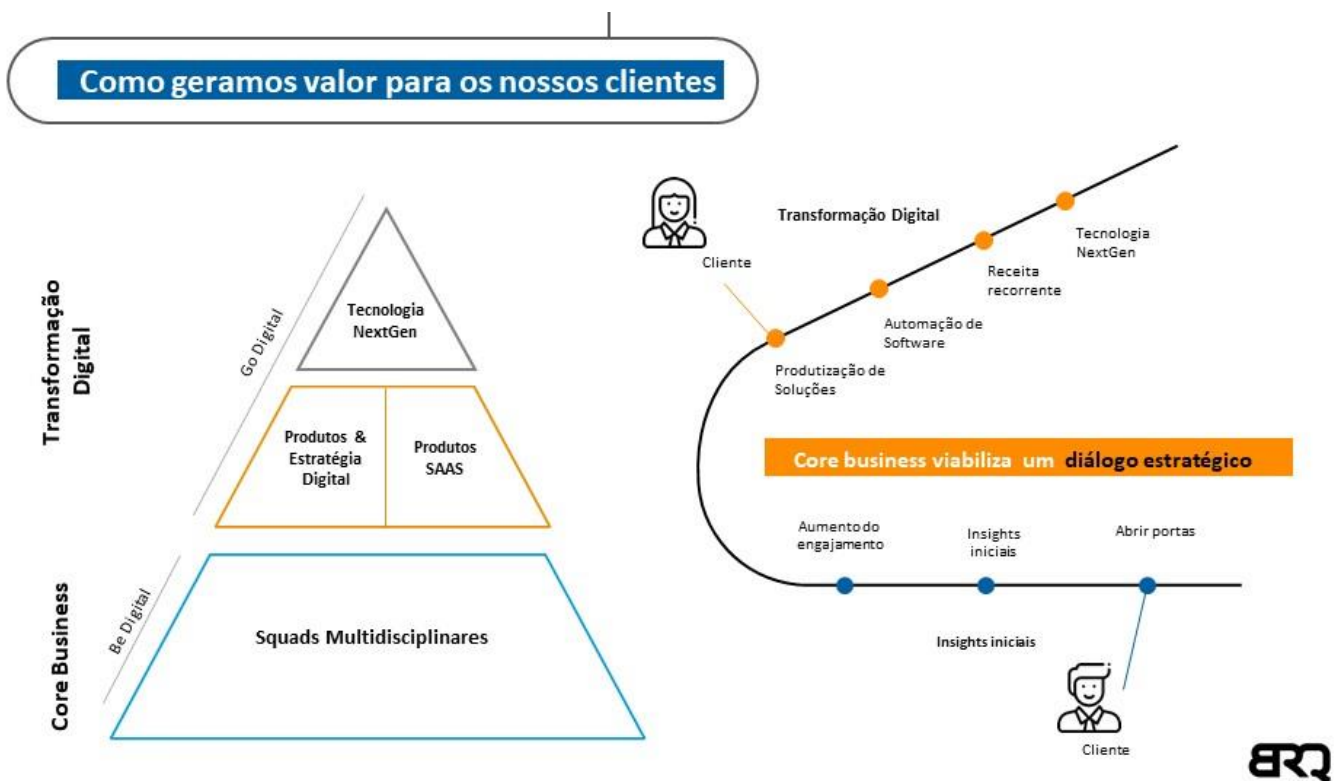
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

a. Características do processo de produção

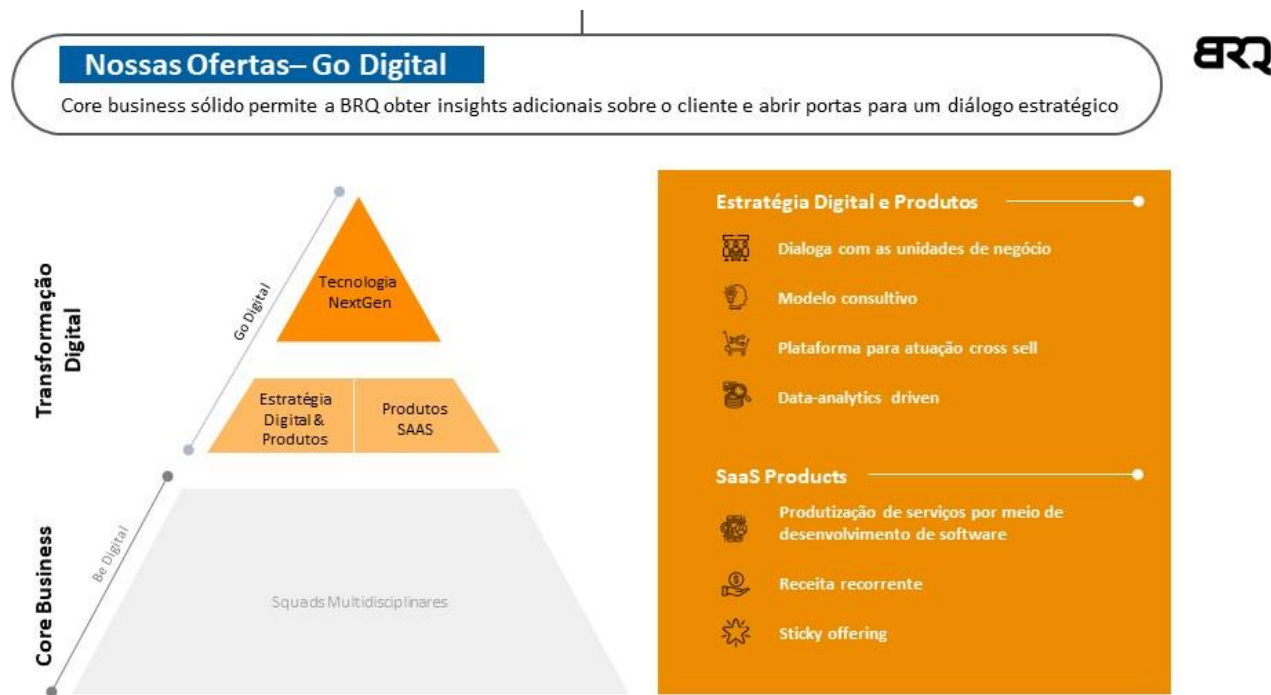
A BRQ atua no ciclo completo de desenvolvimento, desde a concepção até a materialização dos produtos digitais. O processo de produção pode ser dividido em duas grandes áreas de natureza distinta.

Para Serviços temos de um lado um completo processo de aquisição, desenvolvimento, e ocupação de talentos que visa termos o capital humano na quantidade e qualidade demandada pelo mercado. E de outro lado na consolidação e disseminação do capital intelectual técnico e de indústria de forma a servirmos os clientes com as melhores práticas.

Para Software temos um processo de Pesquisa & Desenvolvimento que visa capturar necessidades e tendências dos mercados alvo para posterior priorização e investimento em extensões ou novos produtos de software.



7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A força de vendas é comandada por um Chief Sales Officer (CSO) que responde diretamente ao CEO. O trabalho é segmentado primariamente por indústria, suportado por especialistas em cada linha de negócios e segue um processo de acompanhamento de oportunidades que é acompanhado por um gestor.

No Desenvolvimento de Aplicações e Integrações são os gerentes de projetos que fazem a atividade comercial da venda do projeto. As atividades são essencialmente técnicas voltadas para a definição de escopo. O preço da unidade de serviço já é definido nos contratos mães dos clientes base. Para clientes não base é responsabilidade deste gerente a negociação do preço.

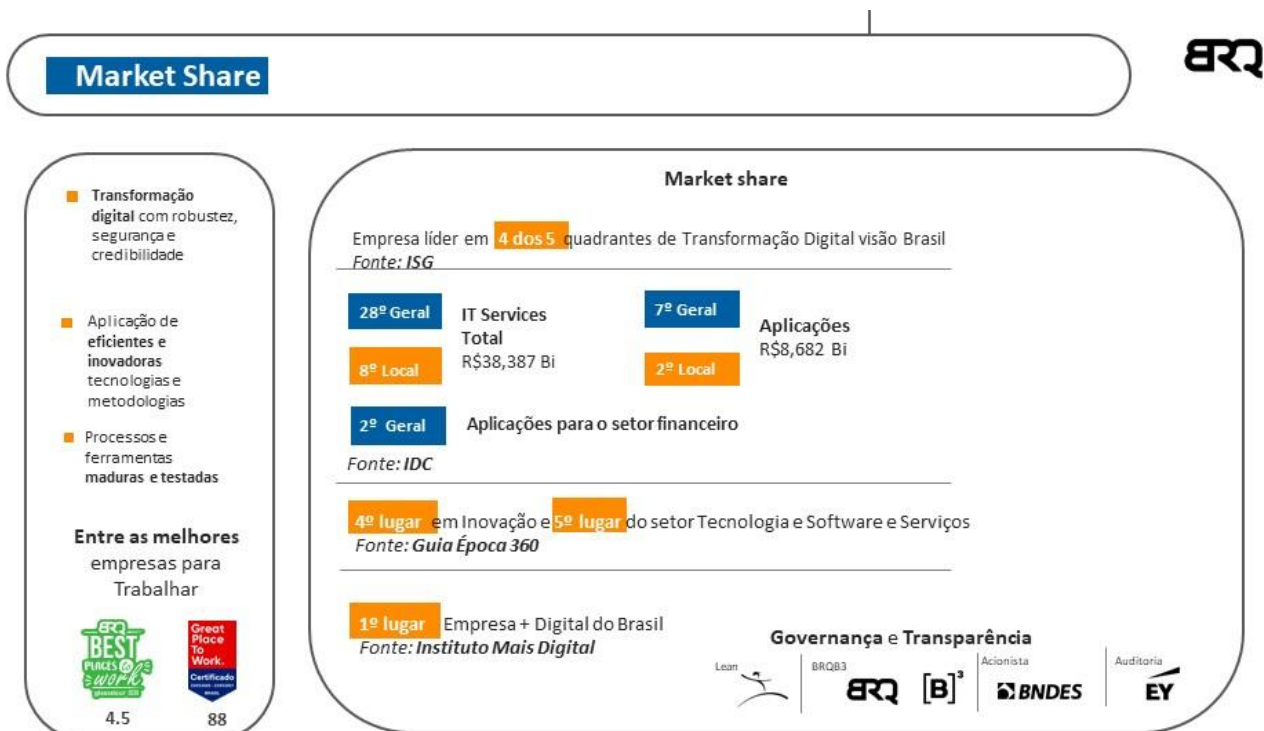
Todo processo de venda e pricing conta com o suporte da área de Governança onde profissionais de qualidade acompanham o fechamento do contrato.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

A BRQ é líder de mercado pelo ISG em 4 dos 5 quadrantes no estudo ISG Provider Lens™ Digital Business — Solutions and Service Partners 2020: Digital Business Consulting Services | Digital Customer Experience Services | Digital Product Lifecycle Services | Blockchain Services.

Também é reconhecida pelo IDC como uma das maiores empresas de serviço no gerenciamento e desenvolvimento de aplicações.



ii. condições de competição nos mercados

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em um mercado extremamente fragmentado com milhares de pequenas empresas e alguns grupos multinacionais de grande porte, a BRQ oferece equilíbrio entre eficiência e flexibilidade, com um modelo de crescimento baseado em diferenciação, qualidade de entrega, escala de operação, preço, proximidade ao cliente, agilidade nas decisões e conhecimento da indústria.

d. eventual sazonalidade

No mercado de serviços de tecnologia da informação existe uma concentração um pouco maior de receita no segundo semestre, devido a necessidade de alguns clientes realizarem seus orçamentos até o encerramento do exercício social.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A atividade de desenvolvimento da Companhia está concentrada na sua equipe própria de funcionários. Do ponto de vista de infraestrutura, possuímos fornecedores de data centers e companhias telefônicas que fornecem os nossos links de conectividade, não havendo controle ou regulamentação governamental sobre tais relações.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Não aplicável

iii. eventual volatilidade em seus preços

Não aplicável

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

a. montante total de receitas provenientes do cliente

Para o exercício social do ano de 2020 houveram dois clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, a receita líquida destes clientes representou 38,8% do montante total apurado pela Companhia.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

A receita decorrente de serviços prestados para este cliente afeta o segmento de “Desenvolvimento de Aplicações e Integrações”.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A companhia não possui necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades.

- b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Apesar da Companhia não possuir regulação ambiental, a BRQ possui uma Política de Sustentabilidade estruturada em quatro pilares – Mercado, Ambiental, Social e Governança Corporativa, agrupando, dessa forma, temas relevantes para reafirmar seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e direcionar a gestão interna da Companhia.

- c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Não possuímos dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Nossas atividades são geograficamente concentradas no mercado brasileiro, sendo que em 2020 a receita líquida proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da BRQ foi de R\$ 468,1 milhões que corresponde a 91,1% da receita líquida consolidada da Companhia.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita da Think International, subsidiária da Companhia nos Estados Unidos, durante o ano de 2020 foi de R\$ 45,6 milhões que corresponde a 8,9% da receita líquida consolidada da Companhia.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita líquida da Companhia nos Estados Unidos durante o ano de 2020 foi de R\$ 45,6 milhões que corresponde a 8,9% da receita líquida consolidada da Companhia.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

A Companhia possui uma controlada no exterior (EUA) que está sujeita à regulação deste país no que diz respeito a tributação, atendimento as leis trabalhistas e demais regras locais.

7.8 - Políticas Socioambientais

a. Se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A Companhia possui uma Política de Sustentabilidade aprovada pela diretoria em 25/10/2019, que tem por objetivo demonstrar nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e orientar nossos colaboradores através de um conjunto de ações ordenadas e práticas com o propósito de preservar o meio ambiente e garantir o desenvolvimento sustentável do planeta. Esta política está norteada por princípios e valores ambientais que levam em consideração a sustentabilidade.

Princípios:

- ❖ Promover, implementar e disseminar ações de desenvolvimento sustentável;
- ❖ Conscientização e engajamento de todos os colaboradores com a sustentabilidade.
- ❖ Buscar novas tecnologias de construção e uso de matérias-primas economicamente viáveis e aperfeiçoar os processos de engenharia de modo a minimizar os impactos no meio ambiente;
- ❖ Utilizar água e energia de forma consciente com controle e gerenciamento, adotando medidas de substituição de equipamentos obsoletos para melhor aproveitamento dos recursos;
- ❖ Reduzir, reutilizar e reciclar os resíduos, sempre que possível;
- ❖ Divulgar as práticas de sustentabilidade;
- ❖ Promover o comprometimento da alta direção com o desenvolvimento do tema;
- ❖ Promover e incentivar a inovação tecnológica, o investimento em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e a concepção de novos projetos e produtos para que sejam concebidos de maneira sustentável;
- ❖ Respeitar nossos clientes;
- ❖ Respeitar a diversidade, combatendo a discriminação, o assédio moral e sexual e a corrupção em todas as suas formas;
- ❖ Garantir condições de trabalho adequadas e o bem-estar dos nossos colaboradores;
- ❖ Enfatizar a importância da aderência ao “Código de Conduta” da Companhia;

A Política de Sustentabilidade está estruturada em quatro pilares – Mercado, Ambiental, Social e Governança Corporativa, agrupando, dessa forma, temas relevantes para reafirmar seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e direcionar a gestão interna da Companhia:

Mercado: Estabelecer relações éticas e transparentes com os clientes, colaboradores, fornecedores e com todos com quem a Companhia mantenha relacionamento; Considerar as dimensões econômica, social e ambiental na

7.8 - Políticas Socioambientais

mais equilibrada forma possível, nos processos de tomada de decisão; Motivar para práticas sustentáveis os colaboradores, clientes, parceiros de negócios e fornecedores.

Ambietal: Utilizar água e energia de forma consciente, com gerenciamento, adotando tecnologias, atualização e melhorias para melhor aproveitamento dos recursos; Aplicar os conceitos de reduzir, reutilizar e reciclar os resíduos; Priorizar a utilização de energia limpa e renovável; Manter e apoiar atividades de conscientização de colaboradores sobre a importância da redução do desperdício, da gestão de resíduos, da reciclagem e da economia de água e energia.

Social: Estimular, fortalecer e ampliar práticas internas de promoção à saúde, bem-estar e qualidade de vida dos colaboradores; Assegurar que as instalações dos escritórios da BRQ atendam às condições de acessibilidade; Relacionar-se com fornecedores comprometidos com a correta aplicação das legislações trabalhista, ambiental, anticorrupção e sobre direitos humanos; Realizar as atividades empresariais de forma a desenvolver, direta ou indiretamente, a comunidade do entorno da entidade.

Governança Corporativa: Apoiar e incentivar à incorporação do tema sustentabilidade aos programas, projetos e processos da Companhia em consonância com a busca da melhoria contínua das práticas de gestão adotadas pela BRQ.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

A BRQ realiza reuniões envolvendo a Alta Direção, onde um dos assuntos em pauta está relacionado a sustentabilidade.

Os objetivos e metas tratados, nestas ocasiões, estão voltados às condições que contribuam para o desenvolvimento e qualidade de vida em sociedade, considerando os aspectos ambientais, sociais de saúde e segurança do colaborador BRQ.

A Política de Código de Conduta (documento que orienta os princípios e valores de conduta para os seus colaboradores) é divulgada a todos os colaboradores e está disponível de fácil acesso para eventual consulta.

Como Ética e Respeito ao Ser Humano são alguns dos valores principais da BRQ, em nosso processo de recrutamento e seleção, não é permitido a distinção aos aspectos pessoais relacionados na pergunta em questão. A BRQ cumpre e garante todos os direitos de seus colaboradores.

A biodiversidade é responsável pelo equilíbrio do planeta e, portanto, está ligada ao nosso comprometimento para ser preservada.

Com o meio ambiente degradado a economia não se desenvolve a longo prazo e o futuro fica insustentável, pensando nisto a BRQ busca contribuir com a questão ambiental adotando medidas preventivas e corretivas.

Os procedimentos adotados visam obter o menor impacto ambiental possível.

7.8 - Políticas Socioambientais

Com a finalidade de preservar o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras, foram criadas ações para utilização consciente de recursos como energia elétrica, água e papel, na contratação de fornecedores de equipamentos e produtos que compartilhem essa consciência ambiental e no descarte de materiais por meio de coleta seletiva.

Adotamos uma política quanto à utilização somente de papel produzidos através de florestas 100% plantadas e renováveis (Certificada pela CERFLOR - regulamentada pelo INMETRO), além de realizar constantemente campanhas de redução de impressões uma vez que muitas destas são desnecessárias.

Acreditamos que preservando nossas florestas, ao orientar e desenvolver ações que incentivam o uso correto de papel, hoje uma fonte importante de consumo para o nosso ramo de negócios, estamos contribuindo para a redução de emissões de gases de efeito estufa.

A coleta de lixo seletiva e descarte estruturado de equipamentos depreciados garantem o controle, o armazenamento e a disposição final dos resíduos gerados.

A BRQ realiza campanhas através de e-mails, mural e instruções para o uso consciente da utilização de água e energia.

Realizamos em todo nosso parque de impressão a troca por equipamentos que evitam o desperdício de papel contribuindo significativamente com a questão de proteção às florestas.

O novo parque de impressão, instalado na BRQ, permite emitir relatórios sobre emissões de carbono e com base nessa experiência estão sendo planejadas ações para se medir esse impacto nos demais equipamentos utilizados.

A BRQ possui metas estabelecidas de redução de consumo de energia elétrica e ações em andamento nesse sentido.

Além destes, a BRQ participa de iniciativas e compromissos voluntários para sustentabilidade, através de projetos sociais, os quais são tratados internamente pela Alta Direção. Para exemplificar, podemos citar nosso compromisso com a Fundação ABRINQ - Empresa amiga da criança.

A BRQ segue os programas de inclusão de diversidade do Governo, como o de PCD (Pessoas com Deficiência) e Menor Aprendiz.

c. [se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente](#)

Atualmente não há informações auditadas ou revisadas por entidade independente.

d. [a página na rede mundial de computadores onde possam ser encontradas essas informações](#)

As informações que tratam da nossa política de sustentabilidade, são divulgadas internamente aos funcionários através do portal WorkPlace.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Pontos Fortes da Companhia

A Companhia se destaca em suas atividades pelos seguintes diferenciais competitivos:

- 1) **Posição de liderança e expertise no mercado-foco:** A BRQ é reconhecida pelo IDC como a maior empresa de serviços no gerenciamento e desenvolvimento de aplicações customizadas para o setor financeiro. A BRQ se dedica em manter esta liderança através de um time com expertise e grandes projetos executados neste segmento.
- 2) **Soluções inovadoras, abrangentes e de fácil implementação:** A Companhia nasceu a partir de um projeto de empreendedorismo, aliado a um grande cliente. Esta característica de negócios continua permeando a gestão, que busca soluções simples e ágeis, com entendimento do ponto de vista do cliente para a melhoria de processos e incremento de soluções ofertadas.
- 3) **Experiência dos sócios e management na execução e operação de projetos:** Os membros da diretoria executiva trabalham há mais de 19 anos na Companhia, o que garante expertise na condução dos negócios. Os conselheiros possuem experiência e conhecimento do setor de tecnologia, em diversas companhias, o que adiciona diferentes visões complementares sobre o negócio. Os principais executivos e gerentes são profissionais reconhecidos pelos clientes pelo conhecimento de TI alinhada ao negócio.
- 4) **Consolidação do mercado:** O mercado de serviços de TI no Brasil é bastante fragmentado e tende a se consolidar em torno das empresas que tiverem maior capacidade de atrair talentos, desenvolver relacionamentos de longo prazo com seus clientes e acompanhar a evolução tecnológica. O mercado tem sido já há alguns anos, um dos mais ativos na área de fusões e aquisições de empresas, e espera-se que continue assim nos próximos anos.
- 5) **Globalização de clientes brasileiros:** O grau de internacionalização de empresas brasileiras ainda é bastante incipiente quando comparado com as empresas dos outros países dos BRICS ou de outros mercados similares. Espera-se que as maiores empresas brasileiras sigam o caminho da internacionalização de forma crescente. A tendência de que tais empresas contratem de forma global seus fornecedores estratégicos é grande, haja vista o que já ocorre com empresas multinacionais que operam no Brasil. Esperamos que essa tendência nos favoreça, em relação aos nossos principais clientes.

8.1 - Negócios Extraordinários

A Companhia não adquiriu ou alienou qualquer ativo relevante que não se enquadre nas operações normais.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não celebra contratos com suas controladas que não os relacionados às atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Em nosso julgamento, não há outras informações relevantes relacionadas ao item “**8. Negócios Extraordinários**” deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia estão apresentados nos itens 9.1.a, 9.1.b e 9.1.c, a seguir.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Veículo	Brasil	SP	Barueri	Arrendada
Equipamentos de Informática	Brasil	SP	Barueri	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	SP	Barueri	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	PR	Curitiba	Arrendada
Móveis e Utensílios	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	SP	Barueri	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
Móveis e Utensílios	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
Veículos	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Equipamento Telefônico	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Instalações	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Arrendada
Equipamentos de Informática	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Equipamento Telefônico	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Marcas e Patentes	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Instalações	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Direto de Uso - Aluguel	Brasil	PR	Curitiba	Arrendada
Direto de Uso - Aluguel	Brasil	SP	Barueri	Arrendada
Direto de Uso - Aluguel	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
Direto de Uso - Aluguel	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Arrendada
Sistemas e Aplicativos de Software	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Sistemas e Aplicativos de Software	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Sistemas e Aplicativos de Software	Brasil	SP	Barueri	Própria
Sistemas e Aplicativos de Software	Brasil	SP	Barueri	Arrendada
Sistemas e Aplicativos de Software	Brasil	PR	Curitiba	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
BRQ IT Services, INC	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			Prestação de Serviços	100,000000
Valor mercado								
31/12/2020	47,600000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	23.222.587,00		
31/12/2019	21,770000	0,000000	0,00					
31/12/2018	35,750000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expansão de Negócios								
Inspeon Soluções Digitais Ltda.	35.836.076/0001-36	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Prestação de Serviços	60,000000
Valor mercado								
31/12/2020	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	843.609,26		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expansão de negócios								
Workfacilit Soluções Digitais Ltda.	35.830.776/0001-13	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Prestação de Serviços	51,000000
Valor mercado								
31/12/2020	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	255.000,00		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expansão de Negócios								

9.2 - Outras Informações Relevantes

A Companhia possui os investimentos relacionados abaixo:

- ❖ Investimento direto: Inspeon - 60%
- ❖ Investimento direto: Workfacilit - 51%
- ❖ Investimento direto: BRQ IT - 100%
- ❖ Investimento indireto: Think International LLC - 80% através da sua controlada direta BRQ IT Services, INC.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e suas respectivas notas explicativas. As informações dos itens 10.1 a 10.9, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

As demonstrações financeiras auditadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS, conforme emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). As demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas pela EY, que emitiu uma opinião sem ressalvas.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nos itens 10.1 a 10.8 serão apresentadas informações históricas derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

O exercício de 2018 foi marcado pela migração dos serviços de outsourcing para células ágeis, que tem como objetivo trabalhar com equipes mais enxutas, multidisciplinares e que atuam de forma autogerida.

No exercício de 2019 superamos nossas metas, apesar de um cenário econômico adverso a BRQ encerrou o ano com a receita líquida total de R\$418,1 milhões, EBITDA de R\$ 50,5 milhões 12,1%, e lucro líquido de R\$29,8 milhões.

No exercício de 2020 aumentamos o EBITDA ajustado em 54,4% apesar pandemia da COVID-19; a BRQ encerrou o ano com a receita líquida total de R\$513,7 milhões, EBITDA ajustado de R\$ 77,9 milhões e lucro líquido de R\$44,6 milhões.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Diretoria entende que a Companhia tem procurado manter uma estrutura de capital compatível com os riscos estimados, taxa de crescimento projetada e retorno desejado pelos acionistas.

Em milhares de reais	2020	2019	2018
Patrimônio Líquido	104.731	106.918	90.296
Passivo Total	171.217	208.827	185.526
Capital Próprio	0,61	0,51	0,49

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em milhares de reais	2019	2019	2018
Passivo Exigível	57.711	101.909	95.230
Passivo Total	171.217	208.827	185.526
Capital de Terceiros	0,34	0,49	0,51

i. hipóteses de resgate

Atualmente, a única hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia restringe-se às ações emitidas por conta do plano de opção oferecido aos funcionários, e refere-se às cinco situações de eventual desligamento do beneficiário:

- Desligamento por justa causa ou a pedido do participante
- Desligamento sem justa causa por iniciativa da Companhia
- Desligamento por aposentadoria
- Desligamento por invalidez permanente
- Desligamento por falecimento do participante

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

O valor de resgate das ações dependerá da causa do desligamento do beneficiário do plano de opção:

- Na situação (a) acima, o valor de resgate será o valor patrimonial;
- Nas situações (b) e (c) acima, o valor de resgate será o dobro do valor patrimonial;
- Nas situações (d) e (e) acima, o valor será o triplo do valor patrimonial.

Em cada uma das situações, haverá um prazo durante o qual, caso ocorra um evento de liquidez com a Companhia, o participante desligado receberá a diferença entre o valor pago pela Companhia por ocasião do desligamento e o valor apurado no evento de liquidez.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A Diretoria acredita que Companhia tem liquidez e recursos suficientes para saldar compromissos de curto prazo, mas depende de sua geração de caixa futura para garantir que tal situação permanecerá estável. A Companhia tem apresentado adimplemento e pontualidade em relação aos compromissos financeiros assumidos.

O capital de giro em 31 de dezembro de 2020 da Companhia, incluindo recursos em caixa e linhas já aprovadas de financiamento bancário, é suficiente para atender as suas exigências operacionais e financeiras imediatas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A Administração monitora continuamente os indicadores de liquidez, e acredita que eles apresentam níveis compatíveis com as práticas de mercado no setor de atuação. Os principais indicadores de liquidez considerados são:

- **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** - medido pela relação entre o Ativo circulante e o Passivo circulante. Nos exercícios sociais de 2020, 2019 e 2018, apresentamos ILC de 2,06, 1,87 e 2,15, respectivamente.

- **Índice de Liquidez Geral (ILG)** - medido pela relação entre (Ativo circulante + Ativo não circulante) e o (Passivo circulante + Passivo não circulante). Nos exercícios sociais de 2020, 2019 e 2018, a Companhia apresentou ILG de 1,48, 1,83 e 1,95 respectivamente.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

Em 31/12/2020, a Companhia possuía R\$ 7,0 milhões junto a CEF e R\$ 0,7 milhões junto ao Itaú para fins de capital de giro.

Em 31/12/2019, a Companhia possuía R\$ 8,2 milhões em financiamento junto ao BNDES na linha Prosoft e R\$ 9.3 milhões obtido junto ao Banco Itaú para fins de capital de giro.

Em 31/12/2018, a Companhia possuía R\$ 14,3 milhões em financiamento junto ao BNDES na linha Prosoft e R\$ 15,0 milhões obtido junto ao Banco Itaú para fins de capital de giro.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Caso venha a enfrentar eventuais deficiências de liquidez, a Companhia poderá recorrer à utilização do limite de R\$ 18 milhões já aprovados para capital de giro junto aos bancos Itaú, Santander e Bradesco.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Instituição Financeira	Vencimento	Taxa Pré (a.a.)	Taxa Pós	Garantia	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Itaú	jan/21	2,43%	100% CDI	Sem garantia	716	9.324	15.016
CEF	nov/21	0,18%	100% CDI	Sem garantia	6.984	-	-
BNDES	ago/19	1,50%	TJLP	Aval	-	-	1.238
BNDES	ago/21	1,70%	TJLP	Fiança Bancária	-	8.842	13.146
TOTAL					7.700	8.842,017	14.384

(em milhares de reais)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Entidade	Data vencimento final	Tipo	Bens	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Santander Leasing S.A.	09/22	Financeiro	Equipamentos de informática	3.282	2.044	1.066
Bradesco Leasing S.A.	01/22	Financeiro	Equipamentos de informática	705	1.466	969
Safra Leasing S.A.	09/22	Financeiro	Equipamentos de informática	352	551	-
TOTAL				4.339	4.061	2.035

(em milhares de reais)

iii. grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas da Companhia são todas quirografárias. Não existe grau de subordinação contratual entre dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Algumas de nossas dívidas são garantidas por alienação fiduciária e fiança das pessoas físicas controladoras da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

As restrições previstas em contrato englobam:

(i) Submeter a aprovação quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da Companhia, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da Companhia, ou em transferência do controle acionário da Companhia, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da Companhia.

(ii) Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, de dispositivo que importe em:

- Restrições a capacidade de crescimento da Companhia ou ao seu desenvolvimento tecnológico,
- Restrições de acesso da Companhia a novos mercados; ou
- Restrições ou prejuízo a capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações;

(iii) Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou altere o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

(iv) Requerer anuência prévia a qualquer transferência, cessão, oneração ou alienação das ações de emissão da Companhia e suas subsidiárias.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(v) Não constituir, direta ou indiretamente, ou adquirir participação superior a 5% do capital social de empresas no país ou no exterior, sem a prévia e expressa autorização, durante toda a vigência deste contrato.

(vi) Proibição dos itens abaixo:

- Distribuição de dividendos acima do mínimo legal,
- Pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos pela Emissora a seus acionistas,
- Distribuição de dividendos pela Emissora está limitada a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado pela Emissora a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 até o vencimento final das Debêntures.

Poderá ainda ter o contrato vencido antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

- Redução do quadro de pessoal da Companhia;
- Existência de sentença condenatória transitada em julgado;
- O não cumprimento das obrigações assumidas em contrato.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia utilizava os seguintes percentuais dos limites para capital de giro:

Banco	Valor do Limite (em milhares de reais)	Percentual Utilizado
Itaú	3.000	0,0%
Santander	10.000	0,0%
Bradesco	5.000	0,0%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2020 COMPARADO A 31/12/2019

Demonstrações dos resultados

(Em milhares de reais)

DRE	2020	AV %	AH %	2019	AV %
Receita, líquida	513.712	100,0%	22,9%	418.114	100,0%
Custo das vendas e dos serviços prestados	(345.251)	-67,2%	19,8%	(288.119)	-68,9%
Lucro bruto	168.461	32,8%	29,6%	129.995	31,1%
(Despesas) / receitas operacionais					
Despesas administrativas	(98.048)	-19,1%	16,6%	(84.058)	-20,1%
Despesas tributárias	(545)	-0,1%	-74,7%	(2.151)	-0,5%
Outras (despesas) / receitas operacionais, líquido	(1.100)	-0,2%	-235,5%	812	0,2%
	(99.693)	-19,4%	16,7%	(85.397)	-20,4%
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	68.768	13,4%	54,2%	44.598	10,7%
Receitas financeiras	3.057	0,6%	-11,3%	3.446	0,8%
Despesas financeiras	(5.530)	-1,1%	58,5%	(3.489)	-0,8%
	(2.473)	-0,5%	5651,2%	(43)	0,0%
Resultado antes dos impostos	66.295	12,9%	48,8%	44.555	10,7%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(23.853)	-4,6%	100,0%	(14.812)	-3,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.127	0,4%	2005,9%	101	0,0%
Lucro líquido do exercício	44.569	8,7%	49,3%	29.844	7,1%
Atribuível aos acionistas controladores	42.286	8,2%	46,0%	28.971	6,9%
Atribuível aos acionistas não controladores	2.283	0,4%	161,5%	873	0,2%

Análise e discussão das principais contas de Resultados

A receita líquida da Companhia totalizou R\$513,7 milhões em 2020, um aumento de 22,9% quando comparado a receita líquida de 2019, que foi de R\$418,1 milhões. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pelo aquecimento do mercado e consequentemente aumento no volume de demandas para área de tecnologia da informação.

Outro fator importante que contribui com o nosso crescimento são as receitas provenientes do investimento em ofertas de Transformação Digital, que trazem maior valor agregado ao negócio do cliente e consequentemente maiores margens para a companhia. Também nos consolidamos e mantemos as operações no core dos clientes impulsionando cada vez mais a operação de Transformação

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 2020, os custos das vendas e dos serviços prestados, aumentaram em 19,8%, totalizando R\$345,2 milhões. Esse aumento ocorreu, principalmente, pelo: aumento dos salários, encargos e provisões, em função do reajuste de acordos coletivos e ao aumento no número de funcionários ao longo do ano de 2020 em decorrência do aumento da operação da Companhia

Em 2020, as despesas e receitas operacionais, aumentaram em 16,7%, totalizando R\$99,7 milhões.

O principal fator que contribuiu para esta elevação foram as despesas com pessoal, que apresentaram um aumento de 18,7% devido principalmente ao reajuste decorrente dos acordos coletivos, investimento em executivos de mercado e impulsionado também pelo aumento no número de funcionários da Companhia em decorrência da expansão da operação, apesar da relação SG&A/Receita líquida ter reduzido em 1%

EBITDA

Em 2020, a Companhia alcançou um EBITDA consolidado ajustado de R\$77,9 milhões, o que representa um aumento de 54,3% ao registrado em 2019 conforme demonstrado abaixo:

EBITDA	Consolidado		
	2020	2019	2018
Lucro líquido	44,6	29,8	24
Resultado financeiro	2,5	-	(0,7)
Imposto de renda e contribuição social	21,7	14,7	11,6
Depreciação e amortização	6,5	6	4,1
EBITDA	75,3	50,5	39
Despesas não recorrentes (*)	2,6	-	-
EBITDA ajustada	77,9	50,5	39,0
Margem EBITDA	15,2%	12,1%	10,9%

Esta variação, ocorreu, principalmente, devido ao: aumento de 22,9% da receita líquida e o aumento da eficiência na execução dos projetos quando comparado ao ano anterior, o que resultou em um aumento de 1,7% na margem bruta.

(*) Refere-se a baixa de ativos em decorrência da redução dos escritórios após a adoção do trabalho remoto na Companhia.

Resultado Financeiro

Em 2020, o resultado financeiro líquido totalizou R\$2,5 milhões negativos ante R\$0,1 milhões negativos em 2019, representando uma variação negativa de R\$2,4milhões.

Lucro Líquido

Em 2020, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$44,6 milhões, ante a R\$29,8 milhões em 2019. A variação positiva de R\$ 14,8 milhões é explicada, principalmente, em função do aumento do EBITDA ajustado, em comparação a 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais*Balanços patrimoniais*

(Em milhares de reais)

Ativo	2020	AV %	AH%	2019	AV %
<i>Ativo circulante</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	134.715	48,8%	83,6%	73.376	35,1%
Contas a receber	81.225	29,4%	5,9%	76.683	36,7%
Estoques de serviços em andamento	689	0,2%	-75,1%	2.767	1,3%
Despesas antecipadas	7.076	2,6%	22,8%	5.760	2,8%
Impostos a recuperar	7.770	2,8%	40,8%	5.517	2,6%
Contas a receber de partes relacionadas	71	0,0%	-10,1%	79	0,0%
Outros ativos	1.818	0,7%	26,1%	1.442	0,7%
Total do ativo circulante	233.364	84,6%	40,9%	165.624	79,3%
<i>Ativo não circulante</i>					
Estoques de serviços em andamento	45	0,0%	-93,8%	728	0,3%
Depósitos judiciais e caução	4.495	1,6%	-3,1%	4.640	2,2%
Depósitos vinculados – caixa restrito	1.524	0,6%	-69,1%	4.931	2,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.393	1,6%	93,7%	2.268	1,1%
Ativos financeiros	10.143	3,7%	31,5%	7.715	3,7%
Despesas antecipadas	-	0,0%	-100,0%	138	0,1%
Imobilizado	10.734	3,9%	-6,1%	11.435	5,5%
Intangível	9.556	3,5%	39,4%	6.855	3,3%
Direito de uso	1.694	0,6%	-62,3%	4.493	2,2%
Total do ativo não circulante	42.584	15,4%	-1,4%	43.203	20,7%
Total do ativo	275.948	100,0%	32,1%	208.827	100,0%

Passivo	2020	AV %	AH%	2019	AV %
<i>Passivo Circulante</i>					
Fornecedores	9.348	3,4%	-23,3%	12.193	5,8%
Empréstimos e financiamentos	13.207	4,8%	46,8%	8.996	4,3%
Financiamentos por arrendamento	2.556	0,9%	35,9%	1.881	0,9%
Passivos de arrendamento	785	0,3%	-54,1%	1.711	0,8%
Debêntures	11.095	4,0%	100,0%	-	0,0%
Salários e encargos sociais	11.801	4,3%	41,0%	8.368	4,0%
Impostos e contribuições a recolher	10.004	3,6%	27,4%	7.854	3,8%
Provisão para férias e 13o salário	26.562	9,6%	26,4%	21.013	10,1%
Dividendos a pagar	10.230	3,7%	48,7%	6.880	3,3%
Receitas diferidas	16.307	5,9%	19,3%	13.670	6,5%
Empréstimos com partes relacionadas	-	0,0%	-100,0%	4.676	2,2%
Outros passivos	1.611	0,6%	42,1%	1.134	0,5%
Total do passivo circulante	113.506	41,1%	28,4%	88.376	42,3%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais*Passivo Não -Circulante*

Provisão para perda de causas judiciais	6.435	2,3%	168,7%	2.395	1,1%
Empréstimos e financiamentos	-	0,0%	-100,0%	1.428	0,7%
Passivos de arrendamento	1.783	0,6%	-18,2%	2.180	1,0%
Financiamentos por arrendamento	1.038	0,4%	-66,7%	3.120	1,5%
Debêntures	47.354	17,2%	100,0%	-	0,0%
Receitas diferidas	800	0,3%	-33,3%	1.200	0,6%
Empréstimos com partes relacionadas	-	0,0%	-100,0%	3.210	1,5%
Outros passivos	301	0,1%	1000,0%	-	0,0%
Total do passivo não circulante	57.711	20,9%	326,4%	13.533	6,5%

Patrimônio líquido

Capital social	56.106	20,3%	2,3%	54.849	26,3%
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	0,0%	-100,0%	1.066	0,5%
Ações em Tesouraria	-	0,0%	-100,0%	(162)	-0,1%
Reserva de capital	77	0,0%	-58,4%	185	0,1%
Reserva de lucros	26.748	9,7%	10,6%	24.174	11,6%
Dividendo adicional proposto	10.043	3,6%	-51,3%	20.642	9,9%
Ajustes acumulados de conversão	9.884	3,6%	95,1%	5.066	2,4%
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	102.858	37,3%	-2,8%	105.820	50,7%
Participação acionistas não controladores	1.873	0,7%	70,6%	1.098	0,5%
Total do patrimônio líquido	104.731	38,0%	-2,0%	106.918	51,2%
Total do passivo e do patrimônio líquido	275.948	100,0%	32,1%	208.827	100,0%

Análise e Discussão das Principais Contas Patrimoniais

Ativo Circulante: O ativo circulante totalizou R\$233,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, mostrando um aumento de 4,6% em relação aos R\$165,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deveu-se, basicamente, à elevação do saldo do Caixa e equivalentes de caixa de R\$73,4 milhões para R\$134,7 milhões, refletindo um maior volume de recebimentos, quando comparada a receita contabilizada no mesmo período.

Ativo Não Circulante: O ativo não circulante totalizou R\$42,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, mostrando redução de 1,4% em relação aos R\$43,2 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Passivo Circulante: O passivo circulante em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$113,5 milhões, aumento de 28,4% em relação ao valor de R\$88,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deve-se, principalmente pela contratação leasing de equipamentos de informática no valor de R\$4,2 milhões, as debêntures emitidas R\$11,1 milhões e o aumento do faturamento antecipado R\$2,7 milhões.

Passivo Não Circulante: O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$57,7 milhões, aumento de 326,4% em relação ao valor de R\$13,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento foi decorrente da emissão das debêntures da companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Patrimônio Líquido: Encerramos o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com Patrimônio Líquido de R\$102,9 milhões (sem considerar a participação dos não controladores), redução de 2,8% sobre o valor em 31 de dezembro de 2018 de R\$105,8 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2019 COMPARADO A 31/12/2018*****Demonstrações dos resultados***

(Em milhares de reais)

DRE	31/12/2019	AV %	AH %	31/12/2018	AV %
Receita líquida de vendas e serviços prestados	418.114	100,0%	16,9%	357.715	100,0%
Custo das vendas e dos serviços prestados	(288.119)	-68,9%	10,0%	(261.936)	-73,2%
Lucro bruto	129.995	31,1%	35,7%	95.779	26,8%
(Despesas) / receitas operacionais					
Despesas administrativas	(84.058)	-20,1%	41,3%	(59.471)	-16,6%
Despesas tributárias	(2.151)	-0,5%	29,3%	(1.663)	-0,5%
Outras (despesas) / receitas operacionais	812	0,2%	226,1%	249	0,1%
	(85.397)	-20,4%	40,3%	(60.885)	-17,0%
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	44.598	10,7%	27,8%	34.894	9,8%
Receitas financeiras	3.446	0,8%	19,2%	2.891	0,8%
Despesas financeiras	(3.489)	-0,8%	59,7%	(2.185)	-0,6%
	(43)	0,0%	-106,1%	706	0,2%
Resultado antes dos impostos	44.555	10,7%	25,2%	35.600	10,0%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(14.812)	-3,5%	100,0%	(9.282)	-2,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	101	0,0%	-104,4%	(2.290)	-0,6%
Lucro líquido do período	29.844	7,1%	24,2%	24.028	6,7%
Atribuível aos acionistas controladores	28.971	6,9%	23,8%	23.409	6,5%
Atribuível aos acionistas não controladores	873	0,2%	41,0%	619	0,2%

Análise e discussão das principais contas de Resultados

A receita líquida da Companhia totalizou R\$418.114 milhões em 2019, um aumento de 16,9% quando comparado a receita líquida de 2018, que foi de R\$357,7 milhões. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pelo aquecimento do mercado e consequentemente aumento no volume de demandas para área de tecnologia da informação.

Em 2019, os custos das vendas e dos serviços prestados, aumentaram em 10,0%, totalizando R\$288,1 milhões. Esse aumento ocorreu, principalmente, pelo: aumento dos salários, encargos e provisões, em função do reajuste de acordos coletivos.

Em 2019, as despesas e receitas operacionais, aumentaram em 40,3%, totalizando R\$85,3 milhões. O principal fator que contribuiu para esta elevação foram as despesas com pessoal, que apresentaram um aumento de 58,9%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

devido principalmente ao reajuste decorrente dos acordos coletivos, e impulsionado também pelo aumento no número de funcionários da Companhia.

EBITDA

Em 2019, a Companhia alcançou um EBITDA consolidado de R\$50,5 milhões, aumento de 12,1% superior ao registrado em 2017 conforme demonstrado abaixo:

EBITDA	Consolidado		
	2019	2018	2017
Lucro líquido	29,8	24,0	2,1
Resultado financeiro	(0,1)	(0,7)	(0,3)
Imposto de renda e contribuição social	14,8	11,6	0,1
Depreciação e amortização	6,0	4,1	4,5
EBITDA	50,5	39,0	6,4
Margem EBITDA	12,1%	10,9%	2,1%

Esta variação, ocorreu, principalmente, devido ao: aumento de 16,9% da receita líquida e o aumento da eficiência na execução dos projetos quando comparado ao ano anterior.

Resultado Financeiro

Em 2019, o resultado financeiro líquido totalizou R\$0,1 milhões negativos ante R\$0,7 milhões positivos em 2017, representando uma variação negativa de R\$0,8 milhões.

Receita Financeira

A receita financeira da Companhia em 2019 totalizou R\$3,4 milhões ante R\$2,9 milhões em 2018, representando um aumento de 17,2%. Esse resultado é explicado, principalmente, pelo aumento dos juros e atualizações monetárias relacionados à atualização de créditos fiscais, e ao aumento das receitas financeiras devido obtenção de melhores taxas quando comparadas ao exercício anterior.

Despesas Financeiras

A despesa financeira da Companhia em 2019 totalizou R\$3,5 milhões ante R\$2,2 milhões em 2018, esse aumento de R\$1,3 milhões se deve aos juros do empréstimo do Banco Itaú que durante o ano de 2019 aumentaram em R\$ 1,2 milhões.

Lucro Líquido

Em 2019, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$29,8 milhões, ante a R\$24,0 milhões em 2018. A variação positiva de R\$ 5,8 milhões é explicada, principalmente, em função do aumento do EBITDA em R\$ 11,5 milhões, compensado parcialmente por maior despesa de impostos (IR/CSLL) em R\$3,1 milhões, em comparação a 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**Balanços patrimoniais****(Em milhares de reais)**

Ativo	2019	AV %	AH%	2018	AV %
<i>Ativo circulante</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	73.376	35,1%	7,6%	68.183	36,8%
Contas a receber	76.683	36,7%	3,1%	74.372	40,1%
Estoques de serviços em andamento	2.767	1,3%	8,5%	2.551	1,4%
Despesas antecipadas	5.760	2,8%	57,6%	3.655	2,0%
Impostos a recuperar	5.517	2,6%	27,1%	4.341	2,3%
Contas a receber de partes relacionadas	79	0,0%	-85,6%	550	0,3%
Outros ativos circulantes	1.442	0,7%	-69,2%	4.685	2,5%
Total do ativo circulante	165.624	79,3%	4,6%	158.337	85,3%
<i>Ativo não circulante</i>					
Estoques de serviços em andamento	728	0,3%	-47,2%	1.380	0,7%
Depósitos judiciais e caução	4.640	2,2%	8,1%	4.291	2,3%
Depósitos vinculados	4.931	2,4%	5,0%	4.696	2,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.268	1,1%	4,7%	2.167	1,2%
Outros valores a receber	7.715	3,7%	100,0%	266	0,1%
Despesas antecipadas	138	0,1%	100,0%	-	0,0%
Investimento	-	0,0%	-100,0%	400	0,2%
Imobilizado	11.435	5,5%	47,0%	7.777	4,2%
Intangível	6.855	3,3%	10,4%	6.212	3,3%
Ativo de direito de uso	4.493	2,2%	100,0%	-	0,0%
Total do ativo não circulante	43.203	20,7%	58,9%	27.189	14,7%
Total do ativo	208.827	100,0%	12,6%	185.526	100,0%

Passivo	2019	AV %	AH%	2018	AV %
<i>Passivo Circulante</i>					
Fornecedores	12.193	5,8%	7,2%	11.369	6,1%
Empréstimos e financiamentos	8.996	4,3%	34,8%	6.673	3,6%
Financiamentos por arrendamento mercantil	1.881	0,9%	127,7%	826	0,4%
Passivos de arrendamento	1.711	0,8%	100,0%	-	0,0%
Salários e encargos sociais	8.368	4,0%	16,0%	7.213	3,9%
Impostos e contribuições a recolher	7.854	3,8%	35,0%	5.816	3,1%
Provisão para férias e 13o salário	21.013	10,1%	18,4%	17.751	9,6%
Dividendos a pagar	6.880	3,3%	23,8%	5.559	3,0%
Receitas diferidas	13.670	6,5%	20,3%	11.365	6,1%
Empréstimos com partes relacionadas	4.676	2,2%	-22,2%	6.008	3,2%
Outras obrigações	1.134	0,5%	6,0%	1.070	0,6%
Total do passivo circulante	88.376	42,3%	20,0%	73.650	39,7%

Passivo Não -Circulante

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Provisão para perda de causas judiciais	2.395	1,1%	56,5%	1.530	0,8%
Empréstimos e financiamentos	1.428	0,7%	-84,5%	9.217	5,0%
Passivos de arrendamento	2.180	1,0%	80,3%	1.209	0,7%
Financiamentos por arrendamento mercantil	3.120	1,5%	100,0%	-	0,0%
Receitas diferidas	1.200	0,6%	-25,0%	1.600	0,9%
Empréstimos com partes relacionadas	3.210	1,5%	-60,0%	8.024	4,3%
Total do passivo não circulante	13.533	6,5%	-37,3%	21.580	11,6%
Patrimônio líquido					
Capital social	54.849	26,3%	0,0%	54.849	29,6%
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.066	0,5%	214,5%	339	0,2%
Ações em Tesouraria	(162)	-0,1%	-81,1%	(859)	-0,5%
Reserva de capital	185	0,1%	-74,1%	715	0,4%
Reserva de lucros	24.174	11,6%	-6,0%	25.725	13,9%
Dividendo adicional proposto	20.642	9,9%	364,1%	4.448	2,4%
Ajustes acumulados de conversão	5.066	2,4%	13,4%	4.469	2,4%
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	105.820	50,7%	18,0%	89.686	48,3%
Participação acionistas não controladores	1.098	0,5%	80,0%	610	0,3%
Total do patrimônio líquido	106.918	51,2%	18,4%	90.296	48,7%
Total do passivo e do patrimônio líquido	208.827	100,0%	12,6%	185.526	100,0%

Análise e Discussão das Principais Contas Patrimoniais

Ativo Circulante: O ativo circulante totalizou R\$165,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, mostrando um aumento de 4,6% em relação aos R\$158,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deveu-se, basicamente, à elevação do saldo do Caixa e equivalentes de caixa de R\$68,2 milhões para R\$73,4 milhões, refletindo um maior volume de recebimentos, quando comparada a receita contabilizada no mesmo período.

Ativo Não Circulante: O ativo não circulante totalizou R\$43,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, mostrando aumento de 58,9% em relação aos R\$27,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento deve-se, basicamente, ao registro dos aluguéis no ativo conforme o CPC 06 e a aquisições do ativo imobilizado.

Passivo Circulante: O passivo circulante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$88,4 milhões, aumento de 20,0% em relação ao valor de R\$73,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento deve-se, principalmente pelo aumento de 50,1% do faturamento antecipado R\$13,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 em relação aos R\$8,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 e pela contratação leasing de equipamentos de informática no valor de R\$3,3 milhões.

Passivo Não Circulante: O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$13,5 milhões, redução de 37,3% em relação ao valor de R\$21,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esta redução foi decorrente da liquidação dos empréstimos da companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Patrimônio Líquido: Encerramos o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 com Patrimônio Líquido de R\$105,9 milhões (sem considerar a participação dos não controladores), aumento de 18,0% sobre o valor em 31 de dezembro de 2018 de R\$89,7 milhões. Este aumento refletiu, basicamente, a variação de 364,1% dos dividendos a pagar reflexo do aumento do EBITDA em R\$5,8 milhões, compensado parcialmente por maior despesa de impostos (IR/CSLL) em R\$11,5 milhões, em comparação a 2018, somados ao aumento da variação cambial sobre o investimento na BRQ IT Services, Inc.,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2018 COMPARADO A 31/12/2017***Demonstrações dos resultados*

(Em milhares de reais)

DRE	2018	AV %	AH %	2017	AV %
Receita líquida de vendas e serviços prestados	357.715	100,0%	15,9%	308.627	100,0%
Custo das vendas e dos serviços prestados	(261.936)	-73,2%	5,11%	(249.205)	-80,7%
Lucro bruto	95.779	26,8%	61,2%	59.422	19,3%
(Despesas) / receitas operacionais					
Despesas administrativas	(59.471)	-16,6%	7,0%	(55.583)	-18,0%
Despesas tributárias	(1.663)	-0,5%	-20,9%	(2.103)	-0,7%
Outras (despesas) / receitas operacionais	249	0,1%	109,2%	119	0,0%
	(60.885)	-17,0%	5,8%	(57.567)	-18,7%
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	34.894	9,8%	1781,1%	1.855	0,6%
Despesas financeiras	2.891	0,8%	-19,0%	3.568	1,2%
Receitas financeiras	(2.185)	-0,6%	-32,7%	(3.245)	-1,1%
	706	0,2%	118,6%	323	0,1%
Resultado antes dos impostos	35.600	10,0%	1534,5%	2.178	0,7%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(9.282)	-2,6%	100,0%	407	0,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.290)	-0,6%	360,8%	(497)	-0,2%
Lucro líquido do exercício	24.028	6,7%	1050,8%	2.088	0,7%
Atribuível aos acionistas controladores	23.409	6,5%	1124,3%	1.912	0,6%
Atribuível aos acionistas não controladores	619	0,2%	251,7%	176	0,1%

Análise e discussão das principais contas de Resultados

A receita líquida da Companhia totalizou R\$357,7 milhões em 2018, um aumento de 15,9% quando comparado a receita líquida de 2017, que foi de R\$308,6 milhões. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pelo aquecimento do mercado e consequentemente aumento no volume de demandas para área de tecnologia da informação. A receita líquida de 2018 demonstra que os segmentos de instituições financeiras e de telecomunicações representam mais de 73% do seu montante total, seguida do resultado da operação que a Companhia possui nos Estados Unidos.

O exercício de 2018 foi marcado pela migração dos serviços de outsourcing para células ágeis, que tem como objetivo trabalhar com equipes mais enxutas, multidisciplinares e que atuam de forma autogerida. O resultado é que a Companhia aumentou significativamente o volume de projetos com esta característica, representando em 2018, 30% do total da sua receita líquida.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 2018, os custos das vendas e dos serviços prestados, aumentaram em 5,1%, totalizando R\$261,9 milhões. Esse aumento ocorreu, principalmente, pelo: aumento dos salários, encargos e provisões, em função do reajuste de acordos coletivos e devido ao aumento no número de funcionários ao longo do ano de 2018 em aproximadamente 23%, compensado parcialmente pela diminuição de rescisões trabalhistas no ano, que em 2017 tiveram um impacto significativo na operação e no resultado da Companhia.

Em 2018, as despesas e receitas operacionais, aumentaram em 5,8%, totalizando R\$60,9 milhões. O principal fator que contribuiu para esta elevação foram as despesas com pessoal, que apresentaram um aumento de 14,6% devido principalmente ao reajuste decorrente dos acordos coletivos, e impulsionado também pelo aumento no número de funcionários da Companhia.

EBITDA

Em 2018, a Companhia alcançou um EBITDA consolidado de R\$39,0 milhões, valor significativamente superior ao registrado em 2017, de R\$6,4 milhões, conforme demonstrado abaixo:

EBITDA - R\$ milhões	Consolidado	
	2018	2017
Lucro líquido	24,0	2,1
Resultado financeiro	(0,7)	(0,3)
Imposto de renda e contribuição social	11,6	0,1
Depreciação e amortização	4,1	4,5
EBITDA	39,0	6,4
Margem EBITDA	10,9%	2,1%

Esta variação, ocorreu, principalmente, devido ao: aumento de 15,9% da receita líquida em contrapartida de uma variação de apenas 5,1% no custo da prestação dos serviços devido a uma maior eficiência na execução dos projetos e redução de custos realizados pela Companhia, sendo acompanhado pelas despesas operacionais, que apresentaram um aumento de apenas 5,8% quando comparado ao ano anterior.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais*Balanços patrimoniais*

(Em milhares de reais)

<i>Ativo</i>	<i>2018</i>	<i>AV %</i>	<i>AH%</i>	<i>2017</i>	<i>AV %</i>
<i>Ativo circulante</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	68.183	36,8%	77,6%	38.390	26,4%
Contas a receber	74.372	40,1%	34,4%	55.345	38,1%
Estoques de serviços em andamento	2.551	1,4%	-39,9%	4.246	2,9%
Despesas antecipadas	3.655	2,0%	8,6%	3.367	2,3%
Impostos a recuperar	4.341	2,3%	-62,9%	11.691	8,0%
Contas a receber de partes relacionadas	550	0,3%	428,8%	104	0,1%
Outros ativos circulantes	4.685	2,5%	27,0%	3.690	2,5%
Total do ativo circulante	158.337	85,3%	35,5%	116.833	80,4%
<i>Ativo não circulante</i>					
Estoques de serviços em andamento	1.380	0,7%	119,0%	630	0,4%
Depósitos judiciais e caução	4.291	2,3%	58,5%	2.708	1,9%
Depósitos vinculados	4.696	2,5%	-24,8%	6.245	4,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.167	1,2%	-51,4%	4.457	3,1%
Outros valores a receber	266	0,1%	100,0%	-	0,0%
Ativo financeiro disponível para venda	-	0,0%	-100,0%	400	0,3%
Investimento	400	0,2%	100,0%	-	0,0%
Imobilizado	7.777	4,2%	2,5%	7.589	5,2%
Intangível	6.212	3,3%	-4,0%	6.468	4,5%
Total do ativo não circulante	27.189	14,7%	-4,6%	28.497	19,6%
Total do ativo	185.526	100,0%	27,7%	145.330	100,0%

<i>Passivo</i>	<i>2018</i>	<i>AV %</i>	<i>AH%</i>	<i>2017</i>	<i>AV %</i>
<i>Passivo Circulante</i>					
Fornecedores	11.369	6,1%	13,2%	10.041	6,9%
Empréstimos e financiamentos	6.673	3,6%	595,8%	959	0,7%
Financiamentos por arrendamento mercantil	826	0,4%	200,4%	275	0,2%
Salários e encargos sociais	7.213	3,9%	57,4%	4.583	3,2%
Impostos e contribuições a recolher	5.816	3,1%	-2,8%	5.985	4,1%
Provisão para férias e 13o salário	17.751	9,6%	23,2%	14.413	9,9%
Dividendos a pagar	5.559	3,0%	100,0%	454	0,3%
Receitas diferidas	11.365	6,1%	-17,4%	13.766	9,5%
Empréstimos com partes relacionadas	6.008	3,2%	-11,9%	6.818	4,7%
Outras obrigações	1.070	0,6%	9,6%	976	0,7%
Total do passivo circulante	73.650	39,7%	26,4%	58.270	40,1%
<i>Passivo Não circulante</i>					
Provisão para contingências	1.530	0,8%	57,4%	972	0,7%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Empréstimos e financiamentos	9.217	5,0%	100,0%	-	0,0%
Financiamentos por arrendamento mercantil	1.209	0,7%	267,5%	329	0,2%
Receitas financeiras diferidas	1.600	0,9%	4224,3%	37	0,0%
Empréstimos com partes relacionadas	8.024	4,3%	-43,6%	14.219	9,8%
Total do passivo não circulante	21.580	11,6%	38,7%	15.557	10,7%
<i>Patrimônio líquido</i>					
Capital social	55.188	29,7%	0,6%	54.849	37,7%
Ações em Tesouraria	(859)	-0,5%	0,0%	(859)	-0,6%
Reserva de capital	715	0,4%	2,1%	700	0,5%
Reserva de lucros	25.725	13,9%	108,8%	12.323	8,5%
Dividendo adicional proposto	4.448	2,4%	100,0%	1.362	0,9%
Ajustes acumulados de conversão	4.469	2,4%	66,6%	2.682	1,8%
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	89.686	48,3%	26,2%	71.057	48,9%
Participação acionistas não controladores	610	0,3%	36,8%	446	0,3%
Total do patrimônio líquido	90.296	48,7%	26,3%	71.503	49,2%
Total do passivo e do patrimônio líquido	185.526	100,0%	27,7%	145.330	100,0%

Análise e Discussão das Principais Contas Patrimoniais

Ativo Circulante: O ativo circulante totalizou R\$158,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, mostrando um aumento de 35,5% em relação aos R\$116,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento deveu-se, basicamente, à elevação do saldo do Caixa e equivalentes de caixa de R\$38,4 milhões para R\$68,2 milhões, refletindo um maior volume de recebimentos, quando comparada a receita contabilizada no mesmo período (como contrapartida, verificou-se uma diminuição do Contas a receber). Adicionalmente, a Companhia obteve junto ao Banco Itaú um empréstimo de R\$ 15,0 milhões no final de dezembro de 2018 para fins de capital de giro. Verificou-se também uma redução no saldo da conta de impostos a recuperar, em função da compensação do IRPJ e CSSL do ano corrente.

Ativo Não Circulante: O ativo não circulante totalizou R\$27,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, mostrando redução de 4,6% em relação aos R\$28,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esta diminuição deve-se, basicamente, ao registro contábil da depreciação e amortização do exercício, além da diminuição do Imposto de renda e contribuição social diferidos, ocasionada basicamente pela utilização dos créditos fiscais oriundos de prejuízo fiscal e base negativa registrados em anos anteriores.

Passivo Circulante: O passivo circulante em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$73,6 milhões, aumento de 26,4% em relação ao valor de R\$58,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. Este aumento deve-se, principalmente, pelo aumento nos gastos com pessoal próprio e, conseqüentemente, dos valores provisionados a título de férias, reflexo direto do aumento do quadro de pessoal, e da contratação de leasing de equipamentos de informática e

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

um empréstimo junto ao Banco Itaú, no montante total de R\$ 15,0 milhões, sendo R\$ 5,5 registrado no passivo circulante.

Passivo Não Circulante: O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$21,6 milhões, aumento de 4,2% em relação ao valor de R\$15,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Este aumento foi decorrente da contratação de leasing de equipamentos de informática e um empréstimo junto ao Banco Itaú no montante total de R\$ 15,0 milhões, sendo R\$ 9,2 registrados no passivo não circulante.

Patrimônio Líquido: Encerramos o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 com Patrimônio Líquido de R\$ 89,7 milhões (sem considerar a participação dos não controladores), aumento de 26,3% sobre o valor em 31 de dezembro de 2017 de R\$71milhões. Este aumento refletiu, basicamente, a variação de 108,8% da reserva de lucros reflexo do aumento do EBITDA em R\$ 32,6 milhões, compensado parcialmente por maior despesa de impostos (IR/CSLL) em R\$11,5 milhões, em comparação a 2017, somados ao aumento da variação cambial sobre o investimento na BRQ IT Services, Inc..

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

O exercício de 2020 é reflexo da consolidação das transformações iniciadas em 2019; migração dos serviços de outsourcing para células ágeis com objetivo trabalhar com equipes mais enxutas, multidisciplinares e que atuam de forma autogerida; e o crescimento das receitas provenientes dos investimentos em ofertas de Transformação Digital. O resultado é o aumento de 23% quando comparado com ano de 2019.

ii fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2020, a Companhia alcançou um EBITDA consolidado ajustado de R\$77,9 milhões, o que representa um aumento de 54,3% ao registrado em 2019, esta variação, ocorreu, principalmente, devido ao: aumento de 22,9% da receita líquida e o aumento da eficiência na execução dos projetos quando comparado ao ano anterior, o que resultou em um aumento de 1,7% na margem bruta.

Em 2019, a Companhia alcançou um EBITDA consolidado de R\$50,5 milhões, valor significativamente superior ao registrado em 2018, de R\$39,0 milhões. Esta variação, ocorreu, principalmente, devido ao: aumento de 16,9% da receita líquida e o aumento da eficiência na execução dos projetos quando comparado ao ano anterior.

Em 2018, a Companhia alcançou um EBITDA consolidado de R\$39,0 milhões, valor significativamente superior ao registrado em 2017, de R\$6,4 milhões. Esta variação, ocorreu, principalmente, devido ao: aumento de 15,9% da receita líquida em contrapartida de uma variação de apenas 5,1% no custo da prestação dos serviços devido a uma maior eficiência na execução dos projetos e redução de custos realizados pela Companhia, sendo acompanhado pelas despesas operacionais, que apresentaram um aumento de apenas 7% quando comparado ao ano anterior.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

No ano de 2020, a Companhia registrou uma receita operacional líquida de R\$513,7 milhões em 2020, um aumento de R\$95,6 milhões ou 22,9% comparado à receita registrada em 2019, resultado das transformações iniciadas em 2019; migração dos serviços de outsourcing para células ágeis com objetivo trabalhar com equipes mais enxutas, multidisciplinares e que atuam de forma autogerida; e o crescimento das receitas provenientes dos investimentos em ofertas de Transformação Digital.

No ano de 2019, a Companhia registrou uma receita operacional líquida de R\$418,1 milhões em 2019, um aumento de R\$60,4 milhões ou 16,9% comparado à receita registrada em 2018

No ano de 2018, a Companhia obteve um desempenho acima do esperado, com destaque para o aumento expressivo do EBITDA, atingindo R\$39,0 milhões e 10,9% da Receita Líquida. Podemos observar a migração dos serviços de outsourcing para células ágeis, que tem como objetivo trabalhar com equipes mais enxutas, multidisciplinares e que atuam de forma autogerida. A receita de venda de software de terceiros se manteve

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

estável em 2018, porém, houve um aumento significativo de venda de software proprietário, alavancado pela venda de produtos desenvolvidos internamente pela Companhia, ofertados principalmente para o segmento de seguros.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

A Companhia pode ter seu resultado operacional impactado pela taxa de inflação, uma vez que a maior parte de seus custos e despesas (pessoal, encargos e benefícios) são reajustados anualmente com base no dissídio coletivo das categorias de profissionais contratados, e as negociações sindicais costumam tomar por base indicadores de inflação do ano anterior.

As variações dos índices de inflação impactam fortemente os custos e despesas da Companhia, já que o IGP-M e o IPCA são utilizados como referencial para reajuste dos serviços contratados pela mesma e também para cálculo do dissídio dos profissionais, sendo este último responsável pelo aumento do principal item de custo da BRQ.

Adicionalmente, o resultado financeiro da Companhia é impactado, basicamente, por variações no CDI, em função dos empréstimos contratados junto aos bancos.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

A Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional nas atividades da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 2020, 2019 e 2018, não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais.

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos últimos 3 exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e pelas entidades do Grupo.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. em 11 de fevereiro de 2021, não contém ressalvas e nem opinião adversa.

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. em 13 de fevereiro de 2020, não contém ressalvas e nem opinião adversa.

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro e 2018, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. em 13 de fevereiro de 2019, não contém ressalvas e nem opinião adversa.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As principais práticas contábeis são aquelas que têm relevância para retratar a condição financeira e os resultados da Companhia, e cuja determinação é subjetiva e complexa, exigindo, frequentemente, estimativas sobre questões inerentemente incertas.

A política contábil mais crítica adotada pela Companhia é a que diz respeito ao método de reconhecimento de uma parcela significativa da sua receita operacional.

A Companhia reconhece uma parcela da receita com a prestação de serviços de desenvolvimento de aplicações e integrações com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no método de proporção entre os custos incorridos até a data e os custos totais estimados da transação. Dito isto, caso os projetos não sejam bem planejados, ou sofram modificações de escopo ou de cronograma durante sua execução, ou ainda, caso o contratante não homologue os trabalhos desenvolvidos, as receitas eventualmente já reconhecidas podem acabar sendo estornadas, ou a Companhia pode ter que reconhecer perdas para refletir sua menor expectativa de faturamento.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não detém ativos ou passivos, direta ou indiretamente, além daqueles constantes no balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens detidos pela Companhia que não sejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

O item 10.7 não é aplicável a Companhia, devido à inexistência de itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, conforme descrito no item 10.6.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A estratégia de crescimento da Companhia está focada em Diferenciação e dividida em quatro A3 estratégicos (método Lean): Diferenciação Core, Diferenciação Digital, Diferenciação Vendas e Pessoas que nos fortalecerão como parceira dos clientes em todos desafios da transformação digital e suportará a expansão dos negócios na abertura do IPO.

A Companhia pretende continuar crescendo nos próximos anos organicamente e através de aquisições de outras empresas. Para fazer frente ao crescimento esperado, a Companhia continuará investindo principalmente em sistemas de controle e gestão e na prospecção de empresas a serem adquiridas. Não podemos prever, quais serão os valores nem as condições de pagamento das futuras aquisições, nem qual será o impacto de tais aquisições em nossas demonstrações financeiras.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A maior parte dos investimentos previstos para 2021 será financiada com capital de terceiros proveniente das debentures emitidas em 2020. Tais recursos podem ser complementados por linhas de financiamento específicas, que visam incentivar projetos relacionados à inovação tecnológica. Adicionalmente, a Companhia espera que, num futuro próximo, terá condições de obter novos recursos através da emissão de novas ações, seja por meio de subscrições privadas, seja através de ofertas públicas de ações.

iii desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não possui nenhum processo de aquisição de ativos em andamento. Estas podem ocorrer no curso normal dos negócios e para fazer frente ao crescimento esperado. Eventuais patentes poderão fazer parte das empresas adquiridas, mas não temos como prever quais, quantas e por que valor serão adquiridas.

c. Novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2020, o investimento com o desenvolvimento de um novo software, no valor de R\$1,4 milhões, concentrou-se em uma solução interna para controle dos projetos da Companhia. Todos os custos com pesquisa e desenvolvimento não elegíveis para capitalização foram reconhecidos como despesas administrativas no resultado.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados no item 10.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

O artigo 20 da Instrução CVM n.º 480, de 01 de dezembro de 2009, conforme alterada, prevê que é facultativa a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas de qualquer tipo.

Deste modo, tendo em vista que a Companhia não divulga e/ou divulgou projeções e estimativas durante os últimos três exercícios sociais, optou-se por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos negócios ou atividades da Companhia.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

Nos últimos três exercícios sociais, a administração não divulgou projeções sobre a evolução de indicadores da Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:
- i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

Conforme artigo 25º do Estatuto Social da Companhia compete ao Conselho de Administração:

- (i) Fixar a orientação geral dos negócios da companhia;
- (ii) Eleger e destituir os diretores e fixar-lhes as atribuições que não estejam especificamente previstas no Estatuto Social da COMPANHIA ou em lei;
- (iii) Fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração pela companhia, e quaisquer outros atos;
- (iv) Estabelecer critérios para o rateio da remuneração de cada administrador, respeitado o montante global fixado pela Assembleia Geral de Acionistas;
- (v) Convocar a Assembleia Geral;
- (vi) Manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- (vii) Escolher e destituir os auditores independentes;
- (viii) Autorizar a alienação e oneração de bens do ativo permanente, bem como a prestação de garantias a terceiros;
- (ix) Autorizar a Diretoria a decidir sobre a aquisição, a alienação e/ou oneração de bens do ativo permanente e compromissos financeiros que a Companhia pretende investir, cujo valor não exceda R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (x) Decidir sobre casos omissos neste estatuto;
- (xi) Deliberar, dentro do limite de capital autorizado, sobre a emissão de valores mobiliários de qualquer tipo, inclusive ações ou bônus de subscrição, com ou sem a exclusão do direito de preferência dos acionistas, fixando as condições da emissão e colocação das ações ou bônus de subscrição;
- (xii) Autorizar a compra de ações da Companhia, para sua permanência em tesouraria, posterior alienação ou cancelamento, nos termos da lei e das disposições regulamentares em vigor;
- (xiii) Aprovar o orçamento anual e planos financeiros e de negócios, bem como suas respectivas alterações ou modificações;
- (xiv) Aprovar e acompanhar despesas gerais e administrativas (G&A) não previstas no orçamento

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

anual da COMPANHIA, cujo valor, isoladamente ou agregado, seja acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por mês;

- (xv) Definir lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da COMPANHIA, em caso de saída do BOVESPA MAIS ou cancelamento de registro de companhia aberta na CVM, na forma estabelecida neste Estatuto Social;
- (xvi) Aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração;
- (xvii) Fixar o quadro de pessoal e o plano de cargos e salários da COMPANHIA;
- (xviii) Estabelecer o valor de participação nos lucros dos empregados da COMPANHIA, podendo decidir por não lhes atribuir qualquer participação;
- (xix) Decidir sobre a concessão de avais, fianças ou a outorga de qualquer outra garantia em favor de qualquer terceiro, independentemente do valor envolvido;
- (xx) Decidir sobre a cessão ou transferência, por qualquer meio, a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, know how, software, ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível pertencente à COMPANHIA e/ou a qualquer de suas Afiliadas;
- (xxi) Decidir sobre a celebração, alteração ou rescisão de qualquer contrato ou acordo, verbal ou escrito, em favor de qualquer Acionista, administrador ou empregado da COMPANHIA (exceto contratos de trabalho), ou de qualquer Afiliada de tais administradores, Acionistas ou empregados;
- (xxii) Decidir sobre qualquer aquisição de controle de outra sociedade, ou de parte substancial dos ativos ou negócios de outra sociedade, ou a participação da COMPANHIA em grupo de sociedades;
- (xxiii) Decidir sobre qualquer associação da COMPANHIA com outra sociedade;
- (xxiv) Celebrar, alterar ou rescindir qualquer contrato (exceto os contratos comerciais celebrados no curso normal dos negócios da COMPANHIA), cujo valor global exceda R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- (xxv) Decidir sobre qualquer aluguel, alienação, transferência ou constituição de quaisquer ônus ou gravames sobre qualquer bem ou direito da COMPANHIA, excetuadas aquelas operações expressamente autorizadas pelo plano de negócios ou orçamento anual da COMPANHIA;
- (xxvi) Decidir sobre a proposição de qualquer medida, em âmbito administrativo ou judicial, que envolva valores iguais ou superiores a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) ou que

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

possa ter impacto negativo nos Negócios da COMPANHIA ou em seu relacionamento com clientes ou autoridades governamentais e,

(xxvii) Decidir sobre a instalação de agências, sucursais filiais ou escritórios da Companhia no Brasil ou no exterior, à vista de proposta da Diretoria.

A última atualização do Estatuto Social da Companhia foi realizada através da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29/04/2016.

O Estatuto Social está disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (www.brq.com.br/ri), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia não possui comitê de auditoria estatutário.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho de Administração realiza trimestralmente reuniões onde são examinadas e discutidas as informações contábeis do período, acompanhadas do relatório de revisão emitido pelos Auditores Independentes.

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Além dos que forem necessários à realização dos fins sociais, a Diretoria é também investida de todos os poderes relacionados abaixo, conforme previsto no artigo 34º do Estatuto da Companhia:

- (i) A contratação de empréstimos junto a instituições financeiras e, de modo especial, junto a quaisquer carteiras do Banco do Brasil S.A. ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- (ii) Prestar fianças e/ou avais conforme decisão do Conselho de Administração, em favor de outras empresas das quais a companhia participe como sócia ou acionista;
- (iii) Transigir, renunciar, desistir ou firmar compromissos;
- (iv) Celebrar contratos de qualquer natureza, relativos ao objeto social; e
- (v) Em reunião, nomear, com o título de Diretor Adjunto ou de Diretor de Divisão ou de Diretor de

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Departamento, pessoal para gerenciar setores administrativos, não implicando tal procedimento em delegação de poderes que, por lei ou pelo presente estatuto, sejam privativos dos Diretores eleitos, nem lhes atribuindo, assim, a condição de membro de qualquer órgão estatutário.

Ainda, conforme artigo 36º e 37º do Estatuto da Companhia competirá:

I - ao Diretor Presidente:

- (i) Representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, especialmente para prestar depoimento pessoal, ressalvadas iguais atribuições ao Diretor Vice-Presidente;
- (ii) Presidir as reuniões da Diretoria, usando do voto de qualidade no caso de empate nas deliberações; e.
- (iii) Dirigir todas as atividades sociais em conjunto com o Diretor Vice-Presidente e com a colaboração dos demais Diretores.

II - ao Diretor Vice-Presidente:

- (i) Representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, especialmente para prestar depoimento pessoal, ressalvadas iguais atribuições do Diretor Presidente;
- (ii) Substituir o Diretor Presidente em seus impedimentos ou falta; e
- (iii) Exercer tarefas e dirigir atividades sociais que lhe seja determinada pela Diretoria.

III - ao Diretor de Relação com Investidores:

- (i) Coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações da Companhia com o mercado de capitais, representar a Companhia perante acionistas, investidores, os analistas de mercado, a CVM, as bolsas de valores, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais pela Companhia, no Brasil ou no exterior;
- (ii) Prestar informações ao público investidor, à CVM e à BM&FBOVESPA, na forma da legislação e da regulamentação aplicável.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete à Diretoria:

- (i) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto, as resoluções do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas e a legislação em vigor;
- (ii) Praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social;
- (iii) Criar e extinguir filiais;
- (iv) Representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais e/ou estatutárias pertinentes e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- (v) Elaborar e submeter ao Conselho de Administração, a cada ano, o plano estratégico, suas revisões anuais e o orçamento geral da Companhia, cuidando das respectivas execuções;
- (vi) Decidir, até o limite de alçada estabelecido pelo Conselho de Administração, sobre a aquisição, a alienação e/ou a oneração de bens do ativo permanente e compromissos financeiros associados a projetos nos quais a Companhia pretende investir;
- (vii) Submeter ao Conselho de Administração, mensalmente, relatórios financeiros e operacionais da Companhia, nos termos estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- (viii) Submeter ao Conselho de Administração, outras informações financeiras ou operacionais que o Conselho de Administração venha a julgar relevantes, para o acompanhamento da Companhia ou desempenho de sua função;
- (ix) Contratar auditoria independente, conforme aprovado pelo Conselho de Administração e auxiliar na sua implantação e execução;
- (x) Cuidar para que todos os atos societários da Companhia sejam devidamente cumpridos e formalizados assim como devidamente registrados na forma requerida pela legislação em vigor;
e
- (xi) Praticar outros atos que venham a ser especificados pelo Conselho de Administração.

A última atualização do Estatuto Social da Companhia foi realizada através da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29/04/2016.

O Estatuto Social está disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (www.brq.com.br/ri), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A Companhia não possui até a presente data um Conselho Fiscal instalado.

- d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:
- iv. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros
 - v. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação
 - ii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e
 - iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não realizamos avaliação de desempenho de nossos órgãos de administração.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

a. Prazos de Convocação:

De acordo com artigo 14º do Estatuto Social da Companhia, as Assembleias Gerais são convocadas, na forma do art. 123 da Lei de Sociedades por Ações.

A primeira convocação para Assembleia Geral é feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias contados da primeira publicação do anúncio de convocação. Caso a Assembleia Geral não se realize em primeira convocação, será publicado novo anúncio, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da data prevista para realização da Assembleia em segunda convocação, conforme Artigo 124, § 1º, II da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e modificações posteriores.

Este prazo pode ser reduzido ou mesmo dispensado se houver o comparecimento da totalidade dos acionistas.

b. Competências:

Compete à Assembleia Geral, além das atribuições que lhe são conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social:

(i) a declaração e/ou pagamento de dividendos, ou qualquer outra forma de distribuição de lucros pela COMPANHIA, incluindo juros sobre o capital próprio, que não o dividendo obrigatório; (ii) qualquer mudança no objeto social e/ou na natureza do negócio da COMPANHIA; (iii) qualquer cisão ou outra operação que resulte na separação de quaisquer das partes dos ativos ou do negócio da COMPANHIA; (iv) qualquer fusão ou associação da COMPANHIA com, ou incorporação em ou de, outra sociedade; (v) qualquer aquisição do controle de outra sociedade, ou de parte substancial dos ativos ou negócios de outra sociedade, ou a participação da COMPANHIA em grupo de sociedades; (vi) abertura de capital da COMPANHIA; (vii) qualquer redução ou aumento do capital social da COMPANHIA acima do limite de capital autorizado; (viii) dissolução e a liquidação da COMPANHIA; (ix) transformação do tipo societário da COMPANHIA; (x) pedido de recuperação, judicial ou extrajudicial, ou pedido ou confissão de falência da COMPANHIA; (xi) qualquer alteração do Estatuto; (xii) emissão de ações acima do limite do capital autorizado ou de qualquer outro valor mobiliário; (xiii) criação de planos de ofertas de ações, bônus de subscrição ou outros valores em favor dos empregados e/ou administradores da COMPANHIA; (xiv) deliberação da saída da COMPANHIA do BOVESPA MAIS; (xv) deliberação do cancelamento do registro de companhia aberta na CVM; e (xvi) escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da COMPANHIA, em caso de saída do BOVESPA MAIS ou cancelamento de registro de companhia aberta na CVM, conforme previsto neste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

Endereços Físicos

(a) Rua Boa Vista, nº 254 - 9º andar - São Paulo - SP - Cep: 01014-907

(b) Avenida Rio Branco, nº 01 - Sala 1504 - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20090-907

Endereços Eletrônicos

(a) www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor

(b) www.cvm.gov.br

(c) www.b3.com.br

d. Identificação e administração de conflitos e interesses

Não adotamos um mecanismo específico de identificação e administração de conflitos de interesses relacionado às Assembleias Gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira em vigor.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Os representantes legais e os procuradores deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato com poderes específicos na sede da Companhia antes da Assembleia.

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o direito de participar de Assembleias Gerais e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações, se dá mediante apresentação de documento de identidade, podendo os acionistas serem representados por procuradores que deverão apresentar instrumento de representação ou mandato na sede da Companhia antes da reunião.

O instrumento de representação ou mandato deverá conter reconhecimento de firma, e ainda, se o documento exigir deverá conter notariação, consularização e tradução juramentada.

Não é admitido a apresentação de procurações por meio eletrônico.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

Para que o Boletim de Voto a Distância (“BVD”) seja considerado válido, o acionista que optar pelo voto à distância ou seu representante legal deverão: **(i)** preencher todos os campos do BVD; **(ii)** rubricar todas as páginas e assinar a última página do BVD.

OBS: Não é exigido reconhecimento de firma, tradução juramentada, notorização ou consularização para o BVD

Para que o BVD seja considerado entregue, o acionista que optar pelo voto à distância deverá adotar um dos seguintes procedimentos:

1) Envio à Companhia: Em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19, a Companhia recomenda a utilização do Boletim de Voto a Distância (BVD) para participação na Assembleias, prezando pela saúde e integridade de cada acionista e respeitando as normas estabelecidas pela OMS (Organização Mundial da Saúde).

O BVD pode ser enviado através do e-mail ri@brq.com.br até 7 dias antes da data de realização da Assembleia. Os Boletins recebidos após esta data poderão ser desconsiderados.

2) Envio ao Escriturador: O acionista deverá transmitir a instrução de preenchimento deste Boletim ao agente escriturador das ações da Companhia, estejam ou não as ações depositadas em depositário central, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo agente escriturador, até 7 dias antes da data de realização da Assembleia. Os Boletins recebidos após esta data serão desconsiderados.

Os documentos exigidos são:

- (i) 1 via original do BVD preenchido conforme as orientações acima;
- (ii) 1 cópia autenticada dos seguintes documentos:
 - Identidade com foto do acionista ou de seu representante legal;
 - Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado;
 - Documento que comprove os poderes de representação.

É exigido reconhecimento de firma, tradução juramentada, notorização ou consularização dos documentos relacionados no item (ii)

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 dias do recebimento dos documentos, se eles são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

h. Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

A Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância através do endereço eletrônico **ri@brq.com**

Devido a pandemia, a Companhia realiza via teleconferência (via zoom) as reuniões das assembleias gerais.

i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

A Companhia não possui instrução e/ou política que permita acionista ou grupo de acionistas a inclusão de propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância além daquelas constantes na Instrução CVM 481/09, conforme alterada.

j. Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância do que aquelas já fornecidas nos itens anteriores.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi realizada 02 Assembleias Gerais Extraordinárias (08.05.2020 e 18.12.2021) e 01 Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (20/04/2020).

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, no mínimo uma vez por bimestre, e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que convocado por seu Presidente ou por seu Vice-Presidente, ou por dois conselheiros, através de carta ou fax, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. As reuniões realizar-se-ão independentemente de convocação, caso se verifique a presença de todos os conselheiros em exercício.

A primeira convocação para Assembleia Geral deverá ser feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias contados da primeira publicação do anúncio de convocação. Caso a Assembleia Geral não se realize em primeira convocação, será publicado novo anúncio, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da data prevista para realização da Assembleia em segunda convocação, conforme Artigo 124, § 1º, II da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e modificações posteriores.

O Conselho de Administração instalar-se-á com a presença da maioria de seus membros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos conselheiros presentes.

Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecem todos os membros do Conselho de Administração.

As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos presentes, salvo quando de forma diversa for indicado em nosso Estatuto Social.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há disposições relacionadas para o item em questão.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia possui uma política que estabelece regras para assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses, que tem como objetivo:

(i) fornecer orientações aos conselheiros, diretores e colaboradores da Companhia e maior transparência aos acionistas e ao mercado em geral no que se refere a Transações com Partes Relacionadas; e

(ii) monitorar as Transações com Partes Relacionadas para que sejam realizadas sempre no melhor interesse da Companhia, observando Condições de Mercado, boas práticas de governança, conduta, ética e transparência e sem Conflitos de Interesses.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

A Política está sujeita ao Estatuto Social, à Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”), aos regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sobre essa matéria, ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (“CPC 05”) sobre Transações com Partes Relacionadas, ao Regulamento do Novo Mercado da B3, e ao Código de Conduta da Companhia.

A Política de Transações com Partes Relacionadas foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13/08/2019.

d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

- i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado
- ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

A Companhia está em processo de criação de uma Política que terá como objetivo determinar os critérios para composição do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e Diretoria da Companhia, prezando as melhores práticas de governança corporativa. A previsão de implantação da Política ocorrerá no decorrer do ano corrente.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Nos termos do artigo 52º de nosso Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do BOVESPA MAIS, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no BOVESPA MAIS.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Roberto Carlos Marucco Junior	13/02/1970	Pertence apenas ao Conselho de Administração	23/04/2021	02/05/2023	1
010.983.407-01	Analista de Sistemas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	03/05/2021	Sim	0.00%
Andrea Ribeiro Quadros	24/09/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	23/04/2021	02/05/2023	1
839.196.357-87	Administradora	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/05/2021	Sim	100.00%
Ricardo Jaime Behar	10/06/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	23/04/2021	02/05/2023	1
143.920.078-55	Engenheiro de Produção	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	03/05/2021	Sim	100.00%
Luiz Alves Paes de Barros	22/09/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	23/04/2021	02/05/2023	1
272.014.578-53	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	03/05/2021	Sim	0.00%
Daniel Luiz Gleizer	23/02/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	23/04/2021	02/05/2023	1
628.724.277-91	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	03/05/2021	Sim	0.00%
Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues	16/10/1967	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	23/04/2021	02/05/2023	1
994.033.157-68	Administrador	39 - Outros Conselheiros / Diretores	03/05/2021	Sim	100.00%
Diretor de RI e Diretor Vice-Presidente - Eleição e Posse em 03/05/2021, com mandato de 03 anos.		Presidente do CA, Diretor de RI e Diretor sem fins específicos			
Benjamin Ribeiro Quadros	02/12/1967	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	23/04/2021	02/05/2023	1

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
916.346.607-49	Empresário	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	03/05/2021	Sim	100.00%

Diretor Presidente - Eleição e Posse em 03/05/2021, com mandato de 03 anos.

Experiência profissional / Critérios de Independência

Roberto Carlos Marucco Junior - 010.983.407-01

Formado em Tecnologia de Processamento de Dados pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) em 1990 e em Administração de Empresas pela Universidade Candido Mendes (UCAM/RJ) em 1998. Tendo também concluído MBA Executivo em Gestão de Negócios no IBMEC/RJ em 2001. Em 2010 obteve o grau de "alumni" pela Harvard Business School através do curso GMP (General Management Program).

Com 30 anos de experiência profissional, liderou times em todas as áreas de TI, estratégia, marketing digital e transformação digital.

Iniciou sua carreira como trainee na IBM Brasil, onde permaneceu por 10 anos e saiu como Líder de Segmento de Negócios. Posteriormente, foi convidado a atuar como Gerente Sênior de Desenvolvimento de Sistemas na Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro (CEG - Grupo Gás Natural - Espanha). Após 4 anos, assumiu as empresas Supergasbras e Minasgás como CIO. Seu principal objetivo foi preparar e conduzir a fusão das duas empresas, criando a SHV Gas Brasil (Grupo Holandês). Após esse período, ingressou na SulAmerica Seguros como CIO. Em março de 2019, liderou a Transformação Digital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como Diretor de Estratégia, Transformação Digital e Pessoas. Em 2020 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração.

Não há nenhuma ocorrência, durante os últimos 5 anos, de qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Andrea Ribeiro Quadros - 839.196.357-87

Formada em Arquitetura pela Universidade Santa Úrsula, com curso de extensão em Programação de Sistemas pela PUC-RJ, Pós Graduação em Análise de Sistemas também pela PUC-RJ e realizou o Programa de Gestão para Key Executivos pela Harvard Business School.

Iniciou suas atividades na Companhia no ano de 1995 exercendo a função de Diretora. Atualmente exerce a função de Membro Titular do Conselho de Administração.

Não há nenhuma ocorrência, durante os últimos 5 anos, de qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo Jaime Behar - 143.920.078-55

Formado em Ciências da Computação pela Universidade Federal Fluminense e realizou o Programa de Gestão para Presidentes (Owner/President Management Program - OPM) pela Harvard Business School. Desde 1997 exerce a função de Vice Presidente da empresa BRQ Soluções em Informática S.A., além de ser Vice Presidente do Conselho de Administração deste o ano de 2007. Atualmente é responsável pela gestão das seguintes áreas de negócio da empresa: Filial Rio de Janeiro, Filial Nordeste, Filial EUA e Serviços de Cloud.

Não há nenhuma ocorrência, durante os últimos 5 anos, de qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Benjamin Ribeiro Quadros - 916.346.607-49

Em 1993, com apenas 25 anos, Benjamin fundou a BRQ e no ano 2000 foi um dos fundadores da Ebit, uma empresa especializada no comércio eletrônico de informações (dot-com company) a qual se tornou referência no Brasil, sendo vendida em 2007. Benjamin Quadros é o Presidente da BRQ, vice presidente da BRASSCOM e diretor da ABES, além de ser Vice Presidente do Conselho de Administração. É responsável por supervisionar a performance dos negócios da Companhia.

Não há nenhuma ocorrência, durante os últimos 5 anos, de qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Roberto Carlos Marucco Junior - 010.983.407-01	
N/A	
Andrea Ribeiro Quadros - 839.196.357-87	
N/A	
Ricardo Jaime Behar - 143.920.078-55	
N/A	
Luiz Alves Paes de Barros - 272.014.578-53	
N/A	
Daniel Luiz Gleizer - 628.724.277-91	
N/A	
Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues - 994.033.157-68	
N/A	
Benjamin Ribeiro Quadros - 916.346.607-49	
N/A	

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Ricardo Jaime Behar	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	10/06/1967	12/08/2021	2 anos
143.920.078-55	Comitê de Auditoria e Riscos	Engenheiro de Produção		12/08/2021	1	100.00%
Membro Independente do Conselho de Administração						
Daniel Luiz Gleizer	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	23/02/1960	12/08/2021	02 anos
628.724.277-91	Comitê de Auditoria e Riscos	Economista		12/08/2021	1	100.00%
Membro Independente do Conselho de Administração						
Mariana Rosa de Almeida	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	29/06/1964	08/05/2020	2 anos
051.726.278-98	Comitê de Auditoria e Riscos	Advogada		08/05/2020	2	100.00%
Roberto Strohschoen de Lacerda	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	29/08/1958	08/05/2020	2 anos
596.297.467-00	Comitê de Auditoria e Riscos	Administrador		08/05/2020	2	100.00%
Mônica de Araujo Pereira	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	25/04/1968	08/05/2020	2 anos
013.924.297-06	Comitê de Auditoria e Riscos	Aministradora		08/05/2020	1	100.00%
Diretora Estatutária						
Monica Andrea Jambeiro Pedreira	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	13/02/1979	08/05/2020	2 anos
960.255.815-68	Comitê de Auditoria e Riscos	CFO		08/05/2020	2	100.00%
Diretora Estatutária						
Experiência profissional / Critérios de Independência						
Ricardo Jaime Behar - 143.920.078-55						

Brasileiro, casado, graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis com MBA em Controladoria pela USP. Em 2017 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração.

Possui mais de 35 anos de experiência em auditoria externa e consultoria empresarial, neste período foi sócio de consultoria empresarial da Arthur Andersen (15 anos no escritório do Rio de Janeiro e 8 anos em São Paulo), Terco Grant Thornton (3 anos), e Ernst & Young Terco (3 anos), onde atuou como responsável pela divisão de consultoria com foco no segmento de empresas de rápido crescimento e Middle Market. Nos últimos anos tem atuado como consultor independente para empresas familiares, também com participação em conselhos de administração, familiares, e de sócios.

É especialista em custos, tendo desenvolvido e implantado mais de 300 projetos, sendo mais de 100, de custos por Atividade (ABC). Co-autor de três livros sobre ABC e ABM, os quais foram publicados no Brasil, EUA, Espanha e Japão e mentor/palestrante da Endeavor sobre temas de gestão e organização, custos, e preparação para o crescimento.

Não há nenhuma ocorrência, durante os últimos 5 anos, de qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Mônica de Araujo Pereira - 013.924.297-06

Formada em Informática pela Universidade Federal Fluminense, com MBA em Gestão de Negócios pelo IBMEC e realizou o Programa de Gestão para Key Executivos pela Harvard Business School.

Em 2003 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. Atualmente exerce o cargo de diretora estatutária responsável pela área financeira e legal.

Não há nenhuma ocorrência, durante os últimos 5 anos, de qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Monica Andrea Jambeiro Pedreira - 960.255.815-68

Brasileira, casada, formada em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Bahia e em Ciências Contábeis pela FABAC, possui MBA em Controladoria – UNIFACS. Ingressou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. em 2015 ocupando o cargo de Controller da Companhia.

Atualmente ocupa o cargo de Diretora Financeira.

Profissional com mais de 14 anos de experiência em Companhias registradas na CVM, nos segmentos de concessões de energia elétrica e rodovias e tecnologia da informação, atuando em cargo gerencial, nas áreas de controladoria, contabilidade/fiscal e controles internos.

Ampla experiência em Reports para usuários internos e externos: Relatórios de desempenho, Demonstrações Financeiras (BR-GAAP e IFRS) e Reports para o Conselho de Administração/Acionistas.

Responsável pela implantação do SAP em concessionárias de energia elétrica e de rodovias.

Experiência de quatro anos na área contábil/financeira em Big Four, atuando como auditor e consultor em empresas nos segmentos de energia elétrica, engenharia e construção, químico e petroquímico e investimentos e infraestrutura.

Não há nenhuma ocorrência, durante os últimos 5 anos, de qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Ricardo Jaime Behar - 143.920.078-55	
N/A	
Daniel Luiz Gleizer - 628.724.277-91	
N/A	
Mariana Rosa de Almeida - 051.726.278-98	
N/A	
Roberto Strohschoen de Lacerda - 596.297.467-00	

N/A

Mônica de Araujo Pereira - 013.924.297-06

N/A

Monica Andrea Jambeiro Pedreira - 960.255.815-68

N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Benjamin Ribeiro Quadros	916.346.607-49	BRQ Soluções em Informática S.A.	36.542.025/0001-64	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Andrea Ribeiro Quadros	839.196.357-87	BRQ Soluções em Informática S.A.	36.542.025/0001-64	
Membro Titular do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores da Companhia.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

A Companhia possui para os seus administradores uma Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O) junto à empresa Zurick Seguros S/A. A apólice possui vigência de 01/10/2020 a 01/10/2021 e o limite máximo líquido de indenização é de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões).

O presente seguro garante o pagamento dos Prejuízos Financeiros decorrentes de reclamações feitas contra a Companhia em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados.

12.12 - Outras informações relevantes

A Companhia considera que não existem outras informações relevantes além das apresentadas nos itens anteriores.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração da Companhia tem por objetivo estabelecer os critérios e procedimentos para definição da remuneração e dos benefícios concedidos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, os Diretores Estatutários ou não Estatutários, e dos Comitês instituídos pela Companhia, definidos aqui em conjunto por “Executivos”. Esta Política possui como principais objetivos:

- Atrair, recompensar, reter e incentivar os Executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados;
- Alinhar os interesses dos Executivos com os interesses da Companhia e seus acionistas;
- Proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e
- Assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Executivos.

A Política de Remuneração foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 13.05.2021 e pode ser consultada em sua íntegra através no seguinte endereço eletrônico: <https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/>.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Diretoria: Os Diretores Estatutários e não Estatutários da Companhia receberão um salário ou pró-labore mensal fixo, conforme o cargo, definidos de acordo com as responsabilidades individuais de cada um, que serão orientados, dentre outros fatores, por pesquisas salariais.

Os diretores empregados da Companhia poderão receber valores a título de Participação nos Lucros e Resultados ("PLR") da Companhia, nos limites estabelecidos anualmente no acordo de PLR, observada a elegibilidade de tais diretores, e, desde que sejam atingidas as metas estabelecidas no acordo de PLR. Os valores e as metas do acordo de PLR serão negociados nos acordos de PLR e serão determinados com base na meritocracia.

Os Diretores Estatutários e não Estatutários da Companhia poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios, além dos benefícios previstos nas normas coletivas aplicáveis: (a) plano de saúde; (b) plano odontológico; (c) vale alimentação; (d) vale refeição; (e) seguro de vida; (f) previdência privada; e outros a serem aprovados

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

pelo Conselho de Administração e/ou que venham a ser estabelecidos nas normas coletivas aplicáveis aos empregados da Companhia para os diretores empregados.

Conselheiros: Os Conselheiros da Companhia poderão vir a receber pró-labore, definido de acordo com regras estratégicas e condições gerais previamente estabelecidas.

Os Conselheiros Independentes da Companhia não serão elegíveis ao recebimento de PLR, uma vez que não são empregados da Companhia.

Membros de Comitê: Os membros dos comitês que sejam funcionários da Companhia não receberão remuneração específica, entretanto, membros independentes poderão receber pró-labore para tanto, se assim deliberado pelo Conselho de Administração.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Conselho de Administração	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Remuneração Fixa	100%	100%	100%
Remuneração Variável	0%	0%	0%
Benefícios	0%	0%	0%

Diretoria	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Remuneração Fixa	63%	60%	77%
Remuneração Fixa	19%	22%	0%
Remuneração Variável	18%	18%	23%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor e o reajuste da remuneração são propostos pela Administração e deliberados nas Assembleias, que têm como atribuição fixar o montante global da remuneração dos administradores. A proposta da Administração leva em consideração o valor da remuneração de praticados em companhias abertas brasileiras e a capacidade financeira da Companhia.

A Companhia, realiza periodicamente pesquisas de mercado, coordenada pela área de recursos humanos, comparando suas práticas às de outras empresas de referência no mercado do mesmo porte da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada função e tem como parâmetro os resultados positivos da Companhia no respectivo ano de exercício, que busca o alinhamento de interesses entre acionistas e administradores.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

v. e existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato

Sim, com exceção dos Membros Independentes do Conselho, os demais membros do Conselho de Administração renunciaram à remuneração.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Os principais indicadores dizem respeito a administração financeira (fluxo de caixa e EBITDA), que representam em média 60% das metas, além de indicadores de processos, satisfação de clientes e pessoas, que completam os demais 40%.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

A remuneração variável é uma composição do atingimento de metas da Companhia e o scorecard do executivo.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

A política de remuneração está alinhada aos interesses da Companhia, por ser fundamentada por critérios atrelados ao desempenho econômico-financeiro da Companhia previamente definidos.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não há existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam
- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos
- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A proposta de remuneração da Diretores estatutários e não Estatutários deve ser encaminhada através de seu Diretor Presidente, para aprovação do Conselho de Administração e deverá ser formulada de forma que:

- esteja vinculada a resultados, com metas de curto e longo prazos relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a organização;

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

- evite a criação de desafios inatingíveis ou inconsistentes, que induzam a diretoria a expor a organização a riscos extremos ou desnecessários;
- seja justa e compatível com as funções e os riscos inerentes a cada cargo e devidamente contabilizada;
- não estimule ações que induzam os diretores executivos a adotar medidas de curto prazo sem sustentação ou que prejudiquem a organização no longo prazo;
- tenha uma estrutura de incentivos que deve incluir um sistema de freios e contrapesos, que indique os limites de atuação dos envolvidos e evite que uma mesma pessoa controle o processo decisório e a sua respectiva fiscalização; e
- evite o caráter imediatista das metas relacionadas à remuneração variável.

A definição da remuneração individual dos administradores da Companhia é realizada utilizando critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das suas diferentes estruturas funcionais, assegurando a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

Os critérios são fixados de acordo com o padrão de mercado das empresas de atuação no nosso segmento e através da realização de pesquisas de mercado, coordenada pela área de recursos humanos, comparando suas práticas às de outras empresas de referência no mercado do mesmo porte da Companhia. Os valores de remuneração pagos aos nossos diretores e conselheiros são reajustados por acordos coletivos e convenções coletivas de trabalho.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	6,00		13,00
Nº de membros remunerados	4,00	6,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	793.342,00	4.349.910,00		5.143.252,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.070.207,00		1.070.207,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	2.899.941,00		2.899.941,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	793.342,00	8.320.058,00		9.113.390,15

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		8,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	476.000,00	1.615.000,00		2.091.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	458.000,00		458.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	500.000,00		500.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	476.000,00	2.573.000,00		3.049.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		8,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	357.825,02	1.545.291,35		1.903.116,37
Benefícios direto e indireto	0,00	456.500,14		456.500,14
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	495.000,00		495.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Para o exercício de 2019 não ocorreu o pagamento de remuneração variável.			
Total da remuneração	357.825,02	2.496.791,49		2.854.616,51

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		8,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	325.133,76	1.492.124,64		1.817.258,40
Benefícios direto e indireto	0,00	412.333,06		412.333,06
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00

Observação	Para o exercício de 2018 não ocorreu o pagamento de remuneração variável.	Para o exercício de 2018 não ocorreu o pagamento de remuneração variável.		
Total da remuneração	325.133,76	1.904.457,70		2.229.591,46

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração Variável - Data Base: 31 de Dezembro de 2018			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. número total de membros	6,00	2,00	0
c. número de membros remunerados	2,00	2,00	0
d. em relação ao bônus:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-
e. em relação a participação no resultado:	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	250.000,00	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-

*Para o exercício de 2018 não ocorreu o pagamento de remuneração variável.

Remuneração Variável - Data Base: 31 de Dezembro de 2019			
f. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
g. número total de membros	6,00	2,00	0
h. número de membros remunerados	2,00	2,00	0
i. em relação ao bônus:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-
j. em relação a participação no resultado:	-	-	-

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	250.000,00	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-

*Para o exercício de 2019 não ocorreu o pagamento de remuneração variável.

Remuneração Variável - Data Base: 31 de Dezembro de 2020			
k. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
l. número total de membros	6,00	2,00	0
m. número de membros remunerados	2,00	2,00	0
n. em relação ao bônus:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-
o. em relação a participação no resultado:	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	928.751,33	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-

Remuneração Variável - Data Base: 31 de Dezembro de 2021 (Proposta)			
p. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
q. número total de membros	7,00	6,00	0
r. número de membros remunerados	4,00	6,00	0
s. em relação ao bônus:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-
t. em relação a participação no resultado:	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	68.986,20	2.899.937,25	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

A Companhia possui 2 (dois) planos de Outorga de Opção de Compra de Ações, sendo:

1º Plano aprovado em AGOE realizada em 02.09.2011, elegível única e exclusivamente aos colaboradores da Companhia, o qual teve suas ações distribuídas em sua totalidade, razão pela qual não será detalhado nesta sessão do FRE.

2º Plano aprovado em AGE realizada em 18.12.2020, neste novo modelo poderão ser beneficiários do Plano, única e exclusivamente, os diretores estatutários e não estatutários, e demais empregados da Companhia, inclusive aqueles que já sejam eventualmente proprietários de ações da Companhia. Os sócios controladores e membros do Conselho de Administração não serão elegíveis ao Plano.

a. termos e condições gerais

A Companhia, por meio do seu Conselho de Administração, indicará, em conformidade com este Plano, aqueles que terão direito à outorga da opção (“Beneficiários”) e que serão devidamente convidados por escrito a participar do Plano mediante a formalização de Contrato de Opção de Compra de Ações.

Competirá ainda ao Conselho de Administração definir quais colaboradores Elegíveis tornar-se-ão Beneficiários e celebrarão os Contratos de Opção, assim como a quantidade de opções de compra de ações a que cada Beneficiário terá direito, observadas as limitações previstas neste Plano.

b. principais objetivos do plano

O objetivo deste Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A. (“Companhia”), instituído nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei nº. 6.404/76, doravante denominado, simplesmente, o “Plano”, consiste em estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, especialmente no sentido de se atingir as condições para a realização de uma oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia (“IPO”), permitindo a certos executivos e empregados optar por adquirir ações da Companhia, nos termos e condições previstos no Plano.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Estimular os elegíveis a permanecerem na Companhia no futuro, permitindo participarem do ganho de capital decorrente da realização de uma oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia (“IPO”) e por consequência a valorização das ações no mercado.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano tem como característica ser um instrumento incentivador do bom desempenho para aqueles considerados como profissionais chave para a gestão, sempre orientados para a geração de valor a longo prazo e comprometimento com as metas da Companhia.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano está alinhado aos interesses dos beneficiários à longo prazo porque o ganho de capital realizado pelos executivos será vinculado exclusivamente da valorização futura das ações acima da inflação.

f. número máximo de ações abrangidas

As opções incluídas neste Plano terão como lastro, no máximo, 7.325.235 (sete milhões trezentos e vinte e cinco mil duzentos e trinta e cinco) Ações, correspondentes a até 5,5% do total das ações da Companhia na presente data, incluído as opções de compra das Ações Ordinárias existentes em tesouraria, com diluição proporcional dos atuais acionistas em caso de emissão. Uma vez exercida a Opção de Compra de Ações pelos Beneficiários, as ações ordinárias correspondentes serão objeto de emissão, por meio de aumento do capital da Companhia a ser deliberado pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, ou venda, caso sejam oferecidas opções de compra de ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, conforme condições estabelecidas neste Plano e nos respectivos Contratos de Opção de Compra de Ações.

As Ações a serem emitidas no âmbito deste Plano serão ações ordinárias.

Os acionistas, nos termos do que dispõe o artigo 171, § 3º, da Lei nº. 6.404/76, não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de opções de compra de ações originárias do Plano, respeitado o limite do capital autorizado aprovado pela Assembleia Geral da Companhia para este fim, nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei nº. 6.404/76.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Até no máximo 7.325.235 (sete milhões trezentos e vinte e cinco mil duzentos e trinta e cinco) Ações, correspondentes a até 5,5% do total das ações da Companhia.

h. condições de aquisição de ações

O Beneficiário que desejar exercer a sua Opção de Compra deverá comunicar à Companhia a sua intenção de fazê-lo, mediante entrega de Notificação de Exercício ao Conselho de Administração, por escrito, num prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias anteriores ao Prazo de Vencimento da Opção de Compra

A Opção de Compra de Ações somente poderá ser exercida se e quando ocorrer um dos seguintes Eventos de Liquidez: (a) alienação de participação acionária que implique na mudança do controle acionário da Companhia; ou (b) realização de oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia (“IPO”).

A conversão das opções em ações observará a proporção de 1 (uma) opção para 1 (uma) ação, independentemente do valor das ações de emissão da Companhia na data da ocorrência dos Eventos de Liquidez.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

A Companhia poderá realizar Outorgas de Opção de Compra de Ações com periodicidade anual em relação a um mesmo Beneficiário, ou em periodicidade menor caso seja determinada essa possibilidade pelo Conselho de Administração da Companhia.

As opções de compra de Ações deverão ser exercidas integralmente, dentro dos prazos e nas condições estabelecidas nos respectivos Contratos de Opção de Compra de Ações, as quais deverão ser consistentes com as condições gerais previstas neste Plano. O prazo de exercício será de até 5 (cinco) anos contados da ocorrência de um dos Eventos de Liquidez previstos no item 7.2.

Considerando que a Companhia possui registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os Beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas em geral e àquelas estabelecidas pela Companhia.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço do exercício de cada Opção de Compra de Ações será determinado com base no Enterprise Value, conforme a tabela a seguir de forma proporcional ao número de opções ofertadas ("Preço de Exercício da Opção de Compra").

Para tanto, será considerado o EBITDA anual dos últimos três exercícios encerrados e auditados da Companhia imediatamente anteriores à data de exercício das opções, e será aplicada a fórmula abaixo:

ENTERPRISE VALUE:

$$EV = 6 \times \text{Média do EBITDA da Companhia nos últimos três exercícios}$$

Uma vez estabelecido o Preço de Exercício da Opção de Compra conforme este item 6.1, caso o Endividamento Líquido (valor correspondente à diferença entre o valor do Caixa e do Endividamento da Companhia) seja maior que 2,5 vezes o EBITDA, o valor da diferença será adicionado ao Preço de Exercício da Opção de Compra. O Endividamento será considerado proporcionalmente ao número de Ações objeto da Opção de Compra.

A Opção de Compra somente poderá ser exercida mediante entrega da Notificação de Exercício pelo Beneficiário no prazo e nos períodos fixados neste Plano e nos respectivos Contratos de Opção de Compra de Ações.

Caso o Beneficiário exerça seu direito de compra de ações, o Preço de Exercício da Opção de Compra, cujo valor será corrigido pelo IPCA desde a outorga, deverá ser pago em até 10 (dez) dias contados da data de entrega da Notificação de Exercício, devendo a emissão das respectivas ações (e/ou venda, no caso de ações em tesouraria) ocorrer em até 30 (trinta) dias da data do pagamento do preço de exercício pelo Beneficiário. Caso o Preço de

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Exercício não seja pago, a obrigatoriedade de emissão de ações (e/ou venda de ações em tesouraria) conforme exercício da Opção de Compra e respectivo Contrato de Opção de Compra de Ações será nula e inválida.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

As Opções de Compra de Ações outorgadas serão adquiridas em lotes, seguindo a seguinte sistemática de carência:

Beneficiário/% para aquisição	Ano 0 (outorga)	Ano 1	Ano 2	Ano 3
XXX	0,0%	50%	75%	100%

No caso de Evento de Liquidez, conforme previsto nos itens 8.1 e 8.2, no mínimo 50% das opções outorgadas poderão ser adquiridas imediatamente (caso ainda não tenha sido atingido o Ano 1), independentemente dos prazos aqui previstos, possibilitando seu posterior exercício nos termos definidos no presente Plano. Os demais percentuais (Ano 2 e Ano 3) seguirão a sistemática original prevista na cláusula acima.

Se após o decurso do prazo de 4 (quatro) anos não tiver ocorrido nenhum dos Eventos de Liquidez previstos, as Opções de Compra de Ações outorgadas serão recompradas pela empresa pelo valor pago pelo Beneficiário corrigido pelo IPCA desde o referido pagamento.

Os termos e as condições de cada Opção de Compra concedida segundo o Plano serão fixados em Contrato de Opção de Compra de Ações definindo, entre outras condições, e observadas as disposições deste Plano:

- o número e a espécie de ações que serão entregues com o exercício da opção;
- a Outorga da opção, o prazo de vencimento da Opção de Compra e a data na qual o exercício da opção e todos os direitos dela decorrentes expirarão;
- o Preço da Outorga das Opções de Compra de Ações (Prêmio);
- o Preço de Exercício das Opções de Compra; e
- quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano.

k. forma de liquidação

Os Beneficiários que venham a ser titulares de Ações em decorrência do exercício das opções de compra no âmbito deste Plano terão direito de venda conjunta (“tag along”) proporcional em caso de alienação de participação acionária detida, direta ou indiretamente, no capital social da Companhia pelo acionista Benjamin Ribeiro Quadros, que implique a mudança do controle acionário da Companhia.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

O direito de venda conjunta de cada Ação dos Beneficiários será correspondente a 100% (cem por cento) do valor atribuído a cada ação alienada pelo acionista Benjamin Ribeiro Quadros.

Além disso, o acionista Benjamin Ribeiro Quadros terá o direito de compelir os Beneficiários que venham a ser titulares de Ações no âmbito deste Plano a vender as Ações de que sejam titulares (“drag along”).

No caso de Evento de Liquidez consistente em IPO, as Ações no âmbito deste Plano deverão ser convertidas no equivalente de Ações a que o Beneficiário tem direito, do mesmo tipo e classe das demais ações ofertadas na Bolsa de Valores, e somente poderão ser vendidas pelos Beneficiários, na forma e prazos estabelecidos na referida Oferta Pública de Ações e de acordo com as demais obrigações contratadas perante a B3 e em conformidade com as demais leis aplicáveis.

l. restrições à transferência das ações

Nenhum Beneficiário de opção concedida com base no Plano poderá aliená-la a quaisquer terceiros ou onerá-la, nem terá quaisquer dos direitos e obrigações inerentes aos acionistas da Companhia, exceto aqueles a que se refere expressamente este Plano. Nenhuma Ação será entregue ao Beneficiário em decorrência do exercício da opção, a não ser que todas as exigências legais e contratuais tenham sido integralmente cumpridas, inclusive a adesão integral ao Acordo de Acionistas da Companhia.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Se o número de ações existentes na Companhia for aumentado ou diminuído ou se as ações forem trocadas por espécies ou classes diferentes, como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão então feitos ajustamentos apropriados no número de Ações em relação às quais as opções tenham sido concedidas e ainda não exercidas. Quaisquer ajustamentos nas opções serão feitos sem mudança no valor de compra do total aplicável à parcela não exercida da opção, mas com ajustamento correspondente ao preço de exercício por cada ação ou qualquer unidade de ação abrangida pela opção.

Se a Companhia for capitalizada, a qualquer momento, os Beneficiários, quando do exercício das opções de compra, terão sido proporcionalmente diluídos.

O Conselho de Administração estabelecerá as regras aplicáveis aos Beneficiários para os casos de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização societária da Companhia.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Caso o contrato de trabalho ou o mandato do Beneficiário venha a cessar em razão (a) de, respectivamente, pedido de demissão ou renúncia; ou (b) demissão (sem justa causa) ou destituição (sem justo motivo), o Beneficiário poderá: manter as opções já pagas e exercê-las caso ocorra um dos Eventos de Liquidez, desde que em até 30 (trinta) dias dos eventos ali descritos, mediante notificação por escrito enviada ao Conselho de

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Administração da Companhia, sendo que, após tal prazo, a Companhia realizará a recompra das opções de compra outorgadas ao Beneficiário pelo valor do Prêmio calculado com base na data de término do respectivo contrato de trabalho ou mandato, conforme a metodologia de cálculo descrita no item 5.1.4 acima.

Na hipótese de demissão com justa causa ou destituição com justo motivo, obedecida, conforme for o caso, a definição de justo motivo prevista na legislação societária ou de justa causa prevista na legislação trabalhista, o que for aplicável, a Companhia efetuará a recompra das opções de compra outorgadas ao Beneficiário pelo valor do Prêmio calculado com base na data de término do respectivo contrato de trabalho ou mandato, conforme a metodologia de cálculo descrita no plano.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

O Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia reconhecida nos 3 últimos exercícios sociais contemplava exclusivamente seus colaboradores, deste modo, não existe remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da BRQ.

A remuneração baseada em ações do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia previsto para o exercício social corrente está em fase de elaboração de conteúdo.

13.6 - Opções em Aberto

Em relação ao Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia não há opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Em relação ao Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia não há opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Não se aplica a Companhia.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

Não se aplica a Companhia.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Não aplicável, uma vez que a Companhia não contribui com planos de previdência de titularidade dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	6,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
Valor da maior remuneração(Reais)	911.000,00	871.723,79	841.734,60	198.008,64	183.677,84	172.028,76
Valor da menor remuneração(Reais)	704.000,00	673.567,56	650.390,04	198.008,64	183.643,44	153.105,00
Valor médio da remuneração(Reais)	807.500,00	772.645,68	746.062,32	198.008,64	183.660,64	162.566,88

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Contratos entre a Companhia e seus Administradores não contêm quaisquer arranjos contratuais. A Companhia não fornece apólices de seguros nem outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para seus Administradores.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

EXERCÍCIO 2018			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. percentual da remuneração total	100%	100%	A Companhia não possui Conselho Fiscal
EXERCÍCIO 2019			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. percentual da remuneração total	100%	100%	A Companhia não possui Conselho Fiscal
EXERCÍCIO 2020			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. percentual da remuneração total	100%	100%	A Companhia não possui Conselho Fiscal

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não aplicável. Nenhum membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária da Companhia recebeu remuneração por qualquer razão que não a função que ocupa. Além disso, a Companhia não tem, nem teve nos últimos três exercícios, Conselho Fiscal instalado.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Não aplicável. Nenhum membro do Conselho da Administração ou da Diretoria Estatutária da Companhia recebeu remuneração decorrente de suas atividades na Companhia cujos valores tenham sido reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas.

13.16 - Outras Informações Relevantes

A Companhia considera que não existem outras informações relevantes além das apresentadas nos itens anteriores.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos**a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

	Base 12/2018	Base 12/2019	Base 12/2020
Número de Empregados	2.049	2.470	2.612

Localização Geográfica	Base 12/2018	Base 12/2019	Base 12/2020
SP	1.388	1.857	2.059
RJ	390	361	323
PR	183	184	169
CE	2	-	1
BA		-	
PE	16	12	7
RN	-	-	
SE	2	-	1
AL / AM / GO / MG / MS / SC / RS	3	4	
EUA	65	52	44

Atividade Desempenhada	Base 12/2018	Base 12/2019	Base 12/2020
Unidade Administração	102	122	129
Unidade Operacional	1.863	2.245	2.374
Unidade Comercial	37	45	40
Unidade de Suporte	47	57	60

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	Base 12/2018	Base 12/2019	Base 12/2020
Número de Empregados	05	16	08

Os terceirizados prestam serviços de limpeza e manutenção. Todos os terceirizados da Companhia desempenham suas atividades em território nacional.

c. índice de rotatividade

	Base 12/2018	Base 12/2019	Base 12/2020
Turnover	59,7%	62,3%	30,31%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não há nenhuma alteração ocorrida com relação aos números divulgados no item acima.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

a. política de salários e remuneração variável

A Companhia entende como fundamental manter um time altamente motivado e comprometido com suas metas. Para auxiliar o atingimento deste objetivo, a Política de Remuneração da Companhia foi elaborada privilegiando a meritocracia, de forma a reconhecer e premiar os esforços de cada profissional.

O Plano de Cargos e Salários determina os Salários e Benefícios dos profissionais. Esta parte fixa da remuneração de cada profissional é estabelecida de maneira a manter a Companhia atrativa aos profissionais no mercado, sendo regularmente revista, tanto para nivelar com valores praticados no mercado, como também para ajustar as reposições solicitadas pelos Sindicatos e/ou pelo Governo.

b. política de benefícios

A Companhia entende que cada profissional possui necessidade de benefícios própria. Para atender a esta demanda individual, a Companhia oferece a seus Profissionais Pacote de Benefícios Flexíveis.

Na data da contratação, cada profissional recebe um Pacote de Benefícios pré-definido. Ao profissional é dado o direito de alterar o pacote pré-definido conforme suas necessidades, limitado ao teto de valor de sua categoria e as regras da Convenção Coletiva de Trabalho.

O Pacote de Benefícios pré-definido, garante a todo profissional da Companhia: Plano de Saúde, Seguro de Vida e Auxílio Refeição. Os valores variam conforme o nível da carreira dos cargos e podem ser e revistos uma vez por ano em data pré-determinada pela Companhia. Além destes benefícios, são também oferecidos aos profissionais: Plano Odontológico, Auxílio Alimentação e Previdência Privada e a possibilidade de inclusão de dependentes no Plano de Saúde e Odontológico.

A flexibilidade na escolha dos benefícios é um dos itens que gera maior satisfação entre os Profissionais da Companhia.

Deste modo, a Administração entende que possui um pacote de benefícios em linha com as práticas de mercado, visando conferir aos colaboradores uma compensação total líquida adequada a um custo total moderado para a Companhia.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

i. grupos de beneficiários

A Companhia selecionou funcionários que estão em posições chaves para participar do sucesso e crescimento da BRQ nas mesmas condições dos nossos sócios, tendo a oportunidade de se tornar um acionista da BRQ.

A Companhia aprovou em 17 de dezembro de 2020 um novo plano de outorga de opção de compra de ações que irá substituir o atual plano vigente.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

A outorga das opções de compra de ações se fará mediante formalização de contrato de opção de compra de ações e pagamento de prêmio pelo beneficiário, cujo valor será de 5% do patrimônio líquido na data da outorga, dividido pelo número total de ações da Companhia. A Companhia, por meio do seu Conselho de Administração, indicará, aqueles que terão direito à outorga da opção mediante a formalização de contrato de opção de compra de ações.

ii. condições para exercício

É um programa de incentivo de longo prazo que permite aos funcionários comprar ações da Companhia por um valor abaixo do mercado, estabelecendo uma parceria de longo prazo com maior fidelidade entre este funcionário e a Companhia.

Pretendemos manter os funcionários alinhados com os atuais acionistas, acelerar o crescimento da companhia e dividir o ganho futuro no mercado.

iii. preços de exercício

1º Plano: Através do programa de Stock Options, os participantes do programa têm a opção de comprar ações da Companhia, ao preço do valor patrimonial atual com desconto de 20%, sendo:

Preço de exercício:

- 09/2011 - R\$ 0,36
- 09/2012 - R\$ 0,38
- 09/2013 - R\$ 0,41
- 09/2014 - R\$ 0,42
- 11/2018 - R\$ 0,43

O preço é fixado por até 8 anos e a correção é feita pelo IPCA.

O valor justo do Plano foi estimado com base no modelo de Merton de valorização de opções, utilizando-se das seguintes premissas:

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

Plano	Fair Value unitário	Volatilidade anual	Taxa livre de risco (*)
Outorga 2011	0,24	32,4%	5,2%
Outorga 2012	0,24	31,3%	3,8%
Outorga 2013	0,29	29,2%	5,7%
Outorga 2014	0,27	26,6%	5,4%
Outorga 2018	0,21	25,3%	5,2%

(*) Baseado no cupom de IPCA.

2º Plano: preço do exercício de cada opção de compra de ações será determinado com base no enterprise value, de forma proporcional ao número de ações ofertadas. Para tanto, será considerado o EBITDA anual dos últimos três exercícios encerrados da Companhia imediatamente anteriores à data de exercício das opções.

iv. prazos de exercício

1º Plano: A distribuição teve início no ano de 2011, sendo aplicado o período de carência (vesting period) para exercício das opções (compra das ações) conforme segue:

- 2 anos para compra de até 30%
- 3 anos para compra de até 60%
- 4 anos para compra de até 100%

Após as respectivas carências, as opções serão exercíveis até o prazo máximo de 8 (oito) anos a contar da data da outorga.

Em 2019 houveram mudanças no Plano em relação ao prazo e maturidade das opções, onde as Opções de Compra outorgadas poderão ser exercidas imediatamente após assinatura do Contrato de Opção, sendo estas consideradas Opções Maduras.

2º Plano: As Opções de Compra de Ações outorgadas serão adquiridas em lotes, seguindo a seguinte sistemática de carência:

Beneficiário/% para aquisição	Ano 0 (outorga)	Ano 1	Ano 2	Ano 3
XXX	0,0%	50%	75%	100%

No caso de Evento de Liquidez, conforme previsto no plano, no mínimo 50% das opções outorgadas poderão ser adquiridas imediatamente (caso ainda não tenha sido atingido o Ano 1), independentemente dos prazos aqui previstos, possibilitando seu posterior exercício nos termos definidos no presente Plano. Os demais percentuais (Ano 2 e Ano 3) seguirão a sistemática original prevista na cláusula acima.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

Se após o decurso do prazo de 4 (quatro) anos não tiver ocorrido nenhum dos Eventos de Liquidez previstos nos itens 8.1 e 8.2, as Opções de Compra de Ações outorgadas serão recompradas pela empresa pelo valor pago pelo Beneficiário corrigido pelo IPCA desde o referido pagamento.

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

1º Plano: O detalhamento das outorgas efetuadas pela Companhia, através do Plano de Opção de Compra de Ações, é o seguinte:

Data de outorga	Qtde. de ações outorgadas	Preço de exercício	Correção do preço	Periodo de maturação	Prazo de expiração
02/09/2011	2.391.298	0,36	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
03/09/2012	2.565.216	0,38	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
02/09/2013	2.030.000	0,41	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
01/09/2014	1.840.000	0,42	IPCA	30% após 2 anos 30% após 3 anos 40% após 4 anos	8 anos
13/11/2018	554.348	0,43	IPCA	30% após 2 anos 30% após 3 anos 40% após 4 anos	8 anos
Total	9.380.862				

2º Plano: As opções incluídas neste plano terão como lastro, no máximo, 7.325.235 ações, correspondentes a até 5,5% do total das ações da Companhia na data de aprovação do plano, incluído as opções de compra das ações ordinárias existentes em tesouraria, com diluição proporcional dos atuais acionistas em caso de emissão. Uma vez exercida a opção de compra de ações pelos beneficiários, serão emitidas as correspondentes ações, conforme condições estabelecidas no plano e nos respectivos contratos de opção de compra de ações, por meio de aumento do capital da Companhia.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

A BRQ cumpre as diretrizes determinadas pelas Convenções Coletivas de Trabalho de cada Estado e a Reforma Trabalhista são fielmente seguidas pela Companhia.

Os colaboradores são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo (“SINDPD-SP”), Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Serviços, Públicos e Privados, de Informática e Internet, e Similares, do Estado do Rio de Janeiro (“SINDPD-RJ”), Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Privadas de Processamento de Dados de Curitiba e Região Metropolitana (“SITEPD”).

Não houve a ocorrência de paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Em nosso julgamento, não há outras informações relevantes relacionadas ao item “**14. Recursos Humanos**” deste Formulário de Referência.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Andrea Ribeiro Quadros						
839.196.357-87	RJ	Sim	Sim	29/11/2021		
Não						
12.350.153	9,270%	0	0,000%	12.350.153	9,270%	
Mônica de Araujo Pereira						
013.924.297-06	RJ	Sim	Sim	29/11/2021		
Não						
12.350.153	9,270%	0	0,000%	12.350.153	9,270%	
Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues						
994.033.157-68	RJ	Sim	Sim	29/11/2021		
Não						
24.700.307	18,550%	0	0,000%	24.700.307	18,550%	
Benjamin Ribeiro Quadros						
916.346.607-49	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/11/2021		
Não						
49.400.613	37,090%	0	0,000%	49.400.613	37,090%	
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR						
00.383.281/0001-09	Brasileira-RJ	Sim	Não	29/11/2021		
Não						
29.870.100	22,430%	0	0,000%	29.870.100	22,430%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OUTROS					
4.132.584	3,100%	0	0,000%	4.132.584	3,100%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 29/11/2021					
382.173	0,290%	0	0,000%	382.173	0,290%
TOTAL					
133.186.083	100,000%	0	0,000%	133.186.083	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR				00.383.281/0001-09	
OUTROS					
29.870.100	100,000	0	0,000	29.870.100	100,000
TOTAL					
29.870.100	100,000	0	0,000	29.870.100	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/11/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	18
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

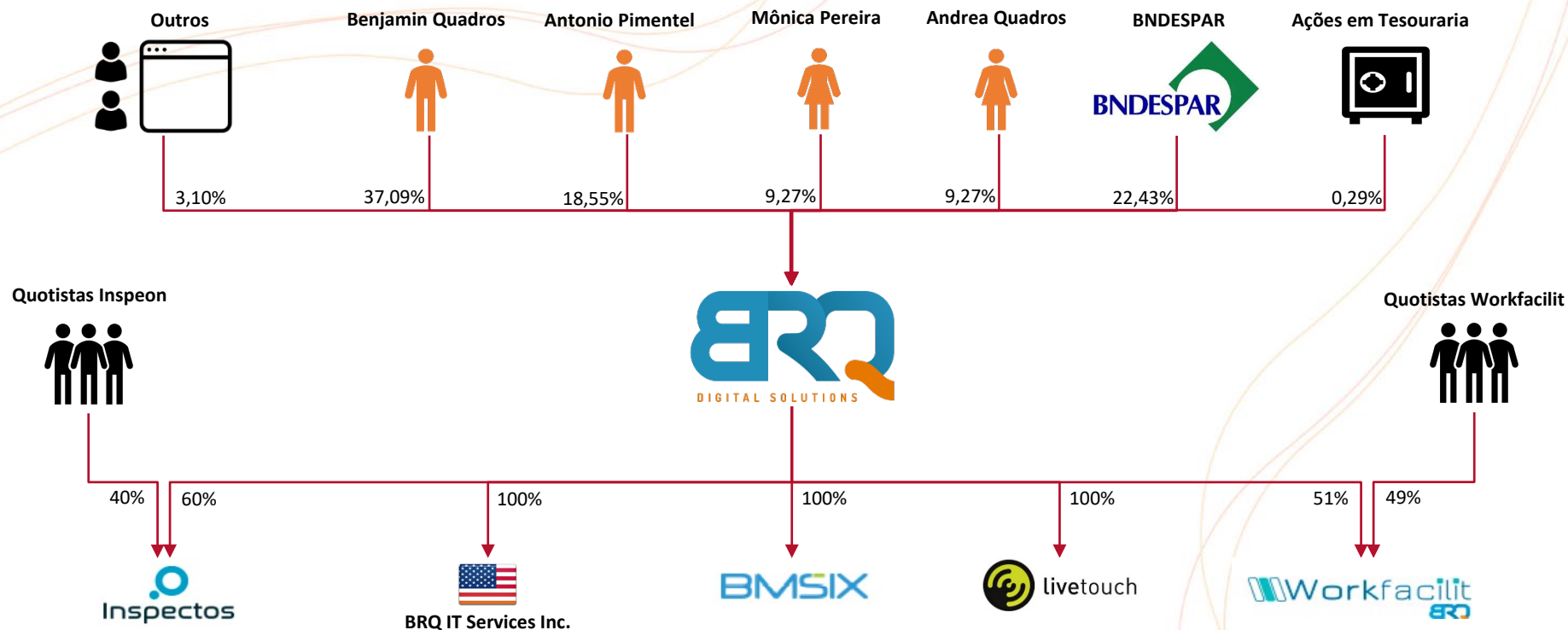
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

Organograma

ESTRUTURA ACIONÁRIA - BRQ



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

a. Partes

São partes do Acordo de Acionistas, Benjamin Ribeiro Quadros, Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues, Mônica de Araújo Pereira, Andrea Ribeiro Quadros (“Acionistas Controladores”) e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, com interveniência e anuência da Companhia.

b. data de celebração

Contrato - Data: 12/09/2007

1º Termo de Aditamento - Data: 29/05/2013

2º Termo de Aditamento - Data: 08/09/2014

3º Termo de Aditamento - Data: 19/09/2017

4º Termo de Aditamento - Data: 29/11/2021

Acordo de Acionistas 476 - Data: 29/11/2021

c. prazo de vigência

Conforme Cláusula 12 está previsto:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1. Este ACORDO entrará em vigor na data de sua assinatura, e será automaticamente extinto na data (i) em que a COMPANHIA publique o Anúncio de Início do IPO Qualificado de que trata a Cláusula Sétima deste ACORDO; (ii) em que a Companhia publique o anúncio de início de uma Oferta Restrita, hipótese em que o Acordo de Acionistas 476 passará a vigorar; ou (ii) em que a BNDESPAR tiver sua participação na COMPANHIA reduzida a 0,5% (meio por cento) do capital social ou menos

12.1.1. Nas hipóteses previstas nos itens (i) e (ii) acima, não ocorrendo a liquidação do IPO Qualificado ou da Oferta Restrita, este ACORDO se restabelecerá em todos os seus termos e fins de direitos.

12.1.2. As disposições da Cláusula Décima Primeira deste ACORDO sobreviverão à extinção deste ACORDO na hipótese prevista no item (ii) da Cláusula 12.1 acima, permanecendo válidas e eficazes para todos os fins legais.

12.2. Na hipótese de a participação societária da BNDESPAR reduzir-se a 5,0% (cinco por cento) ou menos do capital total, a BNDESPAR poderá exigir que o lote de ações remanescentes seja adquirido pelos ACIONISTAS CONTROLADORES no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data em que a BNDESPAR notificá-los a respeito,

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

sendo certo que o preço de aquisição será um dos 2 (dois) valores unitários previstos abaixo, a critério da BNDESPAR:

a) valor econômico da COMPANHIA, nos termos da letra (b) do item 4.3.2 b) valor correspondente ao preço de emissão das ações pago pela BNDESPAR, atualizado monetariamente, a partir das datas de integralização de ações pela BNDESPAR até a data do efetivo pagamento, pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida de um spread de 5% (cinco por cento) ao ano devidamente capitalizado e ajustado, se for o caso, por eventuais bonificações e/ou desdobramentos de ações

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Conforme Cláusula 5 está previsto:

CLÁUSULA QUINTA - DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

5.1. Os ACIONISTAS CONTROLADORES obrigam-se, durante a vigência deste ACORDO, a exercer o seu direito de voto de modo a:

a) cumprir as normas estabelecidas neste instrumento, inclusive aquelas de responsabilidade da COMPANHIA;

b) não aprovar, nem deixar que por sua omissão seja aprovada, sem prévia autorização, por escrito, da BNDESPAR, que deverá manifestar-se no prazo de 30 (trinta) dias, passados os quais serão consideradas aprovadas pela BNDESPAR, quaisquer das matérias a seguir relacionadas:

I. alterações do estatuto social da COMPANHIA e/ou de suas Controladas em relação: (i) ao objeto social da COMPANHIA ou de suas Controladas; (ii) a direitos decorrentes da classe e espécie das ações de emissão da COMPANHIA ou de suas Controladas; (iii) ao número de conselheiros da COMPANHIA ou de suas Controladas; (iv) a alteração das competências a Assembleia Geral e Conselho de Administração da SOCIEDADE ou de suas Controladas; (v) a alteração da competência da Diretoria que resulte em restrição dos poderes do Conselho de Administração e (vi) a direitos tratados nesta Cláusula, aos demais direitos da BNDESPAR sob o presente ACORDO e/ou que possam alterar ou, de qualquer forma, afetar ou influenciar qualquer dos direitos da BNDESPAR estabelecidos no presente ACORDO;

II. emissão dos seguintes valores mobiliários: debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição, partes beneficiárias e opções para compra de ações, exceto no âmbito do plano de opções da COMPANHIA, respeitado o limite de 8% (oito por cento) de seu capital social, incluindo o plano de stock options da COMPANHIA, aprovado pelas Partes em 18.12.2020;

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

III. aprovação e/ou alteração de planos de incentivo de longo prazo ou quaisquer outros planos de oferta de outorga de opção de compra ou subscrição de ações de emissão da COMPANHIA a administradores e/ou empregados da BRQ, que resultem em diluição da participação societária da BNDESPAR no capital social da COMPANHIA;

IV. operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a COMPANHIA ou qualquer sociedade controlada ou coligada seja parte V. liquidação, dissolução, extinção, recuperação judicial ou extrajudicial da COMPANHIA;

VI. a recompra, pela COMPANHIA, de ações de sua emissão; e

VII. fixação nos aumentos de capital social realizados na COMPANHIA de preço de emissão de ações inferior àquele pago pela BNDESPAR, remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, calculado pro rata temporis, desde a data de subscrição até a data de deliberação do aumento.

c) submeter previamente à apreciação da BNDESPAR a fixação de remuneração e participação dos administradores nos lucros da COMPANHIA;

d) eleger, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da solicitação expressa da BNDESPAR, um membro por este indicado para integrar, durante a vigência deste ACORDO, o Conselho de Administração da COMPANHIA, que deverá ter mandato unificado não superior a 1 (um) ano, permitida a reeleição;

e) eleger, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da solicitação expressa da BNDESPAR, um membro independente para o Conselho de Administração da COMPANHIA;

f) instalar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da solicitação expressa da BNDESPAR, o Conselho Fiscal da COMPANHIA, bem como eleger um membro indicado pela BNDESPAR para compor o referido Conselho.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Conforme Cláusula 5 do Acordo de Acionistas, a BNDESPAR terá o direito de indicar 1 (um) membro do Conselho de Administração e seu respectivo suplente.

Na Reunião Prévia instalada para deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, os Acionistas Controladores se comprometem a aprovar a indicação de uma chapa completa de membros efetivos e suplentes de modo a preencher a totalidade de vagas fixadas para o Conselho de Administração, sendo certo que os Acionistas Controladores deverão indicar o número mínimo obrigatório de conselheiros independentes, dentre os quais farão constar o membro indicado pela BNDESPAR.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Caso, em uma Assembleia Geral instalada para deliberar sobre a eleição de membros para o Conselho de Administração da Companhia, seja adotado o mecanismo de voto múltiplo, a BNDESPAR deverá cumular todos os seus votos no candidato de sua indicação, ao passo que os Acionistas Controladores deverão distribuir seus votos entre os candidatos da maneira mais efetiva possível, à luz do número mínimo de votos para eleição de cada membro, incluindo o membro indicado pela BNDESPAR.

No caso de vacância de vaga membro efetivo do Conselho de Administração que tenha sido indicado por qualquer dos Acionistas, o Acionista que o houver indicado ou participado de sua indicação poderá demandar que os demais Acionistas tomem as medidas necessárias para a pronta convocação da Assembleia Geral que elegerá novo membro do Conselho de Administração da Companhia, observadas as disposições da Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.**Sexta.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Conforme Cláusula 4 está previsto:

CLÁUSULA QUARTA - DO DIREITO DE VENDA CONJUNTA (TAG ALONG)

A BNDESPAR poderá exigir a inclusão da totalidade de sua participação acionária no capital social da COMPANHIA na operação de transferência de ações de emissão da COMPANHIA integrantes do Bloco de Controle (“Direito de Venda Conjunta – Tag Total”). Para tanto, as Partes concordam, desde já, que a BNDESPAR poderá vender até a totalidade das suas ações pelo mesmo valor proposto pelo interessado na aquisição das ações de propriedade dos ACIONISTAS CONTROLADORES.

4.1.1. A BNDESPAR poderá requerer, a seu exclusivo critério, a elaboração de laudo do valor econômico da COMPANHIA por 1 (uma) empresa especializada na prestação de serviços de avaliação e correlatos, reconhecida nacionalmente, que esteja entre as 10 (dez) instituições melhor classificadas nos respectivos rankings da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e/ou Bloomberg, divulgado no exercício social corrente ou imediatamente anterior. A empresa acima referida (“Avaliador”) determinará o valor econômico da Companhia por meio do fluxo de caixa descontado e será contratada às expensas dos ACIONISTAS CONTROLADORES, sendo certo que, para ser contratada, não poderá (e seus conselheiros, diretores, funcionários e Partes Relacionadas também não) ter prestado serviços à COMPANHIA ou ao controlador direto ou indireto nos últimos 2 (anos) e não poderá ter qualquer outro interesse financeiro relevante direto ou indireto ou outra relação relevante com a COMPANHIA, suas sociedades controladas, coligadas ou o controlador direto ou indireto. Caso os referidos rankings não mais existam no momento da avaliação, a BNDESPAR indicará um outro ranking equivalente para servir de referência para a escolha do Avaliador pela COMPANHIA. Na hipótese de o valor de

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

avaliação da Companhia, calculado a partir do preço unitário por ação na operação de venda de ações do Bloco de Controle com o interessado ser inferior a 80% (oitenta por cento) do valor econômico da COMPANHIA apurado pelo Avaliador, a BNDESPAR poderá exigir que as suas Ações sejam adquiridas pelo terceiro pelo valor de avaliação da Companhia apurado pelo Avaliador, dividido pelo número total de ações de sua emissão.

4.2. Sem prejuízo do Direito de Venda Conjunta – Tag Total, caso quaisquer dos Acionistas Controladores desejem transferir parcela de suas ações representativas de qualquer participação no capital social da Companhia que não integre o Bloco de Controle, a BNDESPAR terá o direito de incluir na aludida transferência, pelo mesmo valor proposto pelo interessado na aquisição das ações de propriedade dos ACIONISTAS CONTROLADORES, uma quantidade de ações equivalente à multiplicação do: (i) percentual de ações detidas pela BNDESPAR no capital social da Companhia pelo (ii) número total de ações a ser efetivamente Transferido (“Direito de Venda Conjunta – Tag Proporcional”).

4.2.1. Na hipótese prevista na Cláusula 4.2 acima, o número total de ações a serem transferidas ao interessado poderá, a exclusivo critério dos Acionistas Controladores, (i) ser mantido inalterado, hipótese na qual o número de ações que os Acionistas Controladores iriam originalmente transferir será reduzido pelo mesmo número de ações inseridas na operação pela BNDESPAR, ou (ii) ser aumentado, hipótese na qual o número de ações a serem transferidas pelos ACIONISTAS CONTROLADORES poderá ser igual ou inferior ao número de ações que os ACIONISTAS CONTROLADORES iriam originalmente transferir e será acrescido pelo número de ações inseridas na operação pela BNDESPAR. Em qualquer hipótese, a proporção verificada pela operação de multiplicação prevista na Cláusula 4.2 acima deverá ser observada.

4.3. Os ACIONISTAS CONTROLADORES poderão constituir uma nova sociedade holding, exclusivamente sob a forma de uma sociedade limitada ou sociedade anônima, e constituída sob as leis brasileiras, e atribuir a ela sua participação na COMPANHIA, desde que (i) o único ativo (exceto caixa e equivalentes, incluindo aplicações financeiras) da nova sociedade seja a participação societária na COMPANHIA; e (ii) a totalidade das quotas emitidas por referida sociedade holding seja detida pelos ACIONISTAS CONTROLADORES, hipótese em que a referida sociedade holding se sub-rogará em todos os direitos e obrigações dos ACIONISTAS CONTROLADORES no âmbito deste Acordo.

4.3.1. Na hipótese prevista na Cláusula 4.3 acima, a participação de cada Acionista Controlador na sociedade holding constituída deverá observar a mesma proporção da participação que detinham diretamente na COMPANHIA no momento imediatamente anterior à criação da sociedade holding.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

4.3.2. Na hipótese prevista na Cláusula 4.3 acima, a BNDESPAR poderá exigir a inclusão da totalidade de sua participação acionária no capital social da COMPANHIA na operação de transferência da titularidade das quotas ou ações, conforme o caso, de propriedade dos ACIONISTAS CONTROLADORES na sociedade holding. Para tanto, as Partes concordam, desde já, que a BNDESPAR escolherá, a seu exclusivo critério, um dos seguintes valores:

a) valor proposto pelo interessado na aquisição das ações/quotas, conforme o caso, de propriedade dos ACIONISTAS CONTROLADORES;

b) valor econômico da COMPANHIA, dividido pelo número total de ações de sua emissão, a ser acordado entre as Partes ou, em caso de impasse superior a 30 (trinta) dias, a ser definido por 1 (uma) empresa especializada na prestação de serviços de avaliação e correlatos, reconhecida nacionalmente, que esteja entre as 10 (dez) instituições melhor classificadas nos respectivos rankings da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e/ou Bloomberg, divulgado no exercício social corrente ou imediatamente anterior. A empresa acima referida (“Avaliador”) determinará o valor econômico da Companhia por meio do fluxo de caixa descontado e será contratada às expensas dos ACIONISTAS CONTROLADORES, sendo certo que, para ser contratada, não poderá (e seus conselheiros, diretores, funcionários e Partes Relacionadas também não) ter prestado serviços à COMPANHIA ou ao controlador direto ou indireto nos últimos 2 (anos) e não poderá ter qualquer outro interesse financeiro relevante direto ou indireto ou outra relação relevante com a COMPANHIA, suas sociedades controladas, coligadas ou o controlador direto ou indireto. Caso os referidos rankings não mais existam no momento da avaliação, a BNDESPAR indicará um outro ranking equivalente para servir de referência para a escolha do Avaliador pela COMPANHIA.

4.4. Na hipótese das Cláusulas 4.1.1 e 4.3.2 (b) acima, os ACIONISTAS CONTROLADORES e a COMPANHIA se obrigam a disponibilizar todas as informações julgadas necessárias pelo Avaliador para a elaboração dos laudos de avaliação.

4.5. Na hipótese das Cláusulas 4.1, 4.2 e 4.3.2 acima, os ACIONISTAS CONTROLADORES deverão enviar carta registrada à BNDESPAR, acompanhada de cópia da proposta oferecida pelo interessado, com a qualificação do interessado, preço, quantidade de ações, condições de pagamento, condições de subscrição e integralização de ações, garantias e todas as demais condições relevantes para a operação, bem como todas as minutas dos documentos da operação. É permitida à BNDESPAR a solicitação de todas informações e documentos adicionais que a BNDESPAR, a seu exclusivo critério, considerar necessários para sua tomada de decisão.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Não há cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Em 29.11.2021, acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social, total e votante, da Companhia aprovaram em assembleia geral a incorporação pela Companhia da sua controladora, Netstrategy Participações Ltda.

Foi dispensada a elaboração de laudo para fins do art. 264 da Lei das S.A. uma vez que: **(i)** a incorporação não resultará em aumento de capital da Companhia; e **(ii)** no contexto da incorporação, não há relação de troca de ações ou interesses de minoritários a serem tutelados BRQ e Netstrategy.

Em decorrência da incorporação da Netstrategy, as 94.999.905 ações de emissão da Companhia de titularidade da Netstrategy foram transferidas aos sócios da Netstrategy na seguinte proporção: (a) Benjamin Ribeiro Quadros: 47.499.953 ações; (b) Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues: 23.749.976 ações; (c) Mônica de Araújo Pereira: 11.874.988 ações; e (d) Andrea Ribeiro Quadros: 11.874.988 ações

15.7 - Principais Operações Societárias

Data	Dezembro de 2019
Evento	Novos Investimentos
Principais condições do negócio	A Workfacilit Soluções Digitais Ltda. (“Workfacilit”) foi constituída em 3 de dezembro de 2019 para comercialização do software Atend, que é focada em soluções lego para canais de atendimento e ferramentas de controle corporativo. A integralização do capital social, no montante de R\$255 foi realizada em 24 de janeiro de 2020, e representa 51% de participação na nova empresa.
Sociedades envolvidas	Companhia e WORKFACILIT
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável
Menismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável

Data	Dezembro de 2019
Evento	Novos Investimentos
Principais condições do negócio	A Inspeon Soluções Digitais Ltda. (“Inspeon”) foi constituída em 10 de dezembro de 2019, com o objetivo de prestar serviços via internet, através da sua plataforma de software desenvolvida para controle de atividades de inspeção, auditoria, regulação de sinistros, supervisão de times em campo, ordem de serviço e relacionamento com clientes. A Companhia possui 60,00% de participação na Inspeon, e seu capital será integralizado em até 24 meses, no montante total de R\$ 300 mil.
Sociedades envolvidas	Companhia e INSPEON
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável

15.7 - Principais Operações Societárias

Menismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável
--	---------------

Data	Março de 2020
Evento	Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição
Principais condições do negócio	<p>Número da Emissão: A Emissão objeto da presente Escritura de Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora.</p> <p>Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão é de R\$ 60.000 mil, na Data de Emissão (conforme definida abaixo).</p> <p>Número de Séries: A Emissão será realizada em série única.</p> <p>Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos captados por meio da Oferta Restrita serão destinados à aquisição de empresas e à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Companhia.</p>
Sociedades envolvidas	Companhia
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável

Data	Dezembro de 2020
Evento	2º Plano de Opção de Compra de Ações
Principais condições do negócio	Aprovação de plano destinado aos diretores estatutários e não estatutários e demais empregados da Companhia e subsidiárias, compreendendo 7.325.235 (sete milhões trezentos e vinte e cinco mil duzentos e trinta e cinco) ações.

15.7 - Principais Operações Societárias

Sociedades envolvidas	Companhia
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção foi outorgada até a presente data.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.	Não aplicável. Não obstante convém apontar que a aquisição foi aprovada em assembleia geral da Companhia, com voto favorável da totalidade dos acionistas.

Data	Maio de 2021
Evento	Aquisição de 20,00% remanescentes da ThinkInternational
Principais condições do negócio	Em maio de 2021 a Companhia IT adquiriu 20,00% da participação da ThinkInternational pelo valor de R\$5.080 mil (USD 1.016 mil), tendo feito um desembolso de R\$3.685 mil (USD 737 mil). Em 30 de junho de 2020, o saldo remanescente a pagar era de R\$ 1.395 mil (USD 279 mil).
Sociedades envolvidas	Companhia e ThinkInternational LLC
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.	Não aplicável

Data	Agosto de 2021
Evento	Aquisição de 100,00% de participação na BMSIX.
Principais condições do negócio	A BMSIX atua no desenvolvimento, migração e suporte de soluções personalizadas em cloud computing. A Companhia assinou o contrato de compra e venda da totalidade das quotas da BMSIX pelo preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da BMSIX no valor limitado a R\$18,187 mil. A aquisição da BMSIX faz parte da estratégia de crescimento da Companhia, focada em aquisições de empresas de transformação digital.

15.7 - Principais Operações Societárias

Sociedades envolvidas	Companhia e BMSIX
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.	Não aplicável. Não obstante convém apontar que a aquisição foi aprovada em assembleia geral da Companhia, com voto favorável da totalidade dos acionistas.

Data	Agosto de 2021
Evento	Aquisição de 100,00% de participação na Livetouch.
Principais condições do negócio	A Livetouch atua no desenvolvimento de softwares, aplicativos de celular e suporte técnico. A Companhia assinou contrato de compra e venda da totalidade das quotas de participação da Livetouch pelo preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da Livetouch no valor limitado a R\$ 5.000 mil. A aquisição da Livetouch faz parte da estratégia de crescimento da Companhia, focada em aquisições de empresas de transformação digital.
Sociedades envolvidas	Companhia e Livetouch
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.	Não aplicável. Não obstante convém apontar que a aquisição foi aprovada em assembleia geral da Companhia, com voto favorável da totalidade dos acionistas.

Data	Setembro de 2021
Evento	Incorporação da Netstrategy Participações Ltda. pela Companhia.
Principais condições do negócio	Em 29 de novembro de 2021, os acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social, total e votante, da Companhia aprovaram em assembleia geral a incorporação pela Companhia da sua controladora, Netstrategy Participações Ltda. Foi dispensada a elaboração de laudo para fins do art. 264 da Lei das S.A. uma vez que: (i) a incorporação não resultará em aumento de capital da Companhia; e (ii) no contexto da incorporação, não há relação de troca de ações

15.7 - Principais Operações Societárias

	ou interesses de minoritários a serem tutelados
Sociedades envolvidas	Companhia e Netstrategy
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Em decorrência da incorporação da Netstrategy, as 94.999.905 ações de emissão da Companhia de titularidade da Netstrategy foram transferidas aos sócios da Netstrategy na seguinte proporção: Benjamin Ribeiro Quadros: 47.499.953 ações Antonio Eduardo P. Rodrigues: 23.749.976 ações Mônica de Araújo Pereira: 11.874.988 ações Andréa Ribeiro Quadros: 11.874.988 ações
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.	Não aplicável. Não obstante convém apontar que a aquisição foi aprovada em assembleia geral da Companhia, com voto favorável da totalidade dos acionistas.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

A Companhia considera que não existem outras informações relevantes além das apresentadas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Companhia possui uma **Política de Transações com Partes Relacionadas** que estabelece regras para assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da BRQ Soluções em Informática S.A. (Companhia) e de seus acionistas.

O objetivo desta Política é:

- (i) fornecer orientações aos conselheiros, diretores e colaboradores da Companhia e maior transparência aos acionistas e ao mercado em geral no que se refere a Transações com Partes Relacionadas; e
- (ii) monitorar as Transações com Partes Relacionadas para que sejam realizadas sempre no melhor interesse da Companhia, observando Condições de Mercado, boas práticas de governança, conduta, ética e transparência e sem Conflitos de Interesses.

Esta Política está sujeita ao Estatuto Social, à Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”), aos regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sobre essa matéria, ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (“CPC 05”) sobre Transações com Partes Relacionadas, ao Regulamento do Novo Mercado da B3, e ao Código de Conduta da Companhia.

As Transações com Partes Relacionadas da Companhia serão realizadas em Condições de Mercado, formalizadas por contrato escrito e assinado, especificando-se suas principais características e condições, tais como preço, prazos, garantias, condições de rescisão, entre outras.

Quando da contratação com uma Parte Relacionada, caberá à respectiva área gestora responsável:

- (a) Documentar a contratação por escrito nos termos da Política de Contratos da Companhia;
- (b) Documentar o processo de cotação de preços e condições junto aos concorrentes de forma a evidenciar que a contratação foi realizada em Condições de Mercado, observada a Política de Compras e Financeira da Companhia, garantindo que aqueles que tenham Conflitos de Interesses conhecidos, estejam apartados dessa seleção e aprovação do concorrente vencedor; e
- (c) Obter as aprovações requeridas por lei, pelo estatuto ou pelas Políticas da Companhia, garantindo que aqueles que tenha Conflitos de Interesses conhecidos, estejam apartados dessas aprovações.

Transações Isentas

As Transações com Partes Relacionadas a seguir não estarão sujeitas aos procedimentos desta Política, por observarem ritos próprios de aprovação e reporte:

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

- (a) Remuneração fixa, variável, baseada em ações e outros benefícios fornecidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Executivos da Companhia, desde que o seu montante global tenha sido aprovado em Assembleia Geral, nos termos da Lei nº 6.404/76, ou pelo Conselho de Administração, se aplicável;
- (b) Transações entre a Companhia e suas controladas, em observância ao objeto social da Companhia;
- (c) Concessão de garantias pela Companhia a suas controladas, em observância ao objeto social da Companhia;
- (d) Reembolso de despesas de viagem e treinamento, de colaboradores, membros da Administração ou comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal ou terceiros, sempre que em serviço da Companhia, devidamente justificadas, razoáveis, e em linha com os procedimentos de viagem e treinamento da Companhia.

Decisões envolvendo transações entre partes relacionadas ou outros potenciais conflitos de interesses

Ao identificar uma matéria em que seja Parte Relacionada ou possa de alguma forma ter um potencial Conflito de Interesses, a pessoa envolvida no processo decisório deve imediatamente manifestar essa situação ao seu gestor imediato, ao Comitê de Auditoria ou Jurídico da Companhia.

As Pessoas Chaves da Administração que estiverem em situação de Conflito de Interesses deverão fazer consignar em ata de reunião do referido órgão a natureza e a extensão do seu impedimento com o negócio jurídico em pauta, conforme aplicável.

Adicionalmente, a pessoa - que seja Parte Relacionada ou possa ter um potencial Conflito de Interesses - deve abster-se de votar na matéria em questão. Tal pessoa poderá participar da discussão, visando proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, mas deverá abster-se de votar no respectivo processo decisório ou manifestar recomendação.

Caso alguma pessoa, Pessoa Chave da Administração ou não, que possa ter um potencial Conflito de Interesse sobre alguma decisão não manifeste seu conflito, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence, e que tenha conhecimento da situação, deverá fazê-lo.

Não conformidade com as disposições desta política

A falta de manifestação voluntária sobre Conflito de Interesse é considerada uma violação desta Política, devendo ser investigada pelo Comitê de Auditoria de Riscos, que reportará sua avaliação e recomendação ao Conselho de Administração acerca do tratamento a ser dado à pessoa que incorreu na referida violação.

Qualquer pessoa poderá reportar um evento do qual tenha conhecimento e que eventualmente possa se enquadrar como uma Transação com Parte Relacionada ou Conflito de Interesses, por meio do canal do Código de Conduta, para avaliação sobre eventual violação aos procedimentos desta Política.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Caso alguma Transação com Partes Relacionadas ou em situação de Conflito de Interesses não tiver sido submetida aos procedimentos corretos de formalização e aprovação essa transação deverá ser imediatamente informada ao Comitê de Auditoria e Riscos, que acionarão as instâncias responsáveis para deliberar pela ratificação, alteração ou pelo encerramento da transação, sempre levando em consideração os princípios dessa Política, o melhor interesse da Companhia e de seus acionistas.

Divulgação das transações com partes relacionadas

A Companhia deverá divulgar as Transações com Partes Relacionadas, de forma clara e precisa, em suas Demonstrações Financeiras, de acordo com os princípios contábeis aplicáveis, bem como divulgação ao mercado, nos termos da regulamentação vigente, em especial no Formulário de Referência e nos termos da Instrução CVM nº 480/09, observando eventuais atualizações regulatórias.

Qualquer pessoa que tenha conhecimento de uma Transação com Partes Relacionadas deverá dar ciência da existência da relação, do contrato e valores corretos para a área de Controladoria a fim de que possa ser reportado corretamente.

Órgão Responsável pela Aprovação: **Conselho de Administração**

Data da Aprovação: **13/08/2019**

Local Divulgação: **Intranet da Companhia (WP) com acesso aberto a todos os funcionários.**

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	30/06/2016	4.997.950,40	R\$ 37.139,16	R\$ 37.139,16	36 meses - 30/06/2016 a 29/06/2019 Adesão Ata - 30/06/2019 a 29/06/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	BNDES é o Contratante e a Companhia é a empresa Contratada.						
Objeto contrato	Contrato 314/2016 - Registro de Preços com vistas à eventual para aquisição de licenças de uso dos aplicativos IBM que compõem a plataforma de integração tecnológica e contratação serviços de atualização e suporte técnico, conforme as especificações deste Edital e de seus Anexos.						
Garantia e seguros	Garantia de execução do Contrato, no valor de 5% (cinco por cento) do valor global da contratação, na modalidade de Seguro Garantia.						
Rescisão ou extinção	<p>O presente CONTRATO poderá ser rescindido:</p> <p>I. por ato unilateral do BNDES, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, por escrito, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na CLÁUSULA anterior;</p> <p>II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para o BNDES, com antecedência de 30 (trinta) dias; e</p> <p>III. por via judicial, nos termos da legislação.</p> <p>Parágrafo Primeiro</p> <p>Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I ao IX, XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, o CONTRATADO obriga-se ao pagamento de multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global atualizado deste CONTRATO, conforme fixado no inciso II da CLÁUSULA anterior considerando-a dívida líquida e certa, e acarretando para o BNDES as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/1993, no que couber.</p> <p>Parágrafo Segundo</p> <p>Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.</p>						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	29/06/2020	1.758.600,46	R\$ 1.152.227,44	R\$ 1.152.227,44	28/06/2022 (24 meses)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	BNDES é o Contratante e a Companhia é a empresa Contratada.						
Objeto contrato	Contrato OCS 150/2020 - O presente Contrato tem por objeto a contratação de subscrição de serviços de atualização e suporte do sistema operacional Red Hat Enterprise Linux with Smart Management, conforme especificações constantes do Termo de Referência e da Proposta apresentada pela CONTRATADA, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.O presente Contrato tem por objeto a contratação de subscrição de serviços de atualização e suporte do sistema operacional Red Hat Enterprise Linux with Smart Management, conforme especificações constantes do Termo de Referência e da Proposta apresentada pela CONTRATADA, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.						
Garantia e seguros	Garantia de execução do Contrato, no valor de 5% (cinco por cento) do valor global da contratação, na modalidade de Seguro Garantia						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	O presente CONTRATO poderá ser rescindido:						
	I. por ato unilateral do BNDES, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, por escrito, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na CLÁUSULA anterior;						
	II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para o BNDES, com antecedência de 30 (trinta) dias; e						
	III. por via judicial, nos termos da legislação.						
	Parágrafo Primeiro						
	Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I ao IX, XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, o CONTRATADO obriga-se ao pagamento de multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global atualizado deste CONTRATO, conforme fixado no inciso II da CLÁUSULA anterior considerando-a dívida líquida e certa, e acarretando para o BNDES as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/1993, no que couber.						
	Parágrafo Segundo						
	Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.						

Natureza e razão para a operação							

Posição contratual do emissor		Credor					

Especificar							

Think Internacional	31/12/2017	3.034.777,93	R\$ 3.034.777,93	R\$ 3.034.777,93	Indeterminado	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Prestação de serviços.						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	31/01/2018	3.303.057,45	R\$ 578.651,79	R\$ 578.651,79	23 meses (22/02/2023) - NÃO 3º Aditivo		0,000000
Relação com o emissor	BNDES é o Contratante e a Companhia é a empresa Contratada.						
Objeto contrato	OCS 003/2018 - Aquisição de licenças perpétuas de usuário do tipo add-on para uso irrestrito no BNDES do software IBM Enterprise Records, em complemento às licenças de igual número do pacote de software IBM Content Manager, com o objetivo de fazer a gestão arquivística de documentos, incluindo os serviços de instalação, configuração, treinamento, tutoria, migração de dados, bem como serviços de atualização e suporte técnico.						
Garantia e seguros	Garantia de execução do Contrato, no valor de 5% (cinco por cento) do valor global da contratação, na modalidade de Seguro Garantia.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>O presente CONTRATO poderá ser rescindido:</p> <p>I. por ato unilateral do BNDES, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, por escrito, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na CLÁUSULA anterior;</p> <p>II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para o BNDES, com antecedência de 30 (trinta) dias; e</p> <p>III. por via judicial, nos termos da legislação.</p> <p>Parágrafo Primeiro</p> <p>Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I ao IX, XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, o CONTRATADO obriga-se ao pagamento de multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global atualizado deste CONTRATO, conforme fixado no inciso II da CLÁUSULA anterior considerando-a dívida líquida e certa, e acarretando para o BNDES as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/1993, no que couber.</p> <p>Parágrafo Segundo</p> <p>Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.</p>						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Não foram necessárias medidas para tratar de conflitos de interesses, pois as condições pactuadas seguem os padrões de mercado e as boas práticas de governança corporativa.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não há outras informações que sejam relevantes para a Companhia, além das já elencadas neste Item 16.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
27/12/2019	56.276.516,12		133.186.083	0	133.186.083
Tipo de capital	Capital Subscrito				
09/05/2017	54.848.993,30	30/06/2017	130.724.698	0	130.724.698
Tipo de capital	Capital Integralizado				
09/05/2017	54.494.762,90		130.069.438	0	130.069.438
Tipo de capital	Capital Integralizado				
31/01/2017	13.153,02		24.913	0	24.913
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/04/2016	54.455.593,64		129.996.569	0	129.996.569
Tipo de capital	Capital Autorizado				
29/04/2015	0,00		141.163.000	0	141.163.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/01/2017	Conselho de Administração	31/01/2017	13.153,02	Subscrição particular	24.913	0	24.913	0,02000000	0,53	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço da emissão é o resultado da divisão do valor do patrimônio líquido da Companhia apurado em 12/2016 pelo número de ações de emissão da Companhia, corrigido pelo índice IPC-A.								
Forma de integralização		A integralização foi feita à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.								
09/05/2017	Conselho de Administração	09/05/2017	380.246,64	Subscrição particular	703.216	0	703.216	0,70000000	0,54	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço da emissão é o resultado da divisão do valor do patrimônio líquido da Companhia apurado em 12/2016 pelo número de ações de emissão da Companhia, corrigido pelo índice IPC-A.								
Forma de integralização		A integralização será feita à vista, até 30/06/2017, em moeda corrente nacional, em conformidade com o prazo aprovado pelo Conselho de Administração em Ata realizada no dia 09/05/2017.								
27/12/2019	Conselho de Administração	27/12/2019	1.427.522,82	Subscrição particular	2.461.385	0	2.461.385	2,55000000	0,58	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço da emissão é o resultado da divisão do valor do patrimônio líquido da Companhia apurado em 12/2018 pelo número de ações de emissão da Companhia, corrigido pelo índice IPC-A.								
Forma de integralização		Parte da integralização foi feita à vista em moeda corrente nacional. O Capital Social a Integralizar no valor de R\$ 361.876,44 corresponde a ações com permanência em tesouraria, a fim de atender ao exercício das opções de ações nos termos do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (Stock Option) com prazo de integralização indeterminado.								

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve nenhuma ocorrência de desdobramento, grupamento e bonificação na Companhia.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital social da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

A Companhia considera que não existem outras informações relevantes além das apresentadas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e artigo 42 do nosso Estatuto Social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Ocorrerão de acordo com a Lei das Sociedades por Ações
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o nosso Estatuto Social, nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não existem características relevantes adicionais.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

De acordo com o Regulamento do BOVESPA MAIS e com o artigo 45 do Estatuto Social da Companhia, a alienação do controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutiva de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas nos mesmos termos e condições concedidas ao controlador alienante, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do BOVESPA MAIS da B3.

A oferta pública é exigida, conforme previsto no paragrafo único do artigo 45 do nosso Estatuto Social, ainda: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou de direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do nosso controle; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar a B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar a documentação que comprove esses valor.

De acordo com o artigo 47 do Estatuto Social da Companhia, aquele que já detiver ações de nossa emissão adquirir poder de controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no item acima; (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 meses anteriores à data de aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

O Regulamento da Listagem do BOVESPA MAIS da B3 e o artigo 48 do Estatuto Social da Companhia também prevê que não será registrada qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele que vier a deter o Poder de Controle, enquanto não subscreverem o Termo de Anuência dos controladores previsto no Regulamento de Listagem do BOVESPA MAIS da B3.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

Não há nenhuma exceção e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto da Companhia.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Ainda não há negociações em bolsa de valores.

Nossas ações foram admitidas à negociação no mercado de bolsa administrado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, no segmento especial de listagem denominado BOVESPA MAIS.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não emitiu outro tipo de valores mobiliários no Brasil que não sejam ações.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não emitiu valores mobiliários.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

Nossas ações são admitidas à negociação no mercado de bolsa administrado pela B3, no segmento especial de listagem denominado BOVESPA MAIS.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Não há a ocorrência de ofertas públicas de distribuição de ações efetuada pela Companhia relativa a valores mobiliários.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Não se aplica, pois não há ocorrência de oferta pública de distribuição de valores mobiliários efetuada pela Companhia.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Até a presente data, a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiro.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não existem outras informações relevantes sobre este item 18.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui plano de recompra de ações do emissor.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**Exercício social 31/12/2020****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

<u>Movimentação</u>	<u>Quantidade (Unidades)</u>	<u>Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)</u>
Quantidade Inicial	143.706	
Quantidade adquirida	67.250	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	210.956	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2019**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

<u>Movimentação</u>	<u>Quantidade (Unidades)</u>	<u>Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)</u>
Quantidade Inicial	767.259	
Quantidade adquirida	-623.553	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	143.706	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2018**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

<u>Movimentação</u>	<u>Quantidade (Unidades)</u>	<u>Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)</u>
Quantidade Inicial	767.259	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	767.259
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este Item.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

De acordo com a Política de Negociação da Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, da Instrução CVM nº 369, de 11 de junho de 2002 e da Instrução CVM nº 449, de 15 de março de 2007, estabelece regras para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia.

Nossa Política tem por finalidade registrar e esclarecer os critérios e procedimentos a serem empregados pelas pessoas vinculadas para evitar que os valores mobiliários sejam por elas negociados mediante a utilização de informação privilegiada, prevenindo, assim, a ocorrência da prática de insider trading; isto é, a utilização de informação privilegiada de que a pessoa vinculada tenha conhecimento e da qual deva manter sigilo, por força do disposto no artigo 155, §§ 1º a 4º, da Lei nº 6.404/1976 e na Instrução CVM nº 358/2002, capaz de propiciar, para si ou para outrem, vantagem indevida, mediante negociação, em nome próprio ou de terceiros, com valores mobiliários.

Essa política foi elaborada nos termos da legislação aplicável, e contém disposições relacionadas a permissão para negociação, períodos de vedação à negociação, procedimentos de comunicação de informações sobre negociações de administradores e acionistas controladores, penalidades e outras disposições.

A Política de Negociação pode ser consultada nos seguintes websites: Relações com Investidores da Companhia (www.brq.com.br/ri), CVM (www.cvm.gov.br) e BM&FBOVESPA (www.b3.com.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização Quaisquer das partes que tenham firmado o Termo de Adesão, estarão impedidas de negociar os Valores Mobiliários nos seguintes Períodos de Impedimento à Negociação:

No Período que anteceder a divulgação de Ato ou Fato Relevante

Não é permitida a negociação de Valores Mobiliários por Pessoas Vinculadas que possam ter conhecimento de Informação Privilegiada sobre a Companhia, até que esta faça a divulgação ao mercado na forma de Ato ou Fato Relevante.

Quando: estiver em curso aquisição ou alienação de Valores Mobiliários pela própria Companhia, suas Sociedades Controladas ou outra sociedade sob controle comum;

houver sido outorgada opção ou mandato para este fim, exclusivamente nas datas em que a própria Companhia negocie ou informe às Corretoras Credenciadas que negociará com Valores Mobiliários de sua própria emissão;

tiver havido aprovação de se promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.

Após Divulgação de Ato ou Fato Relevante

Mesmo após a divulgação de Ato ou Fato Relevante, continuará prevalecendo à proibição de negociação, caso esta possa interferir nas condições dos negócios com Valores Mobiliários, de maneira a acarretar dano à própria Companhia ou a seus acionistas, devendo tal restrição adicional ser informada pelo Diretor de Relações com Investidores.

No período de 15 dias anterior à divulgação de Informações pela Companhia

Informações são as seguintes: Informações Trimestrais (ITR); Demonstrações financeiras padronizadas (DFP); Distribuição de Resultados

As Corretoras Credenciadas: não registrarão as operações de compra ou venda de Valores Mobiliários realizadas pelas pessoas mencionadas acima, se efetuadas durante os 15 (quinze) dias anteriores à divulgação ou publicação dessas informações periódicas ou demonstrações financeiras da Companhia, e

Informarão a Companhia quando da ocorrência destas operações.

Desobrigação do Diretor de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores não está obrigado a informar os motivos da determinação de nenhum dos Períodos de Impedimento à Negociação, e todas as partes que tiverem firmado o Termo de Adesão deverão manter esta determinação em sigilo.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Consideramos importante destacar a política referente a infrações e sanções, dentro das políticas de Negociação de valores mobiliários.

Sem prejuízo das sanções cabíveis nos termos da legislação vigente, a serem aplicadas pelas autoridades competentes, em caso de violação dos termos e procedimentos estabelecidos nesta Política de Negociação, caberá ao Conselho de Administração tomar as medidas disciplinares que forem cabíveis no âmbito interno da Companhia, inclusive a destituição do cargo ou demissão do infrator nas hipóteses de violação grave.

Caso a medida cabível seja de competência legal ou estatutária da Assembleia Geral, deverá o Conselho de Administração convocá-la para deliberar sobre o tema.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

A Companhia entende estar sujeita às exigências relativas à divulgação de informações previstas na Lei das Sociedades por Ações e nas Normas Expedidas Pela CVM. Ainda, em função da listagem das nossas ações no Bovespa Mais, deveremos seguir, também, as exigências contidas no Regulamento da Bovespa Mais.

Cabe ao Diretor Responsável verificar, diante da ocorrência de Ato ou Fato Relevante, o adequado cumprimento da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia, informando imediatamente qualquer irregularidade ao conselho de administração.

A precisão e a adequação na forma de redação da informação divulgada ao mercado, conforme exigido, será apurada pelo Diretor Responsável a partir da verificação das razões subjacentes aos pedidos de esclarecimentos adicionais por parte da CVM e das Entidades do Mercado.

Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas acima, que impliquem a necessidade de divulgação de Ato ou Fato Relevante mantido sob sigilo, ou da violação do sigilo de Ato ou Fato Relevante previamente a sua divulgação ao mercado, deverá o Diretor Responsável realizar investigações e diligências internas na Companhia, inquirindo as pessoas envolvidas, que deverão sempre responder as suas solicitações de informações, com o propósito de verificar o motivo que provocou a eventual violação do sigilo da informação.

As conclusões do Diretor Responsável deverão ser encaminhadas ao conselho de administração, para as providências cabíveis, acompanhadas de eventuais recomendações e sugestões de alteração na Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia, que possam futuramente evitar a quebra do sigilo de informações confidenciais.

Deverá o Diretor Responsável monitorar a negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, adotando procedimentos para que lhe sejam informadas as negociações que ocorrerem em períodos que antecedem à divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante, com o propósito de identificar eventuais negociações vedadas pela legislação vigente por pessoas que tinham conhecimento de tal Ato ou Fato Relevante, comunicando eventuais irregularidades ao conselho de administração e à CVM.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A “Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante” da Companhia foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 08.04.2015.

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia tem como propósito disciplinar os procedimentos internos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de ato ou fato relevante, nos termos da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 e alterações.

Considera-se Ato ou Fato Relevante: qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios, que possa influir de modo ponderável (a) na cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, (b) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários, e (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia está baseada nos seguintes princípios e objetivos:

- i) prestar informação completa aos acionistas e investidores;
- ii) garantir ampla e imediata divulgação de Ato ou Fato Relevante;
- iii) possibilitar acesso equânime às informações públicas sobre a Companhia a todo acionista e investidor;
- iv) zelar pelo sigilo de Ato ou Fato Relevante não divulgado;
- v) colaborar para a estabilidade e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro; e
- vi) consolidar práticas de boa governança corporativa na Companhia.

A divulgação e comunicação à CVM e às Entidades do Mercado de Ato ou Fato Relevante, pelos canais institucionais de comunicação, assim como a adoção dos demais procedimentos aqui previstos, é obrigação do Diretor Responsável

O Ato ou Fato Relevante deverá ser divulgado por meio (i) de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia e (ii) da disponibilização da respectiva informação, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às Entidades do Mercado, na rede mundial de computadores (Internet), no endereço www.brq.com.br/ri

A critério do Diretor Responsável, a publicação referida no item 4.2(i) acima poderá ser feita de forma resumida, com indicação de que a informação completa poderá ser acessada no endereço eletrônico www.brq.com.br/ri

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A informação deverá ser apresentada de forma clara e precisa, em linguagem objetiva e acessível ao público investidor. Sempre que for utilizado algum conceito técnico que, a critério do Diretor Responsável, seja considerado como de maior complexidade, uma explicação sobre o seu significado deverá constar da informação divulgada.

Na hipótese de veiculação de Ato ou Fato Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, deverá o Diretor Responsável divulgar simultaneamente a respectiva informação ao mercado, na forma estabelecida neste documento.

O acionista controlador, diretores, membros do conselho de administração e do conselho fiscal, quando instalado, bem como qualquer empregado da Companhia que venha a ter acesso a informações sobre Ato ou Fato Relevante, que tenham firmado o TERMO DE ADESÃO À POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE DA BRQ, serão responsáveis por comunicar ao Diretor Responsável todo e qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento e que saibam não ter ainda chegado ao conhecimento do Diretor Responsável, assim como deverão verificar se o Diretor Responsável tomou as providências prescritas neste documento em relação à divulgação da respectiva informação.

A comunicação ao Diretor Responsável deverá ser feita por meio de correio eletrônico.

Caso seja verificada a omissão do Diretor Responsável no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, e não tenha sido deliberada a manutenção do sigilo sobre o Ato ou Fato Relevante, nos termos desta Política, tais pessoas deverão comunicar imediatamente o Ato ou Fato Relevante diretamente à CVM para se eximirem de responsabilidade imposta pela regulamentação aplicável em caso de sua não divulgação.

Sempre que a CVM ou as Entidades do Mercado exigirem do Diretor Responsável esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de Ato ou Fato Relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, deverá o Diretor Responsável inquirir as pessoas com acesso a Atos ou Fatos Relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

Os administradores e empregados da Companhia inquiridos nos termos desta Política, deverão responder à solicitação do Diretor Responsável imediatamente. Caso não tenham condições de se encontrarem pessoalmente ou falarem por telefone com o Diretor Responsável ainda no mesmo dia em que este tiver tido conhecimento da respectiva exigência da CVM ou das Entidades do Mercado, os administradores e empregados em questão deverão enviar correio eletrônico com as informações pertinentes.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ser feita, como regra, simultaneamente à CVM e às Entidades de Mercado, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Entidades do Mercado. Quando os valores mobiliários de emissão da Companhia estiverem sendo negociados simultaneamente em Entidades do Mercado

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

brasileiras e estrangeiras, a divulgação deverá ser feita, como regra, antes do início ou após o encerramento dos negócios em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Caso excepcionalmente seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor Responsável poderá, ao comunicar o Ato ou Fato Relevante, solicitar, sempre simultaneamente às Entidades do Mercado brasileiras e estrangeiras, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, pelo tempo necessário à adequada disseminação da respectiva informação. O Diretor Responsável deverá comprovar perante as Entidades do Mercado brasileiras que a suspensão de negociação solicitada também efetivou-se nas Entidades do Mercado estrangeiras.

Cumpre às Pessoas Vinculadas observar também a Política de Negociação de Valores Mobiliários e Política de Código de Conduta.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O **Diretor de Relações com Investidores** da Companhia é responsável por implementar, manter, avaliar e fiscalizar o cumprimento da Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes.

Cumpra a ele realizar a divulgação e a comunicação à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível da CVM na rede mundial de computadores e, se for o caso, à B3 e/ou quaisquer outras bolsas de valores ou mercados de balcão organizado em que a Companhia tenha valores mobiliários negociados, imediatamente após sua ciência, de qualquer Informação Relevante ocorrida ou relacionada aos negócios da Companhia, assim como zelar pela ampla e imediata disseminação de tal Informação Relevante simultaneamente na CVM, na B3, e/ou em quaisquer outras bolsas de valores ou mercados de balcão organizado em que a Companhia tenha valores mobiliários negociados, bem como ao público investidor em geral.

Cabe, ainda, a ele providenciar, sempre que solicitado, a correção, aditamento ou republicação que qualquer Informação Relevante.

21.4 - Outras Informações Relevantes

No julgamento da Companhia, todas as informações relevantes foram fornecidas nos itens relacionados na questão 21.